

***O conceito de experiência histórica
e a narrativa historiográfica***

FERNANDO NICOLAZZI

*O conceito de experiência histórica
e a narrativa historiográfica*

Dissertação apresentada, como requisito à finalização do curso de Mestrado, ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Profº. Drº. Temístocles Cezar.

PORTO ALEGRE
- 2002/2004 -

“A poesia tem uma forma: o romance tem uma forma; a procura, aquela em que está em jogo o movimento de toda procura, parece ignorar que não a tem ou, o que é pior, recusa ponderar aquela que toma emprestada da tradição. ‘Pensar’ aqui, equivale a falar sem saber em que língua se fala nem que retórica se utiliza, sem sequer pressentir a significação que a forma dessa linguagem e dessa retórica põe no lugar daquela cujo ‘pensamento’ pretenderia estabelecer. Acontece de utilizarmos palavras eruditas, conceitos forjados em decorrência de um saber especial, e isso é legítimo. Mas o modelo pelo qual se manifesta o que está em questão na procura, continua sendo, geralmente, o de uma exposição. A dissertação escolar e universitária é o modelo.”

Maurice Blanchot

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	01
<i>Resumo / Abstract</i>	03
INTRODUÇÃO	
I. O conceito de experiência histórica como problema teórico.....	05
PARTE I	
I. Considerações sobre a problemática do <i>texto</i>	21
II. Teoria da história e análise hermenêutica.....	41
III. Uma hermenêutica do discurso historiográfico.....	51
1. <i>A tríplice mimese</i>	52
2. <i>A representação na historiografia</i>	55
3. <i>O trabalho da interpretação</i>	58
4. <i>O texto como paradigma de análise</i>	62
PARTE II	
I. A conceituação na escrita da história.....	66
II. Sobre o conceito de experiência histórica.....	86
1. <i>Michel Foucault e a experiência da sexualidade grega</i>	92
2. <i>Edward Palmer Thompson e a experiência da classe operária inglesa</i>	99
3. <i>A experiência histórica</i>	111
III. A experiência narrada.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
I. Experiência histórica, experiência historiográfica.....	136
<i>Referências bibliográficas</i>	141

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa concedida durante todo o período da pesquisa aqui apresentada, sem a qual certamente as dificuldades enfrentadas seriam ainda maiores. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-História/UFRGS) também devo meus agradecimentos pelo incentivo e apoio dado para apresentação e publicação de trabalhos elaborados durante a pesquisa.

Aos professores e colegas do curso, cujas discussões em aula foram de extrema importância para o desenvolvimento e aprofundamento das questões aqui levantadas, deixo minha sincera gratidão.

Devo uma menção especial a Rafael Faraco Benthien, leitor sempre disposto e minucioso de meus textos, a Allan de Paula Oliveira, correspondente oportuno e acurado, a Rodrigo Turin, interlocutor para todas as ocasiões, e a Taíse Quadros da Silva, afiada nos comentários e impiedosa nas críticas.

As pertinentes colocações do professor Benito Schmidt durante a banca de qualificação me ajudaram muito a repensar o trabalho como um todo, preenchendo lacunas que passaram despercebidas e precisando ainda mais as concepções assumidas. Agradeço, por estas mesmas razões, à professora Sílvia Petersen e também por aceitar participar na banca examinadora da versão final. Durante as disciplinas por ela ofertadas aprendi e apreendi questões cruciais para uma reflexão teórica sobre a história, não cedendo nunca à troca do rigor da análise pelas facilidades dos jogos de palavras.

Aos demais participantes da banca examinadora, professores Manoel Salgado Guimarães e Cláudio Pereira Elmir, por aceitarem ler e debater este trabalho, expressei também meus agradecimentos.

Minha gratidão à professora Cláudia Wasserman, por ter apostado em meu projeto de pesquisa e por ter me recebido no início das atividades do curso, incentivando-me e me auxiliando nos trâmites burocráticos relativos à bolsa de estudos.

Não poderia deixar de mencionar a preciosa contribuição de Temístocles Cezar na orientação desta pesquisa. Os possíveis acertos apresentados nesta dissertação não seriam viáveis sem as pacientes e constantes leituras por ele realizadas nestes dois anos de trabalho. Quanto às falhas e erros que persistem, assumo-os como fruto de minha pueril teimosia. Além disso, como orientador soube conciliar perfeitamente a liberdade

intelectual (sobretudo de escrita), sem a qual eu não conseguiria empreender qualquer esforço de pensamento, com a medida criteriosa da reflexão epistemológica sobre a prática dos historiadores. Espero verdadeiramente ter estado à altura desta amizade e ter correspondido de maneira adequada à confiança depositada.

Minha gratidão aos familiares, com os quais eu sempre pude contar em diversos momentos, a Armando e Luci, pelo amor dedicado e, especialmente, aos meus pais, pelo suporte material e afetivo que, na distância da saudade, amenizaram os percalços desta difícil mas prazerosa empreitada a que me dedico.

Mais que um agradecimento, dedico este trabalho para Lica, companheira de todas as horas, de todas as causas, de todos os infortúnios. Paciente nas incansáveis noites de redação, agitada nas minhas freqüentes ausências de espírito, sempre com as mãos estendidas num afago inesperado...

Porto Alegre, dezembro de 2003.

Resumo

O presente trabalho pretende dissertar sobre a temática da escrita da história em geral e, em particular, sobre a maneira como um texto de história organiza, na unidade de uma narrativa, a pluralidade de uma experiência de tempo. Para tanto, a ênfase é colocada sobre a tarefa de conceituação na historiografia, especialmente na utilização do conceito de experiência histórica como articulador do tempo da ação humana e como organizador da narrativa historiográfica. Um diálogo é estabelecido entre os trabalhos de Paul Ricoeur, e sua compreensão poética da narrativa historiográfica, e de Reinhardt Koselleck, com sua concepção plural de tempo histórico. Analisam-se duas obras em particular, *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Palmer Thompson, e *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, de Michel Foucault, nas quais o conceito em questão é utilizado. Além disso, esta dissertação procura delimitar precisamente um possível campo de atuação para a teoria da história, como uma análise tomando o texto como paradigma e a hermenêutica do discurso como modelo analítico.

Abstract

The present work aims to discuss the general theme of the writing of history, and, in particular, the way an historical text organizes, in the unit of a narrative, the plurality of a temporal experience. For so, the emphasis is put on the task of conceptualization on historiography, especially on the utilization of the concept of historical experience as a temporal articulator of the human action, and as an organizer of the historiographical narrative. A dialogue is established between Paul Ricoeur, and his poetical comprehension of the historiographical narrative, and Reinhardt Koselleck, with his plural conception of historical time. Two works are analysed: *The making of the English working class*, by E. P. Thompson, and *The history of sexuality II: the usage of pleasures*, by Michel Foucault. Besides, this dissertation aspires to delimit precisely a possible theory of history, taking the text as a paradigm of analysis, and the hermeneutics of discourse as an analytical model.

INTRODUÇÃO

“Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução.”

Gilles Deleuze e Félix Guattari

I. O conceito de experiência histórica como problema teórico

O breve período entre as duas grandes guerras mundiais ocorridas no século que passou, segundo um olhar específico e determinado, é um momento que deixa às claras certa pobreza humana. Em 1933, Walter Benjamin afirmara, como no depoimento de uma geração, que “ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo de seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’”.¹ Para ele, entretanto, o efeito poderia resultar em uma ação proveitosa. Tratava-se do possível advento de uma nova e singular barbárie, diferente daquela que se move no movimento avassalador de destruição; uma barbárie que, num movimento oposto, no já destruído, “impela a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda”.² A pobreza que ficou evidente e que possibilitou uma concepção positiva para a barbárie era, nas palavras do pensador alemão, uma *pobreza de experiência*.

A relativa e recente suspensão dos conflitos que assolaram a Europa entre os anos 1914 e 1919 e a ascensão quase simultânea de regimes totalitários na Itália e principalmente na Alemanha, menos de duas décadas depois, aliadas à condenação unilateral de povos e culturas consideradas o avesso de uma quase-espécie – a raça superior –, provocaram em Benjamin tal sentimento de ausência: a falta de uma experiência fundadora e histórica, perceptível sobretudo na extinção da arte de narrar. O mutismo daqueles que retornaram da guerra, a volta silenciosa do horror, manifestava o vazio – “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”.³

Para Walter Benjamin, a condição primordial para a existência de uma humanidade redimida, a qual teria como legítima a tarefa de se apropriar totalmente de seu passado, não com o intuito de reconstruir suas ruínas, mas para afastá-lo em direção ao lugar que lhe é de direito, seria a invenção de uma experiência outra, capaz, tanto quanto possível, de preencher tal lacuna. Nesta invenção, a escrita de história desempenha papel fundamental na medida em que a história constitui-se como “objeto

¹ BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 119.

² *Ibid.*, p. 116.

³ BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Magia e técnica...* op. cit, p. 198.

de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’⁴; daí a importância de se recuperar o trabalho artesanal, poético, de contar uma história, uma vez que a narração de uma experiência se constitui ela mesma numa experiência de narrar: “ela (a narrativa) mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.⁵ Em outras palavras, é de modo histórico que experiências diversas se constituem, as quais são providas de um determinado sentido a partir do momento em que são inseridas em narrativas de histórias que têm por escopo definir seu conteúdo experiencial.⁶

Pode-se fazer de tais considerações a seguinte constatação: o tema da experiência histórica é de capital importância para o conhecimento histórico, não apenas do ponto de vista ontológico, como referência primeira de todo o discurso, mas também levando em conta seus aspectos formais, epistemológicos, ou seja, a escrita que é parte integrante de tal conhecimento. Contudo, ainda que o termo apareça constantemente em diversos trabalhos de história, são por demais raras as reflexões teóricas que a tomam em uma perspectiva historiográfica, isto é, no âmbito do discurso da história. Como afirma Frank Ankersmit, “por surpreendente que possa parecer, os teóricos da história não têm mostrado interesse algum na experiência histórica”;⁷ salienta ainda que, mesmo em uma revista dedicada exclusivamente a pensar a historiografia em seus aspectos teóricos, como a *History and Theory*, é possível perceber tal desinteresse. Contudo, é importante apontar para um conjunto recente e considerável de textos escritos num curto período de menos de uma década, os quais, de uma maneira ou de outra, profunda ou superficialmente, direta ou indiretamente, tratam do tema da experiência.⁸

Assim, em seu discurso inaugural da cátedra de teoria da história na Universidade de Groningen, em 1993, Frank Ankersmit assume para si a tarefa de discorrer a respeito do tema da experiência histórica. O exame de sua argumentação,

⁴ *Ibid.*, p. 229.

⁵ *Ibid.*, p. 205.

⁶ Para uma visão bastante interessante do conceito de experiência em Benjamin, ver GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica...*, op. cit. p.7-21.

⁷ ANKERSMIT, Frank. *La experiencia histórica* (discurso inaugural para a cátedra em teoria da história na Universidade Estatal de Groningen, 23 de março de 1993). trad. para o espanhol de Nathalie Schwan Sommers. Por ter tido acesso apenas à versão eletrônica do texto, não há como fazer referências à numeração das páginas. Todas as traduções de texto desta dissertação são minhas.

⁸ Um texto que retoma brevemente discussões diversas e aponta uma bibliografia considerável é SMITH, Jay M. “Between *discourse* and *experience*: agency and ideas in the French pre-revolution”. In: *History and Theory*, Theme Issue 40, December, 2001, p. 116-142.

contudo, permite entrever uma concepção de experiência histórica oriunda muito mais da especulação filosófica do que propriamente da prática dos historiadores.

De início, Ankersmit recusa o pensamento analítico inglês, acusando-o por suas concepções narrativistas da história, para o qual, segundo o professor de teoria da história, “a experiência histórica é somente um dado, não um problema”.⁹ Por conseguinte, na teoria analítica a experiência em si não existiria senão como elemento discursivo, instrumento de conhecimento, e, desse modo, “o empirismo cede aqui lugar ao conhecimento baseado no empirismo”.¹⁰ Outras reservas também são colocadas em relação à hermenêutica alemã: “aqui a experiência histórica é privada de todo o direito e de toda o imediatismo que vão associados à noção de ‘experiência’”.¹¹ A historicidade da experiência apresentada por Wilhelm Dilthey, ou seja, o fato de que se trata sempre de uma experiência de sentido e de significado historicamente determinados, à diferença de uma noção de experiência física ou sensorial, permite a concepção de uma experiência historicamente interpretável e não puramente sensível. A partir destas considerações, Ankersmit vê em Hans-George Gadamer a radicalização desta noção: interpretar a experiência passada equivaleria a interpretar outras interpretações do passado (outros sentidos e significações), num movimento contínuo e indefinido, no qual o passado é tornado inatingível em si mesmo, restando ao historiador contentar-se com os significados posteriormente construídos sobre ele.

O que Ankersmit pretende demonstrar com esta dupla e talvez apressada recusa, tanto da filosofia analítica inglesa quanto da hermenêutica alemã é, em suas próprias palavras, o direito e o imediatismo da experiência histórica para além de toda linguagem. Nesse sentido, é em Johann Huizinga que ele vai procurar os elementos para iniciar suas reflexões. Ankersmit leva em conta muito seriamente termos tais como “sensação”, “percepção” ou “contato” históricos presentes na obra do historiador. Fica evidente com isso o caráter especialmente corpóreo que ele vai atribuir à noção de experiência na obra de Huizinga, ou seja, tratar-se-ia de um fenômeno simultaneamente físico e psíquico de experimentação do passado enquanto realidade. Em consequência disso, ela não pode ser suscitada a bel-prazer, pelo contrário, *ocorre* no historiador que “fica sujeito ao poder do objeto que ocasiona a experiência histórica”.¹² Sua característica mais importante, entretanto, diz respeito à “autenticidade” do contato com

⁹ ANKERSMIT, Frank. *La experiencia historica*, op. cit.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

o passado provocado por ela, o que não implica, por sua vez, em uma relação com a (ou alguma) verdade objetiva do conhecimento, mas sim com a realidade do mundo empírico: “a experiência histórica nos leva de regresso a um mundo de pensamento pré-epistemológico, dentro do qual a pergunta se nos equivocamos ou não com respeito à experiência histórica é um ‘erro categórico’”.¹³ Sob o ponto de vista de Ankersmit, tal consideração se deve ao fato de que, no contato autêntico com o passado, a experiência do eu é paralela à experiência do mundo.

É no século XVIII que Ankersmit busca instrumentos para fundamentar sua teoria. A noção kantiana do sublime é-lhe de extrema valia. Ancorado ainda na sua crítica às vertentes narrativista e hermenêutica, considera o sublime como a experiência da realidade que escapa à codificação linguística e, portanto, “serão a experiência e o sublime os elementos que causarão o sentimento existencial, em cujo nome se colocará fim à *tiranía dos conceitos*”.¹⁴ A distinção clássica na filosofia de Immanuel Kant entre razão e entendimento, na qual a primeira é condição de possibilidade para o segundo, opõe, de um lado, uma realidade fenomenológica codificada por categorias de entendimento, e de outro, uma realidade em si (o númeno), inalcançável pelo entendimento. Esta é colocada no âmbito da *apreensão* pura e simples, aquela no da *compreensão estética*. O sublime seria o sentimento que evidenciaria a incomensurabilidade entre ambas: há objetos apreensíveis mas não compreensíveis, embora tudo que seja possível compreender tenha sido anteriormente apreendido. No âmago desta oposição existiria uma ainda mais crucial, qual seja, aquela entre objeto e sujeito: “a inicial objetividade da experiência do sublime se desenvolve na direção da subjetividade”,¹⁵ a experiência do sublime seria, em última instância, unicamente uma experiência do eu.

As deficiências do sublime kantiano, no entender de Ankersmit, estariam postas justamente pela separação entre sujeito e objeto, a qual impossibilitaria o imediatismo da experiência histórica, visto que esta se daria unicamente via conhecimento adquirido, ou seja, na forma de uma compreensão estética, e se fecharia numa experiência apenas de si mesmo (o sujeito que conhece desdobrando-se sobre si mesmo). Todavia, o escopo primeiro é demonstrar que, através da sublimação do objeto, é possível apreendê-lo diretamente, experimentá-lo. A solução para este problema é encontrada em Aristóteles,

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, (grifo meu).

¹⁵ *Ibid.*

com a noção de experiência sensorial, para quem “a produção do conhecimento é uma ‘função natural’ – e isto no sentido mais literal e mais próprio deste termo – do contato que faz cada um dos cinco sentidos com a realidade”.¹⁶ Nesse caso, os sentidos perceptivos tornariam o corpo como que uma extensão do objeto de conhecimento, possibilitando à percepção sensorial reproduzir a maneira em que se manifesta tal objeto. Como Ankersmit observa na terminologia aristotélica, o sentido (parte sensorial do corpo) é em potência o que o objeto é em ato. Com isso, na experiência histórica o passado não é revivificado, tampouco é instaurada uma identificação com ele: a relação não é da ordem da identidade, mas da contigüidade.

Finalmente, a relação aristotélica constituída entre sujeito e objeto, como forma de contornar a distância entre ambos proposta por Kant, corrobora a tese central de Ankersmit, em sua dupla perspectiva: a experiência histórica propicia tanto um contato imediato e direto com o passado como uma experiência do eu. Em suas palavras, “a autenticidade, tanto da experiência do sublime quanto da experiência histórica, está situada no fato de que o sujeito experimenta a si mesmo no objeto da experiência (...) porque em sua contigüidade com as partes da realidade, precisamente nesta adaptação experimentamos simultaneamente a realidade e a nós mesmos”.¹⁷

Esta *psicologia da experiência histórica*, como é denominada por seu autor, provoca certo desassossego. O anticonceitualismo nela explícito por uma crítica às reflexões sobre o discurso historiográfico (ao narrativismo inglês e à hermenêutica gadameriana) está fundamentado em bases questionáveis; trata-se de uma recusa peremptória da escrita que fundamenta o conhecimento da história e que permite, enfim, dar um sentido para a experiência histórica: num jogo de palavras, poderia ser dito que ele superdimensiona os sentidos (físicos) em detrimento do sentido (simbólico). A dicotomia que lhe dá sustentação, qual seja, aquela entre realidade e conhecimento e, por conseguinte, entre experiência e linguagem, é colocada em termos absolutos instaurando com isso uma distância intransponível no intervalo de ambos: a experiência é pré-cognitiva, inatingível pelos instrumentos do conhecimento, pode apenas ser percebida de modo sensitivo, sem produção de sentido. Tal posição assemelha-se muito à forma de conhecimento histórico da Alta Idade Média, se considerarmos com Krzysztof Pomian que, “durante o período que vai até o século XII, o conhecimento é, sempre e em todo o lugar, o conhecimento imediato: percepção de um objeto sensível

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*

ou intuição intelectual de uma essência”.¹⁸ Ora, a reflexão teórica da experiência que a coloque num espaço *a priori*, anterior à linguagem e ao conhecimento, só pode partir de um empirismo que descontextualiza a relação presente/passado, suspendendo anacronicamente a temporalidade. Por conseguinte, considera como pressuposto em relação ao discurso histórico seu objeto, “o” passado ou mesmo “a” realidade: “a experiência histórica é para o historiador a repentina ruptura do contexto de sua própria existência. Uma descontextualização do lado do objeto segue junto com uma descontextualização do lado do sujeito, e esta disposição de ambos os lados a sacrificar o contexto parece ser a condição para a intimidade do encontro entre objeto e sujeito na experiência histórica”.¹⁹

Ankersmit rejeita o fundamental do conhecimento histórico: ele é, de maneira geral, uma relação com os mortos; a experiência histórica, do mesmo modo, é uma experiência em direção ao desvanecimento, ao termo de uma duração, à finitude fundamental que possibilita toda história. A existência material de vestígios do passado não é um dado da permanência, mas da ruptura, pois carrega a evidência do que deixou de existir. Em outras palavras, o uso de determinado documento não acarreta em um contato do nível da percepção físico-psíquica com o passado (a relação não é da ordem do sensível), mas pressupõe, de outra maneira, uma interpretação controlada daquele documento: o conhecimento histórico é produto de uma “operação historiográfica”,²⁰ que tem por condição, ou o que é para muitos um fardo, a incompletude da tarefa, o silêncio do objeto.²¹

Não se trata de negar o estatuto ontológico do acontecido, a “passadidade do passado”, como se verá com Paul Ricoeur,²² mas sim defender a idéia de que aquilo que é objeto de conhecimento para o historiador só é, por sua vez, objetivável segundo uma operação cognitiva, na qual a escrita ainda desempenha papel preponderante e de vital

¹⁸ POMIAN, Krzysztof. “L’histoire de la science et l’histoire de l’histoire”. In: *Annales ESC*, nº 5, septembre – octobre, 1975, p. 943. “Entre as múltiplas conseqüências deste axioma epistemológico, a mais importante é aquela que obriga a situar de fora do campo do conhecimento possível tudo o que não é presente aqui e agora”, p. 943.

¹⁹ ANKERSMIT, Frank. *La experiencia historica*, op. cit.

²⁰ CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. trad. de Theo Santiago. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48; CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1975, p. 63-121. (ed. bras. *A escrita da história*. trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982).

²¹ Mesmo se para um gênero como a história do tempo presente a metáfora da morte é uma tanto quanto problemática, pois a ela é dada a possibilidade de se trabalhar com testemunhos orais, em toda interpretação histórica o que está em jogo é justamente a mediação e não o imediatismo da relação entre sujeito e objeto.

²² RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998, p. 07-31.

importância para a reflexão teórica. A temática da experiência histórica deve, portanto, ser encarada no âmbito do discurso histórico e não exclusivamente do sujeito que conhece: no lugar de uma psicologia, a investigação que aqui se apresenta propõe uma *analítica da experiência histórica*. Esta postura implica em reconhecer a experiência menos como fenômeno do que como conceito que funciona no âmbito da escrita da história, isto é, como parte integrante e constitutiva de um processo de inteligência sobre o real que se dá na maneira expositiva de um texto, não simplesmente como um contato sensorial com a realidade.

Todo empreendimento analítico, por sua vez, parte de uma decomposição de seu objeto, no sentido de perceber a maneira como ele é constituído. Neste esforço, uma formulação de Paul Ricoeur presta grande auxílio: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.²³ Dessa maneira, um dos componentes fundamentais ao conceito aqui estudado é a noção de temporalidade: toda experiência histórica é uma experiência de tempo. Este tempo, por sua vez, no qual tem lugar a ação de um sujeito, não é simplesmente a temporalidade da natureza, mas sim o tempo próprio da história. Assim, o sentido histórico atribuído a esta ação é construído de uma maneira poética no interior de uma narrativa particular, na qual a história aparece narrada e o tempo humanizado.

É a partir de tais considerações que este trabalho almeja estudar a função do conceito de experiência histórica no discurso historiográfico, objetivo primeiro da pesquisa. Seguindo a perspectiva aberta por Reinhart Koselleck, todo conceito aparece menos como indicador da realidade do que como fator constituinte da mesma, ou seja, desempenha papel fundamental para a historiografia em seu compromisso com a representação do acontecido.²⁴ E já que todo conceito remete a um problema, como sugere a epígrafe desta introdução, a problemática que se apresenta leva a uma investigação sobre a maneira como este conceito em particular *organiza temporalmente o referencial empírico do discurso da história* e o modo como ele o *articula em uma*

²³ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 15.

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Linguistic change and the history of events”. In: *Journal of Modern History*, nº 61, December 1989, p. 649-666; *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993; *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997; “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. trad. de Manoel Luis Salgado Guimarães. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146; *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001; *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

narrativa historiográfica. Por conseguinte, no tema geral aqui proposto, o presente trabalho parte de uma noção inversa às idéias de Frank Ankersmit, tendo por proposição inicial a seguinte hipótese: a experiência histórica, uma vez que se apresenta como referência primeira de todo discurso historiográfico, mais que simples fenômeno de conhecimento, constitui-se como conceito privilegiado para o estabelecimento da relação do homem com o tempo, ou seja, conceito de organização temporal e, pois, histórica, da ação humana.

*

Para o desenvolvimento da problemática levantada e para a verificação da hipótese instituída, as análises aqui realizadas se desdobram em duas partes que se articulam no decorrer da investigação. Na primeira, dedicada a compor o embasamento teórico-metodológico e a definir o espaço de atuação para a pesquisa, três pontos capitais serão considerados. Na medida em que este trabalho tem como tema principal o funcionamento de um conceito no interior de uma narrativa de história, exposta em um texto historiográfico, uma reflexão sobre o estatuto deste tipo de texto surge como questão essencial (capítulo I). Como sugere Manoel Salgado, na reflexão teórica sobre o ofício dos historiadores, “os textos de História deixam de ser meros pretextos para se constituírem em núcleo central da investigação historiográfica”.²⁵ De maneira muito próxima pensa Frank Ankersmit, em estudo diverso do já mencionado: “para a nova historiografia, o texto deve ser central – não é mais uma camada para a qual alguém olha *através* (seja em direção a uma realidade passada, seja em direção à autoria intencional do historiador), mas algo para o qual o historiógrafo deve olhar *sobre*”.²⁶ Para o autor, a ênfase da reflexão sobre o conhecimento histórico tem incidido diretamente sobre o texto nas últimas duas décadas do século passado.²⁷

²⁵ GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 32.

²⁶ ANKERSMIT, Frank. *The reality effect in the writing of history; the dynamics of historiographical topology*. Amsterdam: Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen, 1989, p. 8. Considerando a historiografia como a descrição da história da escrita de história através dos tempos, o autor denomina aquele que a pratica como *historiographer*. É visível a disparidade, e mesmo contradição, entre o argumento deste artigo e a forma como a experiência histórica foi tratada no artigo citado anteriormente, onde a problemática do texto foi estranhamente rejeitada.

²⁷ Mesmo tendências epistemológicas que consideram sua relação com a realidade como simples transparência, como vertentes do marxismo por exemplo, passam a assumir, hoje, seu caráter eminentemente discursivo, colocando o texto como princípio de análise. Ver BENNETT, Tony. “Texts in history: the determination of readings and their texts”. In: ATTRIDGE, Derek; BENNINGTON, Geoff;

A noção de “regime de historicidade”, proposta por Gérard Lenclud e François Hartog,²⁸ é de enorme valia para o presente trabalho, pois permite estabelecer uma distinção operatória (o que não implica em ruptura) entre o conhecimento histórico e a reflexão sobre ele, ressaltando não tanto as transformações daquele conhecimento, mas as modificações de enfoque desta reflexão. Nesse sentido, o que interessa aqui para a definição de um estatuto para o texto é menos as diferenças nas suas formas de escrita que a maneira como elas foram até aqui tematizadas. Por conseguinte, uma série de trabalhos alimenta esta discussão. Entre posições de extremidade, como a de Marrou, para quem o texto de história é secundário no conhecimento histórico,²⁹ e a de Roland Barthes, o qual considera este conhecimento como algo estritamente textual, sem referente externo,³⁰ serão discutidos principalmente os apontamentos de Paul Veyne, Michel de Certeau, Hayden White e Reinhart Koselleck.³¹ Tal discussão permitirá retirar dela certas categorias que serão utilizadas no decorrer da exposição, propondo a articulação de autores que trazem importante contribuição para o debate teórico na disciplina histórica.

Seguindo por este caminho, definir a teoria de história aqui pretendida, ou seja, o espaço onde o debate tem lugar, também surge como questão fundamental. Considerando que os contornos deste saber são ainda pouco delimitados, uma precisão será feita no capítulo II. O suporte para esta definição é retirado da tradição teórica alemã, em especial de autores como Jörn Rüsen³² e novamente Reinhart Koselleck. Da noção, concebida pelo primeiro, de racionalidade histórica, a qual se constitui como um

YOUNG, Robert (eds.). *Post-structuralism and the question of history*. Cambridge University Press, 1987, p. 63-81.

²⁸ HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. “Regimes d’historicité”. In: DUTU, Alexandre et DODILLE, Norbert. *L’état des lieux en sciences sociales*. Paris: L’Harmattan, 1993, p. 18-38; HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”. trad. de Eliane Cezar. In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997, p. 07-28; HARTOG, François. “Ordres du temps, regimes d’historicité”. In: *Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 11-30.

²⁹ MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*. trad. de Ruy Belo. Lisboa: Editora Pedagógica Universitária, s/d, p. 28.

³⁰ BARTHES, Roland. “O discurso da história”. trad. de António Gonçalves. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 129.

³¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998; CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales ESC*, nº 6, nov./dec., 1972, p. 1316-1327; CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit.; WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. trad. de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995; WHITE, Hayden. “The historical text as literary artifact”. In: *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*. London and Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978, p. 81-100; para os textos de Koselleck, ver nota 24 supra.

³² RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.

processo circular entre carências existenciais de orientação no mundo que produzem um conhecimento histórico o qual, por sua vez, possibilita a existência de novas carências, o que interessa reter é especificamente o conhecimento proposto, o qual se apresenta sob a forma escrita de um texto. Na definição de Koselleck de teoria da história, ou seja, teoria das condições de possibilidade da história que remetem tanto ao contexto dos acontecimentos quanto à maneira de apresentá-los, o que aparece como fundamental são as condições de possibilidade de representação do passado e não tanto suas circunstâncias existenciais.³³ Em outras palavras, teoria da história é aqui entendida e praticada como um estudo que tem por objeto especialmente o texto historiográfico: ela não trata de uma concepção meta-histórica do devir, mas examina a produção textual de sentido sobre o devir; não se preocupa com a condição de emergência dos eventos, mas analisa a representação dos mesmos em histórias dadas à interpretação, ou seja, à leitura.

Esta teoria, então, tem como procedimento analítico uma hermenêutica do discurso historiográfico, cujo instrumental teórico é formulado no capítulo III, a partir de trabalhos de Paul Ricoeur.³⁴ Com este autor, retomando as discussões levantadas no primeiro capítulo, será estabelecido um estatuto particular para o texto de história, considerando sua concepção da operação historiográfica (a tríplice mimese) e as possibilidades de representação do passado pela historiografia, bem como a definição dada por ele para o discurso e também para a tarefa de interpretação da hermenêutica, colocando o texto como objeto privilegiado. Dessa maneira, na medida em que Ricoeur denomina hermenêutica como “inteligência do duplo sentido”,³⁵ pretende-se dar conta da própria ambigüidade do termo experiência histórica, como referência extradiscursiva de todo o discurso de história e como conceito articulador interno a este discurso.

Na segunda parte deste trabalho, o problema será analisado de modo mais incisivo. Para tanto, uma série de questões devem ser levantadas. Uma delas, sem apontar em ordem de hierarquia, versa sobre a problemática do conceito em si e também

³³ KOSELLECK, Reinhardt. “Théorie de l’histoire et herméneutique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 181-199.

³⁴ RICOEUR, Paul. *De l’interprétation: essai sur Freud*. Paris: Éditions du Seuil, 1965; *Interpretação e ideologias*. trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990; *Tempo e narrativa*. Tomo I, II e III. trad. de Constança Marcondes Cesar, Marina Appenzeller e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994, 1995, 1997; “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998, p. 07-31; “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. In: *Annales HSS*, nº 4, juillet-août, 2000, p. 731-747; *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris, Éditions du Seuil, 2000; *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. trad. de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, s/d; *Do texto à acção. Ensaio de hermenêutica II*. trad. de Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. Lisboa: Rés Editora, s/d.

³⁵ RICOEUR, Paul. *De l’interprétation: essai sur Freud*, op. cit., p. 18.

da sua utilização em historiografia. No primeiro caso, de menor relevância para este trabalho, a filosofia oferece alguns encaminhamentos para a reflexão. Em uma espécie de prestação de contas pessoal, Gilles Deleuze e Félix Guattari desdobram seus pensamentos na indagação *O que é filosofia?*. Para ambos, “filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”.³⁶ Apesar de outros ramos do conhecimento também se valerem de conceitos, caberia, na perspectiva polêmica dos autores, apenas ao filósofo criá-los em seu sentido estrito.³⁷

Do ponto de vista filosófico, todo conceito se apresenta como multiplicidade de componentes, os quais lhe dão conteúdo (“endo-consistência”) e lhe permitem relações com outros conceitos (“exo-consistência”); possui ele uma historicidade própria, na medida em que engendra experiências específicas (o conceito de outrem constitui uma experiência de alteridade); ainda que incorporal, estabelece um vínculo fundamental com os corpos, embora não se confunda com o mundo que lhe é exterior (“o conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa”³⁸). Tais características não apresentam maiores problemas. Para um historiador é problemática, todavia, a sugestão de que o conceito não tem referência, ou melhor, de que ele é auto-referencial, não proposicional e, por conseguinte, define-se como conhecimento de si mesmo. “O conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas”.³⁹

Na historiografia, por outro lado, a relação do conceito com o vivido, com o fenômeno que lhe é referência, é uma relação um tanto mais intrincada e de impossível separação em termos definitivos. Em uma discussão que remonta há pelo menos dois séculos, discussão esta recuperada no capítulo I desta segunda parte, alguns historiadores se debruçaram sobre esta temática. No que se refere à função do conceito historiográfico, qual seja, tornar representável e inteligível o real, organizando e articulando a “matéria” da ação humana, há convergência entre as visões de Henri-Irénée Marrou e Paul Veyne, renovando as propostas oferecidas anteriormente por Max

³⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* trad. de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 10.

³⁷ Pode-se imaginar algo como o *cogito* cartesiano ou a *mônada* de Leibniz como exemplos de conceitos no sentido estritamente filosófico.

³⁸ *Ibid.*, p. 33.

³⁹ *Ibid.*, p. 47.

Weber.⁴⁰ Ambos partem da separação entre aquilo que é real em si e o que é apreendido enquanto conhecimento, estabelecendo relações entre o conceito e seu referente empírico. Todavia, como afirma Paul Veyne, um tanto desconfiado em relação à eficácia dos conceitos, são eles, sobretudo “representações heterogêneas que dão a ilusão da intelecção, mas que são na realidade somente espécies de imagens genéricas”.⁴¹ Ou seja, os conceitos são instrumentos, ainda que ilusórios, de apreensão do passado enquanto realidade.

Pouco tempo depois, em 1974, é o mesmo Paul Veyne quem reconhece a ingenuidade de sua desconfiança. Não se trata de uma opção do historiador, mas sim condição da própria historiografia: “um livro de história que, em nossos dias, é levado em conta é um livro que encontra as palavras que permitem ‘tomar consciência’ de realidades que eram vagamente sentidas sem que se soubesse tematizá-las”.⁴² Encontrar palavras, neste caso, quer dizer utilizar conceitos: é esta a perspectiva futura para a historiografia segundo o historiador francês. A visão negativa cede terreno para um otimismo quase dogmático: “não pretendemos que a história deva ou deveria ser conceitual, constatamos que ela é, que o termo conceitualização é aquele que melhor descreve seus progressos desde Tucídides”.⁴³ Para contornar os possíveis dogmatismos epistemológicos, alguns trabalhos de Reinhart Koselleck servirão ainda como referência teórica primordial, além de permitirem a definição de certas características dos conceitos, na medida em que o historiador alemão desenvolve suas atividades no âmbito da chamada “história conceitual” (*Begriffsgeschichte*) e considerando que sua obra versa incisivamente sobre questões de teoria da história.

Dessa maneira, será almejado um desvio do sério risco de se reduzir o trabalho de pesquisa histórica a exigências de caráter puramente estilístico no âmbito da escrita: a simples seleção e o encadeamento de conceitos diversos. O rigor da análise cederia lugar à escolha estética do texto. Para desviá-lo, a discussão sobre o papel dos conceitos na escrita da história manterá sempre a afirmação de François Dosse segundo a qual “os conceitos não são redutíveis a nenhuma figura retórica nem constituem simples

⁴⁰ WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965, p. 119-213; MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*, op. cit.; VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, op. cit.

⁴¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, op. cit., p. 107.

⁴² VEYNE, Paul. “A história conceitual”. trad. de Theo Santiago. In: Le Goff, J; Nora, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68.

⁴³ *Ibid.*, p. 81.

instrumentos de classificação em categorias. Estão ancorados no campo da experiência do qual nasceram para subsumir uma multiplicidade de significações”.⁴⁴

O capítulo seguinte, após um diálogo travado entre Michel de Montaigne e Walter Benjamin, será destinado particularmente à análise de dois textos historiográficos específicos, no intuito de perceber neles o funcionamento do conceito em questão. Algumas condições se impuseram de antemão na escolha dos textos. Em primeiro lugar, como contraponto à visão de Ankersmit que se valeu, sobretudo, de filósofos para construir sua concepção de experiência, optei por selecionar trabalhos de caráter propriamente historiográfico, bem como autores que privilegiaram o questionamento teórico sobre a historiografia. Como forma de delimitar a abrangência da pesquisa, dois autores foram destacados pelas seguintes razões: a produção de ambos foi transformadora da disciplina histórica e apesar de muito discutida, apropriada, deformada e criticada, ainda guarda em si um vigor intelectual considerável, possibilitando que novos percursos sejam traçados; suas obras foram marcadas não apenas por escritos de história especificamente, mas também por textos importantes que discorreram teoricamente sobre a atividade do historiador. Os autores referidos são Edward Palmer Thompson e Michel Foucault.

Para o historiador inglês, é evidente a importância do conceito de experiência na sua argumentação teórica, tanto para o estudo sobre a classe operária inglesa quanto em sua querela contra o teorismo estruturalista de Louis Althusser; já para o filósofo francês, devido à enorme disparidade de usos em sua obra, este conceito implica em uma série de significados diversos, dos quais importa principalmente aquele assumido nos últimos escritos sobre a sexualidade. De uma forma geral, os variados trabalhos que ambos produziram é de valia para esta pesquisa. Entretanto, num recorte um pouco mais preciso, textos-chave nortearão a pesquisa, sem limitá-la: *A formação da classe operária inglesa* e *A miséria da teoria*,⁴⁵ de Thompson e, da parte de Foucault, o segundo volume dedicado à história da sexualidade, *O uso dos prazeres*, bem como o célebre ensaio *Nietzsche, a genealogia e a história*.⁴⁶

⁴⁴ DOSSE, François. “Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa”. trad. de Ivone Castilho Benedetti. In: *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001, p. 55.

⁴⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. trad de Denise Bottman, Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1988; *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984; “Nietzsche, a genealogia e a história”. trad de Roberto Machado. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-38.

O que se sobressai em ambos e que torna viável sua aproximação é a ênfase na idéia de *experiência como um fazer-se por parte dos sujeitos históricos em um espaço de ação específico, historicamente determinado*. Num caso, trata-se do fazer-se de uma classe simultânea à constituição de uma consciência de classe; noutro, é o processo de subjetivação de indivíduos isolados segundo a relação estabelecida com os códigos morais coletivos. Para os dois autores, os sujeitos, classe ou indivíduo, não são postulados, pelo contrário, são constituídos; não existem previamente, anterior ao processo histórico, mas constituem-se nele em experiências históricas singulares. Por isso, a despeito das disparidades teóricas, a convergência das posições de Foucault e Thompson através do conceito de experiência histórica é o que torna possível a proximidade aqui assumida.

Na análise centrada em cada narrativa, Koselleck oferece duas categorias analíticas essenciais para o escopo deste estudo, quais sejam, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, que servirão de instrumental para a investigação aqui proposta, pois, uma vez que o que interessa estudar é a representação da ação humana no tempo, “o tempo histórico não é apenas uma determinação vazia de conteúdo, mas também uma magnitude que vai mudando com a história, cuja modificação poder-se-ia deduzir da coordenação cambiante entre experiência e expectativa”.⁴⁷

Por fim, no capítulo final desta parte, será proposto um diálogo entre as obras de Koselleck e Ricoeur, orientando a discussão em torno da experiência narrada. As concepções de tempo histórico elaboradas pelo primeiro, bem como suas constantes reflexões sobre as relações entre história e linguagem, fazem um contraponto interessante com o pensamento hermenêutico de Ricoeur e sua teoria sobre a inteligibilidade narrativa do conhecimento histórico. Assim, a investigação se encerra discutindo a capacidade do discurso historiográfico em responder a um questionamento epistemológico essencial: como é possível representar uma experiência de tempo plural em uma temporalidade narrativa singular, ou seja, como criar um vínculo entre o múltiplo da história vivida e o caráter unitário da história narrada?

*

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’”. Dos categorías históricas”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. op. cit., p. 337.

Este é o plano geral do estudo intitulado *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Trata-se de uma investigação sobre a escrita de história tomando-lhe uma dentre tantas outras possibilidades, em um campo de saber ainda incipiente no contexto brasileiro. Em se considerando a tipologia elaborada por Rogério Forastieri, que divide os estudos historiográficos em quatro categorias principais: aqueles que relacionam o autor a sua obra; aqueles estudos de caráter nacional, contextualizando a produção em certo lugar e em certo período; os que partem de um tema específico considerando a maneira como é tratado pelos historiadores; por fim, as grandes sínteses e descrições do estado da arte⁴⁸ – assim, em se tratando tal tipologia, esta pesquisa se coloca em outra posição. Ela incide diretamente na escrita da história, naquilo que é comumente visto como o limite último do conhecimento histórico – seu uso da linguagem –, dando-lhe, contudo, um estatuto fundador: a opacidade que aparentemente inibe o sentido, pelo contrário, produz e possibilita os significados.

A inquietação com a escrita da história não é nova e nem sequer é exclusiva do nosso regime de historicidade. Certamente os meios de que se dispõe hoje para tratar desta questão são variados e muitas vezes contraditórios, levando a posições extremadas, ao que Jay Smith definiu como determinismo do social e determinismo lingüístico⁴⁹: ou a linguagem ou o real, ou o discurso ou a experiência. Creio decisivamente que o estabelecimento de relações teóricas entre dois autores como Ricoeur e Koselleck, cujas reflexões são tão profícuas no campo da teoria da história, permite uma contribuição adequada e oportuna para o desenvolvimento de um espaço de discussão sobre o tema. Ambos oferecem um chão propício para serem assentadas as bases deste saber, o qual não deve ser reduzido apenas às polaridades acima mencionadas, mas sim operar no limite entre elas, num movimento recíproco do real à linguagem e desta em retorno àquele.

⁴⁸ Ver, SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru: Edusc, 2001, p. 22-23.

⁴⁹ SMITH, Jay M. “Between *discourse* and *experience*: agency and ideas in the French pre-revolution”, op. cit., p. 117.

PARTE I

“Tendo uma disposição à compreensão, o homem não pode se impedir de dar um sentido à experiência da história; a fim de poder viver, ele não pode se impedir, por assim dizer, de assimilá-la ao plano hermenêutico.”

Reinhardt Koselleck

I. Considerações sobre a problemática do *texto*

“Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana.”

Lucien Febvre

Tão antiga quanto o conhecimento histórico é a reflexão sobre este mesmo conhecimento. Costuma-se situar em Heródoto o marco fundador de um pensamento que se pode, por uma retrospectiva intelectual, denominar historiográfico, isto é, uma forma de pensar onde a escrita é parte importante de um projeto intelectual, “assimilada ao exercício do julgamento visando a estabelecer o verdadeiro”.¹ E é também nas *Histórias* que uma preocupação vital sobre os pressupostos desta prática vem à tona: a ênfase se desloca da inspiração da musa sobre o aedo, mas também da problemática do julgamento, por parte do *hístōr*, de uma situação previamente dada, para incidir decisivamente sobre a ação em si mesma de historiar, na medida em que aquele que *hístōreî* jamais se nomeia historiador, apenas expressa sua atividade de investigação, ou seja, escreve. Atividade esta que também atribui significados (*semaínei*) e tanto quanto possível “faz ver”, não da maneira divinatória dos adivinhos, mas pelo ato mesmo de se escrever histórias. “*Semaínein* bem como *hístōreîn* são duas operações que possibilitam ver mais longe no espaço e no tempo, além do que se pôde ver por si mesmo, deslocando a fronteira entre o visível e o invisível”.²

Tucídides, escrevendo sua *Guerra do Peloponeso* e marcando a distância em relação a Heródoto, aponta novos percursos da mesma problemática. Aqui, a noção de autópsia e o papel preponderante da visão (ver *in loco* os acontecimentos) elevam o estatuto da escrita de história aproximando-a de sua pretensão de verdade. Quanto às pesquisas por ele realizadas sobre os tempos antigos, diz Tucídides, “sobre eles é difícil dar crédito a todo e qualquer indício. De fato, os homens, mesmo quando as tradições sobre o passado dizem respeito a sua própria terra, agem do mesmo modo: aceitam-nas sem submeter à prova sua autenticidade”.³ A crítica da prova e do indício define com

¹ HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Prefácios de historiadores e textos sobre história reunidos e comentados por François Hartog, traduzidos para o português por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 50.

² *Ibid.*, p. 53.

³ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso. Livro I*. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly com tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 27.

precisão um novo posicionamento daquele que escreve história, indicando sua especificidade em relação aos poetas que, para engrandecer seus hinos, adornam-nos com fantasias, mas também, é provável, em relação a Heródoto, inserido na categoria dos logógrafos ou cronistas que “compuseram visando ao que é mais atraente para o auditório de preferência ao que é verdadeiro, pois não é possível comprovar esses fatos e a maioria deles, sob a ação do tempo, ganhou um caráter mítico que não merece fé”.⁴

Mais que um exercício retórico, o recurso aos antigos pretende dar conta da idade avançada da discussão aqui proposta, realizada ainda em um tempo onde a poesia, como escrita sobre acontecimentos possíveis, era sobreposta à história, narrativa de eventos prováveis.⁵ A reflexão sobre o conhecimento histórico é irmã siamesa deste mesmo conhecimento e da mesma maneira que este sofreu profundas transformações com o passar do tempo, a própria reflexão sobre ele também foi objeto de importantes questionamentos que alteraram consideravelmente sua maneira de pensar bem como o modelo de sua atuação. Heródoto preocupou-se com a posição ocupada por aquele que pretende investigar os fatos, e também em definir sua singularidade em relação ao aedo, o qual atuava como mero intermediário para as Musas; Tucídides, por sua vez, ultrapassando as preocupações do historiador de Halicarnasso (ou de Túrio), estava mais ocupado em delimitar precisamente os procedimentos investigativos, inserindo as noções hoje definidas como prova e indício e também enfatizando as relações entre o visível e o enunciável na investigação. O primeiro, narrando a história, queria encontrar meios de vê-la ou fazer vê-la; o segundo, vendo a história, procurava maneiras de narrá-la. Embora Tucídides ele mesmo tenha se valido de testemunhos orais como forma de legitimar sua história, é notável em sua obra a preeminência do olhar, ou seja, da autópsia, o que tem por consequência fundamental o privilégio da história do tempo presente, a qual o historiador em pessoa pôde presenciar.⁶

Seguindo os passos de François Hartog e Gérard Lenclud, poder-se-ia atribuir à reflexão sobre o conhecimento histórico um regime de historicidade próprio, não

⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁵ “O historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido.” ARISTÓTELES. *Arte retórica, arte poética*. Introdução e notas de Jean Voilquin e Jean Capelle. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difel, 1964, cap. IX, p. 278.

⁶ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 15-28 e p. 273-314; HARTOG, François. “L’oeil de Thucydide et l’histoire ‘véritable’”. In: *Poétique*, n° 49, février, 1982, p. 22-30.

desvinculado, entretanto, do regime de historicidade da própria história enquanto conhecimento. Nas suas palavras: “certamente, regime de historicidade e regime historiográfico não se situam exatamente sobre o mesmo plano”. Uma indagação mais forte se faz presente: “as concepções de história no sentido geral e, de maneira mais restrita, os modelos historiográficos operados pelos historiadores (e aqueles que escolhem como seus antepassados), mais tarde comparados entre eles pelos historiadores da história, não serão eles produtos de regimes de historicidade específicos?”.⁷ É importante notar que esta questão permite pensar em termos distintos, de um lado, a consciência para com o passado e, de outro, a consciência propriamente histórica. Assumo aqui a idéia de que é possível, de fato, ampliar tal distinção compreendendo a consciência historiográfica como uma espécie de valor reflexivo sobre a história.⁸ Afinal, pensar não apenas a história, mas também o pensamento que a pensou e que a pensa ainda é, em última instância, debruçar-se sobre o próprio presente e caminhar em direção à “estranheza do que acontece hoje em dia”.⁹

Precisando ainda mais a noção de regime de historicidade, Hartog a compreende como “uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra”.¹⁰ Ou seja, esta noção permite conceber um espaço de possibilidades para se pensar historicamente, delineando certos limites para o pensamento e, conseqüentemente, definindo os possíveis locais de ruptura.¹¹

⁷ HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. “Regimes d’historicité”. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. *L’état des lieux en sciences sociales*, op. cit., p. 20.

⁸ Pierre Nora, por exemplo, considera que o advento de uma história da história, fruto da cisão entre história e memória, provoca o despertar, pelo menos na França, de uma “consciência historiográfica”, colocando a historiografia em sua “era epistemológica”: “o nascimento de um cuidado historiográfico, é a história que se propõe o dever de perseguir nela mesma aquilo que não é ela, descobrindo-se vítima da memória e se esforçando para dela se livrar”. NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: *Les lieux de mémoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1984, p. 26.

⁹ HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. “Regimes d’historicité”, op. cit., p. 38.

¹⁰ HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”, op. cit., p. 08.

¹¹ Pensando as diferenças entre formas de escritas de história, Rogério Forastieri utiliza um termo problemático para tratar dos estudos historiográficos anteriores ao século XIX; ele os define segundo uma “pré-história dos estudos historiográficos”, onde tal preocupação produziria uma série de “empenhos” intelectuais. SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*, op. cit., p. 26.

Tal compreensão propicia um ganho teórico considerável. A consciência histórica é, por certidão de nascimento, uma reflexão sobre si mesma, tornando difícil a distinção entre o que é o conhecimento e o que é a problematização deste conhecimento.¹² Hoje, para evitar esta sobreposição conceitual própria de um regime de historicidade que, na fórmula de Droysen, considerava que “a história é ela mesma seu próprio saber”,¹³ constitui-se um campo de saber que pretende dar conta propriamente de uma reflexão sobre o conhecimento histórico. Nas palavras de Manoel Salgado Guimarães, tal campo, dito historiografia, consiste no “exercício sistemático de compreensão da memória da história”, tendo por escopo desnaturalizar a disciplina histórica e perceber os fundamentos que lhe garantem o “monopólio de enunciação sobre o passado”.¹⁴ Encontram-se, dessa maneira, historicidades singulares e dois regimes que é possível distinguir: a história disciplina, que há já bem mais de um século se firmou enquanto forma de conhecimento legítimo, e a historiografia, história desta disciplina, a qual vem ainda desenhando seus contornos sem, contudo, parecer se preocupar em demasia com o rigor do traçado, o que certamente não é de todo ruim.¹⁵

Pois, se a historiografia pretende se configurar como um espaço de conhecimento específico, quais os limites desta especificidade? Qual seu grau de autonomia prática, isto é, até que ponto possui instrumentos analíticos que, ainda que inspirados em outras disciplinas, não a reduzem simplesmente à história intelectual das escolas históricas, à história social dos historiadores ou mesmo a balanços de carreira como ensaios de ego-história, por exemplo? De que maneira a historiografia historiciza a história, de quais procedimentos se vale para determinar a *memória histórica*? É certo que ela deve buscar ferramentas em disciplinas alheias, mas como utilizá-las adequando-as para um objeto tão particular? Em uma pergunta: como é possível distinguir os dois regimes de historicidade, distinção que condiciona a possibilidade de existência da própria historiografia? Algumas colocações podem ser feitas.¹⁶ Uma via

¹² Obviamente, seria inadequado considerar Heródoto, Tucídides ou mesmo Aristóteles a partir da noção contemporânea de teoria da história como campo de saber específico.

¹³ *Apud.* KOSELLECK, Reinhart. “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 27.

¹⁴ Em palestra proferida no I Simpósio do GT de História Cultural, Porto Alegre, 03 de setembro de 2002.

¹⁵ Para uma recente e extensa síntese sobre a história da historiografia, ver SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*, op. cit., p. 17-168.

¹⁶ Estas indagações não pretendem levar a uma ruptura indesejada entre o conhecimento histórico e a historiografia ou teoria da história, mas partem da constatação de que as duas últimas estão na formação de um campo de saber específico entre os muitos do conhecimento histórico, uma vez que, por exemplo, dão nome a linhas de pesquisa em cursos de pós-graduação e a espaços institucionalizados de discussão. Na França, por exemplo, é notável a fundação, em 1987, da cátedra de historiografia antiga e moderna na

de acesso para a apreensão das diferenças entre os regimes de historicidade da história e da historiografia pode ser aberta a partir da crítica do conhecimento histórico naquilo que é sua materialidade, seu aspecto formal, ou seja, colocando o estatuto do texto histórico em questão. Todavia, por mais propositado que seja, é inviável para os limites deste capítulo estabelecer uma extensa cronologia das inúmeras considerações elaboradas sobre o problema do texto de história, tampouco seria possível fazer a história deste problema. É suficiente por enquanto atentar para alguns casos em particular.

Em 1954, em um livro fundamental para a reflexão sobre o conhecimento histórico, Henri-Irenée Marrou salienta a importância da distinção entre o conhecimento propriamente dito e suas exigências de caráter prático, a saber, sua escrita. “De fato, a História existe já, perfeitamente elaborada no pensamento do historiador, antes mesmo de ele a ter escrito; sejam quais forem as interferências dos dois tipos de atividade, são logicamente distintas”.¹⁷ Treze anos mais tarde, em tom um tanto mais polêmico, Roland Barthes publica seu *O discurso da história*. Provocando os historiadores e questionando os postulados de seu ofício, sugere afirmativamente que “o fato não tem nunca senão uma existência lingüística (como termo de um discurso), e no entanto tudo se passa como se essa existência não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o ‘real’”.¹⁸ Duas posições fortes, opostas uma da outra, e que talvez marquem uma diferença profunda entre dois regimes de historicidade da reflexão sobre o conhecimento histórico: no primeiro caso, trata-se de um historiador se aventurando pelo universo da investigação filosófica da história, para quem o texto não tem senão uma importância secundária, mera transcrição de algo que lhe é anterior e independente: o conhecimento histórico ou a “correta aplicação” da razão no entendimento histórico; para o segundo, estudioso da semiologia e dos usos que lhes são atribuídos, o texto assume plenamente o lugar do conhecimento como estrutura significante: não existe conhecimento que não seja textual assim como não existe realidade no texto que não seja a da palavra.

École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS, por François Hartog. No Brasil, percebe-se a abertura deste espaço na fundação de grupos de trabalho (GT de Teoria da História e Historiografia na ANPUH) bem como de centros de referências historiográficas (Centro de Pesquisas Historiográficas do Rio Grande do Sul/CPH-RS, vinculado à Universidade de Passo Fundo).

¹⁷ MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*, op. cit., p. 28. Tomo aqui a citação sem situá-la em relação ao restante da obra, mais precisamente ao capítulo que trata do uso do conceito, p. 131-150.

¹⁸ BARTHES, Roland. “O discurso da história”. In: *O rumor da língua*, op. cit., p. 129.

Entre as duas posições radicais, e na transformação de um regime de historicidade onde o escrito de história vai assumindo um papel cada vez mais importante e fundamental para a teorização do conhecimento histórico, encontram-se estudos que permitem balizar melhor as linhas que se seguem. Não seria cabível para o momento investigar a data precisa de emergência do texto histórico como problema; as duas datas aqui apresentadas, 1954 e 1967, não têm senão um sentido figurativo que auxilia na estruturação deste trabalho, ilustrando pontos de vista mais que eventos cronológicos.

Paul Veyne aparece na lista de autores que se situam entre as posições já mencionadas. *Como se escreve a história*, livro de 1971, em certa medida inaugura uma problemática epistemológica inteiramente diferente para se tratar do conhecimento histórico.¹⁹ A obra não tem preocupações analíticas explícitas, não traz um recorte específico, procura falar da história em si e não da história disso ou daquilo, considerando que todos seriam capazes de entender que é de tal história que ele fala. Todavia, o próprio autor não permite a impunidade, desferindo golpes duros neste campo que lhe serve de alvo e aguçando a desconfiança do leitor: “a história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe”.²⁰ Então, é a inquietação que se impõe: mas que história é essa sobre a qual ele está falando, que não é ciência, nem tem métodos e que nada explica? Procura-se no texto, não se encontra – ela, de fato, ali não existe –, e quando se percebe, o próprio autor desapareceu. Esta sensação de vertigem do leitor é a mesma que há tempos Michel de Certeau traduziu, quando apontou para o fato de que a epistemologia de Veyne não se organiza sobre um corpo constituído de obras, não havendo sistematicidade em sua leitura (reconhecidamente erudita e fina) e ele próprio parece não estar nunca *lá*.²¹ Ele ainda adverte para a ausência de grandes obras da historiografia francesa as quais Veyne nem chega a mencionar. Um contemplar mais cuidadoso, contudo, da maneira como faz Certeau, traz vestígios dessa história que o livro procura tratar.

O título levanta suspeitas, pois traz o peso da afirmação quando poderia flutuar sem culpa no vazio de uma indagação: Paul Veyne nos *diz* como se escreve a história, não se trata de pergunta. A investigação proposta também desloca a ênfase do

¹⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, op. cit.

²⁰ *Ibid.*, p. 12.

²¹ CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”, op. cit., p. 1316-1327.

substantivo para o verbo, do que é história para como praticá-la. A história de que fala é uma história que se escreve, produto de uma escrita; é, pois, um texto de história e traz todo o caráter de sua produção: uma *narração* verídica, organizada em uma *trama* (*intrigue*), que se vale de todo um trabalho de *conceitualização* (espécie de *nominalismo*), e que, resumindo, “é uma noção *livresca* e não existencial”.²² É ainda Certeau quem nos guia: a mobilidade da obra de Veyne faz com que ela pertença a uma forma literária típica, denominada “retórica da erudição”. Não se trata de lhe dirigir uma crítica negativa, mas de apontar para sua inseparabilidade, no campo da historiografia, da “retórica da curiosidade”. *Como se escreve a história*, desse modo, “define-se pela conexão e pela tensão entre uma retórica da erudição e aquela do prazer (...) para Veyne, a historiografia se encontra reconduzida, em matéria de coerência, às regras de um gênero literário e, em matéria de referente, ao prazer do pesquisador. Em suma, é o texto de um desejo”.²³

Assim, a epistemologia de Paul Veyne não cita autores que, na visão de Certeau, deveria citar, não se debruça sobre os procedimentos metodológicos dos historiadores, tampouco trata dos instrumentos analíticos de sua pesquisa; ele não trabalha com um campo bem definido nem mesmo fala a partir de um lugar identificável, simplesmente discorre sobre a escrita da história, sobre como escrevê-la. Salienta ainda um certo tom nostálgico na posição de Veyne, para quem, retomando Aristóteles, as relações entre palavras e coisas não apresentariam maiores complexidades, a linguagem, adequando-se facilmente ao seu referente, domesticaria o real e se tornaria a transparência dos fatos verdadeiros, uma “linguagem da presença”.²⁴ Há nesta epistemologia, entretanto, uma série de questões novas que foram possíveis de serem levantadas a partir da experiência de historiador de Paul Veyne. Elas se dirigem em duas direções: a primeira diz respeito ao *discurso* da história, a outra é relativa ao próprio historiador em seu *desejo* de saber, em sua curiosidade.

Com relação ao segundo, pode-se pensar que por detrás da reflexão epistemológica de Paul Veyne há uma preocupação propriamente ética, propondo um retorno ao sujeito da história, isto é, ao sujeito que a escreve. Tal preocupação, sugere Certeau, re-insere no âmbito do discurso da história a primeira pessoa, rejeitando a suposta ilusão referencial de uma escrita omissa, de um sujeito gramatical oculto na

²² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. op. cit., p. 68. Os termos em itálico são por ele utilizados, e constam segundo a tradução brasileira.

²³ CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”, op. cit., p. 1319.

²⁴ *Ibid.*, p. 1321-22.

terceira pessoa, como se o referente da história pudesse falar por si mesmo, ecoando sobre a mudez objetiva do historiador e da ciência. O que está em jogo, nesse sentido, é o lugar daquele que escreve histórias sobre outros tempos na sua própria temporalidade, o papel nela por ele desempenhado.

No tocante à historiografia enquanto discurso, ponto de maior interesse para este trabalho, sua tese de que a história nada explica, ou antes, de que a explicação histórica não é mais que a organização dos fatos em uma intriga, e também o apoio buscado na tarefa de conceitualização por ela realizado, ou seja, no próprio procedimento de escrita da história, indicam a obra de Veyne como uma “epistemologia de transição”. Termo mais que adequado para embasar a hipótese de que há, realmente, um regime de historicidade próprio da reflexão sobre o conhecimento histórico: o livro não inicia uma nova forma de escrita da história, ele não está na vanguarda de um suposto retorno da narrativa, mas permite maneiras diferentes de se perceber esta prática, de dirigir a ela uma reflexão propriamente teórica. Nas palavras de Certeau, Paul Veyne abre um problema novo e fundamental que “diz respeito ao fato de que a epistemologia, ontem organizada em relação ao ‘objeto’ e ao real, refluí hoje sobre a linguagem. (...) Nós passamos assim de uma realidade histórica (l’Histoire, ou *Geschichte*) ‘recebida’ em um texto, para uma realidade textual (l’historiographie, ou *Historie*) ‘produzida’ por uma operação cujas normas são previamente fixadas”.²⁵

Esta passagem introduz os trabalhos de Michel de Certeau na discussão até aqui levantada. Na obra coletiva de 1974, *Faire de l’histoire*, há o artigo intitulado *A operação histórica*, escrito pelo historiador.²⁶ Abre-se com uma pergunta: “o que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’?”, história entendida enquanto uma atividade técnica de mediação da relação que mantemos com o passado. Tal indagação assume as vezes de uma reflexão teórica sobre a história, definindo a validade da teoria por sua articulação a uma prática, “ou seja, a teoria que, por um lado, abre as práticas sobre o espaço de uma sociedade, e que, por outro, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina”.²⁷ O que significa que, para Certeau, a teoria da história não é uma epistemologia que se coloca sobre a historiografia, numa espécie de mirante meta-historiográfico, mas uma reflexão em permanente interação com a prática que a possibilita.

²⁵ *Ibid.*, p. 1324.

²⁶ CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*, op. cit., p. 17-48.

²⁷ *Ibid.*, p. 18.

Para responder àquela pergunta e levar adiante a reflexão teórica que nela está imbricada, Certeau trata dos “antecedentes dos quais o discurso não fala”, do lugar específico, com suas leis próprias, que abre o campo da operação histórica. De início, refere-se a um *lugar social*. Na medida em que o conhecimento histórico passa a se institucionalizar no seio da sociedade, e isto de formas variadas das quais a universidade é apenas uma delas, os historiadores vão institucionalizando sua própria prática, situando-a em um lugar específico. Lugar este tanto como espaço físico (uma instituição em particular, uma nacionalidade), quanto como espaço de enunciação (uma vertente de pensamento, uma escola histórica). No âmbito do discurso histórico, este processo de institucionalização produz modificações na escrita da história. Como diz Certeau, “no texto, o *nós* é a representação de um contrato social ‘entre nós’, é um sujeito plural que ‘mantém’ o discurso. (...) A partir daí evidencia-se a prioridade do discurso histórico sobre cada obra historiográfica particular, e a relação desse discurso com uma instituição social”.²⁸

A operação histórica, em seu lugar social, também aparece enquanto uma *prática*. Prática definida historicamente (“cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhes são próprios”), mas também prática que define o estatuto daquela operação (“o lugar concedido à técnica faz a história cair para o lado da literatura ou para o lado da ciência”).²⁹ Nesse sentido, a história, na medida em que é uma prática de escrita, funda-se em uma relação do discurso com as técnicas que o produzem, constituindo uma dimensão cultural (“simbolização literária”) a partir de elementos “naturais”: “colocando-se ao nível dessa prática, não se encontra mais a dicotomia que opõe o *natural* ao *social*, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma ‘naturalização’ das relações sociais”.³⁰ Daí decorre a possibilidade da história se constituir como prática de crítica, pois permite reconhecer o “limite do pensável” descobrindo em desvios significativos (os acontecimentos enquanto diferença) o ponto que desloca a relação dos modelos explicativos relativamente à realidade por eles visada, ou seja, permite reconhecer o ponto de escape da realidade, fugindo aos sistemas teóricos. Nesse sentido, portanto, a história lida com a diferença pertinente, instaura uma *mise en scène* do outro, o que, em última análise, significa

²⁸ *Ibid.*, p. 22. Nesse sentido, talvez, deveríamos ler as provocações de Paul Veyne como uma grande vontade de se desinstitucionalizar a história e, com isso, libertar a obra de história do discurso que a funda.

²⁹ *Ibid.*, p. 28.

³⁰ *Ibid.*, p. 29.

“*simbolizar o limite e a partir daí tornar possível uma ultrapassagem*”.³¹ À teoria da história, por conseguinte, caberia perceber os procedimentos de simbolização e também a mutação dos limites.

No ano seguinte à publicação deste artigo, Certeau publica *A escrita da história*, livro em que vem retomar suas idéias iniciais e aprofundá-las de forma notável em um exercício de reflexão teórica por ele denominado de um “estudo da escrita como prática histórica”.³² Segundo o autor, a moderna historiografia nasce de um corte fundamental que se abre em três direções: primeira, a instauração da diferença entre presente e passado; em seguida, a demarcação da distância em relação à tradição; e, por fim, a clivagem entre discurso e corpo (social). Seguindo por esta última direção aberta, considera que a história mantém com a morte (o corpo desfalecido) uma relação fundamental, marcada pelo signo da ausência e do silêncio: o passado não existe senão por meio de vestígios, e sua voz apenas ecoa através da quietude dos documentos: a única fala que impera no final das contas é o discurso da história.³³

Este discurso, contudo, pretende-se portador da fala de um outro, ou antes, reconhece que procura falar o que o outro cala; é da ordem da interpretação: “um saber-dizer a respeito daquilo que o outro cala, e garantindo o trabalho interpretativo de uma ciência (‘humana’), através da fronteira que o distingue de uma região que o espera para ser conhecida”.³⁴ É uma ruptura que divide aquilo que pode guardar uma memória daquilo que deve ser esquecido, no intuito de “obter a representação de uma inteligibilidade presente”.³⁵ O esquecimento marca na história o que morre, o que é perecível, tornando-a tanto um “trabalho da morte”, pois se constitui como túmulo escriturário para os mortos, quanto um “trabalho contra a morte”, procurando distinguir dentre as deslembanças o que deve persistir na memória.

Assim sendo, o embate entre lembrança e esquecimento tem origem nas determinações de um lugar e, do mesmo modo, define um modo de produção próprio da

³¹ *Ibid.*, p. 41.

³² CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit. (ed. bras. *A escrita da história*. trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982).

³³ Embora se possa atribuir à história do tempo presente uma exceção a esta metáfora, na medida em que ela pode se valer de testemunhos vivos, há sempre na prática do historiador uma certa indeterminação pela possibilidade do silêncio da testemunha, isto é, pela distância instaurada entre o objeto e o sujeito do conhecimento. Ver HARTOG, François. “A testemunha e o historiador” trad. de Patrícia Chittoni Ramos; e VECCHI, Roberto. “Barbárie e representação: o silêncio da testemunha”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

³⁴ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., p. 9 (ed. bras. p. 15).

³⁵ *Ibid.*, p. 10 (p. 16).

historiografia; é este lugar que determina a *economia da memória*³⁶ no trabalho historiográfico.³⁷ A primeira parte do livro de Certeau intitula-se, em razão disso, *As produções do lugar* e é dividida em dois capítulos. Um capítulo, *Fazer história*, que trata essencialmente do problema da ideologia investida na produção historiográfica, da historicidade própria da história em sua relação com a práxis social, da sua oscilação entre uma prática real e um discurso fechado em um texto, e, enfim, do caráter mítico por ela assumido no mundo moderno. O que interessa aqui reter é a questão do discurso em sua relação com a realidade. Esta ocupa duas posições distintas no procedimento da historiografia: “o real enquanto é *conhecido* (...) e o real enquanto é *implicado* pela operação científica (...). De um lado o real é o *resultado* da análise e, de outro, é o seu *postulado*”.³⁸ É na relação destas duas posições que existe a ciência histórica e seu discurso será definido como “*um texto* que organiza unidades de sentido (frases, conceitos, citações etc.) e nelas opera transformações cujas regras são determináveis”.³⁹

É no capítulo seguinte, porém, que vão se encontrar os elementos mais interessantes para a análise até aqui conduzida, ou seja, sobre o estatuto do texto na reflexão teórica da história. Intitulado *A operação historiográfica*, traz uma versão revisada e ampliada do artigo publicado em 1974. A alteração do título visando à ênfase no aspecto gráfico da operação, bem como a inserção de uma terceira parte que trata literalmente da escrita, completando a operação (um lugar, uma prática, uma escrita), tais procedimentos vão fornecer ao autor o instrumental analítico adequado para seu pretendido estudo sobre a escrita da história, e é deles que tirarei algumas noções sobre o conceito de texto historiográfico.

A escrita do texto de história é marcada de início por uma inversão em relação à prática investigativa, pois se esta, alimentada por uma curiosidade inesgotável, não encontra nunca seu termo, o texto, pela sua própria materialidade de linguagem, possui limites bem precisos. Poder-se-ia sugerir a partir disto que o texto de história, uma vez que encerra num discurso específico certa racionalidade histórica, definida pelos procedimentos relativos à pesquisa engendrada e pela concepção de história nela implícita, apresenta-se como via privilegiada para a apreensão desta mesma

³⁶ Este termo não é utilizado por Michel de Certeau.

³⁷ Para uma historização das relações entre história e memória, ver LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e memória*. trad. de Bernardo Leitão (et. al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 423-484; e POMIAN, Krzysztof. “De l’histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d’histoire”. In: *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999, p. 263-344.

³⁸ CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 46 (p. 45).

³⁹ *Ibid.*, p. 53 (p. 51).

racionalidade. A partir dele se compreende tanto esta redução da pesquisa quanto uma distorção da realidade: “só uma distorção permite a introdução da ‘experiência’ numa outra prática, igualmente social, mas simbólica, escriturária, que substitui a autoridade de um saber pelo trabalho de uma pesquisa”.⁴⁰ Isso significa que toda a pretensão à universalidade na historiografia, ainda que legítima, só pode encontrar abrigo seguro numa posição aquém ou além do discurso de história; posição, pois, meta-historiográfica.

Ora, a exposição da pesquisa se encontra circunscrita por uma “lei mascarada”: ela depende de uma ordem cronológica que estabeleça as relações entre o “tempo das coisas” e o “tempo discursivo”. Assim, a historiografia, “mediando este tempo referencial, pode condensar ou estender seu próprio tempo, produzir efeitos de sentido, redistribuir e codificar a uniformidade do tempo que corre”.⁴¹ No texto de história, o trabalho com o tempo assume o movimento pendular entre dois tipos distintos de discursos: a narração, cujo conteúdo e desenvolvimento obedecem a uma ordem de sucessão definida; e o discurso lógico, onde o conteúdo (a verdade dos enunciados) remete a um desenvolvimento dedutivo das proposições. O caráter misto da historiografia, por conseguinte, opera segundo uma “narrativização”, pois seu desenvolvimento segue a série temporal e, inversamente, segundo uma “semantização” ou encadeamento lógico dos enunciados (causalidades). Desse modo, “a verossimilhança dos enunciados se substitui constantemente a sua verificabilidade. Daí a autoridade que este discurso necessita para se sustentar: aquilo que perde em rigor deve ser compensado por um acréscimo de credibilidade”.⁴²

A credibilidade do texto de história, da qual depende seu estabelecimento como um “saber do outro”, está amparada pelas citações, pelas referências, pelas notas e “por todo o aparelho de remissões permanentes a uma linguagem primeira”,⁴³ ou linguagem do outro; a decomposição analítica do objeto visado, com isso, opera simultaneamente a uma “recomposição textual”. “Assim, a linguagem citada tem por função dar credibilidade ao discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento, remete discretamente a um lugar de autoridade”.⁴⁴ Portanto, a citação,

⁴⁰ *Ibid.*, p. 104 (p. 96).

⁴¹ *Ibid.*, p. 104 (p. 96).

⁴² *Ibid.*, p. 111 (p. 101, traduzindo o termo “verossimilhança” – *vraisemblance* – por “plausibilidade”).

⁴³ *Ibid.*, p. 111 (p. 101).

⁴⁴ *Ibid.*, p. 111 (p. 101, traduzindo a expressão “dar credibilidade” – *accréditer* – por “comprovar”).

essa espécie de “efeito de real”,⁴⁵ por exemplo, tem por mérito estabelecer a articulação do texto com seu referencial externo, seu outro, e também garantir o rigor expositivo almejado pelos trabalhos de história.

Outro ponto de apoio sobre o qual se deposita a confiança no texto de história é tratado a partir de seus “recortes semânticos” ou conceitos. Estes assumem o papel de conectores entre o fragmento de texto citado e o sentido próprio do texto historiográfico. Contudo, estão sempre em descompasso em relação ao documento. A estrutura textual da escrita da história “é o espaço onde o *movimento* da documentação, quer dizer, das pequenas unidades, semeia a desordem nesta ordem, escapa às divisões estabelecidas e opera uma lenta erosão dos conceitos organizadores”.⁴⁶ O funcionamento desta escrita particular trabalha tanto com a construção de significados quanto com a erosão dos significantes; Certeau definiu com precisão: “a constituição de ‘corpos’ conceituais por um recorte é ao mesmo tempo a causa e o meio de uma lenta hemorragia. A estrutura de uma composição não mais retém aquilo que representa, mas deve também sustentar o bastante para que com esta fuga sejam verdadeiramente encenados – ‘produzidos’ – o passado, o real ou a morte de que fala o texto. Assim se encontra simbolizada a relação do discurso com aquilo que ele *designa ao perdê-lo*, quer dizer, com o passado que ele não é, mas que não seria pensável sem a escrita que articula ‘composições de lugar’ com uma erosão destes lugares”.⁴⁷

Em suma, o estatuto do texto de história, tal como é possível concebê-lo a partir dos escritos de Michel de Certeau, permite atribuir-lhe o lugar de *referência de valor* para a operação historiográfica, possibilita perceber as direções da pesquisa, seguir seus caminhos, constatar seus resultados e avaliar sua adequação à realidade já distorcida, mas ainda assim visada; torna possível ainda efetivar a crítica da racionalidade histórica através de seus “conceitos hemorrágicos”, colocando-os em suspenso para perceber tanto sua construção como sua pertinência teórica e analítica. E na medida em que a escrita de história funciona como “rito de sepultamento”, enterrando determinados passados para dar vida a certos presentes, a crítica do texto ainda funciona como tarefa de exumação de cadáveres, revelando as determinações do lugar, da prática e da escrita (da *operação historiográfica*, enfim) que, de fato, determinaram suas mortes, os esquecimentos e as lembranças.

⁴⁵ BARTHES, Roland. “O efeito de real”. In: *O rumor da língua*, op. cit., p.131-136.

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 116 (p. 105).

⁴⁷ *Ibid.*, p. 116 (p. 106).

Permanecendo no ambiente da historiografia francesa, pode-se vislumbrar a colocação em prática das possibilidades abertas por Michel de Certeau. Em 1979 François Hartog defende sua tese de doutoramento, publicada em 1980 com o título *O espelho de Heródoto*.⁴⁸ Reconhecendo a importância de Certeau, no prefácio escrito dez anos após a publicação do livro, Hartog denomina sua tese sobre o primeiro historiador de “experiência de leitura” e se coloca no âmbito dos historiadores da cultura; esta, pelo menos a nossa, entendida como sendo “feita de tal modo que não cessa de retornar aos ‘textos’ que a constituíram, de ruminá-los, como se sua leitura fosse sempre uma releitura”.⁴⁹ Assim, a tarefa primordial desta leitura é reconstruir a questão proposta por tais textos, redesenhar seu horizonte de leitura, recalculá-los e perceber os enganos por eles provocados; em uma palavra, historicizá-los, o que “não significa modernizá-los ou atualizá-los, mas sobretudo fazer ver sua inatual atualidade: suas respostas a questões que nós não mais levantamos, não sabemos mais levantar ou simplesmente ‘esquecemos’”.⁵⁰ Hartog parte de certos pressupostos metodológicos retirados da lingüística da enunciação, mais precisamente dos trabalhos de Émile Benveniste. Isso lhe permite deixar ao texto sua fluidez própria, o compasso de sua narrativa, o ritmo que o anima e a estrutura que coloca em movimento sem, no entanto, recusar o peso marcante do ambiente da sua produção.

Ele define seu estudo como uma semântica histórica, objetivando, através do “efeito do texto” produzido na relação entre narrador e destinatário, uma “arqueologia do olhar do historiador”. Dessa maneira, é no âmbito da materialidade própria ao texto que ele vai encontrar o lugar de Heródoto em um saber compartilhado, desdobrar a prática de *historêi* e desvendar a escrita das *Histórias*, ou seja, é ali que incide sua análise sobre a operação historiográfica, vislumbrando as construções das frases, a posição do sujeito da enunciação, o significado dos verbos e a representação dos conceitos utilizados; a escrita, neste caso, remete invariavelmente à prática e às determinações do lugar em que é praticada.

Fora do ambiente francês, também encontramos trabalhos fundamentais para o ensejo aqui proposto, trabalhos estes que não se originam das reflexões propostas pelos historiadores franceses e que remontam a tradições diversas. Apenas como exemplo a ser mencionado, o estudo de Peter Gay, *O estilo na história*, publicado em 1974, já

⁴⁸ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit. p. 15-29.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 15.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 16.

apontava para questões pertinentes ao texto da história, considerando as escolhas estilísticas do historiador (o que não quer dizer meramente estéticas) como parte constitutiva do conhecimento por ele produzido.⁵¹ Dois outros merecem aqui destaque maior pela importância de suas análises e justamente também por descortinarem novos horizontes de reflexão, abrindo caminhos metodológicos para a análise do texto historiográfico. Seus autores: Hayden White, com seu *cultural criticism* trabalhando no âmbito intelectual norte-americano, e Reinhart Koselleck, historiador oriundo de uma tradição teórica alemã.

Hayden White define seu trabalho como uma “análise da estrutura profunda da imaginação histórica” através daquilo que a história manifestamente é: “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”.⁵² A partir de um conjunto de teorias oriundas dos estudos da linguagem e com uma ênfase declaradamente formalista, White constrói sua mesa de trabalho. A estrutura verbal sobre a qual se debruça se constitui a partir de estratégias explicativas ou modos de articulação discursiva variados. Na narrativa histórica, para o autor, a explicação pode se dar por três fatores principais: por elaboração de enredo (*emplotment*), que define se a história tem um caráter romanesco, trágico, cômico ou satírico; por argumentação formal, dividida nos modelos formista, organicista, mecanicista e contextualista; finalmente, por implicação ideológica: anarquista, conservadora, radical e liberal. Decorre daí que o estilo do historiador é caracterizado pela combinação de tais estratégias. Assim, segundo o estilo particular a cada historiador, as explicações construídas são passíveis de apreensão através da “desconstrução” analítica do seu discurso e da identificação das referidas estratégias.

O mais importante a ser salientado da obra de White, todavia, é a natureza do trabalho historiográfico por ele concebida. Segundo o teórico, “o problema do historiador é construir um protocolo lingüístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo e os elementos nele contidos, *nos seus próprios termos* (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa”.⁵³ Estes protocolos possibilitam *prefigurar* o campo que se constitui como objeto de história, pois, “antes que um dado

⁵¹ GAY, Peter. *O estilo na história*. trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁵² WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, op. cit., p. 11.

⁵³ *Ibid.*, p. 45.

domínio possa ser interpretado, há de ser primeiro organizado como um território povoado por figuras discerníveis”.⁵⁴ Nesse sentido, o texto de história não é nem pode pretender ser simplesmente uma representação de significados externos a ele (o sentido dos eventos passado), mas constitui-se, por outro lado, como um espaço de construção de significados: ele *significa o passado* e o sentido dos eventos permanece subsumido ao sentido da narrativa.

O ato de prefigurar a realidade visada, condição fundamental para o trabalho de história, é, sobretudo, um ato poético e, dessa maneira, encontra-se em um nível lingüístico ou tropológico: o conhecimento histórico propriamente dito é posterior a ele, sua conseqüência. “No ato poético que precede a análise formal do campo, o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceituais de que valerá para explicá-lo”.⁵⁵ Estas estratégias são por ele definidas através de uma teoria tropológica do discurso (os tropos fundamentais são a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia). Seu trabalho, por fim, resulta da identificação destes tropos, articulados pelas estratégias explicativas já referidas, em cada um do historiador ou filósofo da história por ele estudado. Nesse sentido, o estatuto do texto em Hayden White, pelo menos no livro aqui tratado, pode ser definido como secundário, ainda que desempenhe nele papel fundamental, pois, embora seja ele seu grande objeto de análise, o que realmente lhe interessa é perceber a dimensão pré-escrita da operação historiográfica, anterior ao texto, situada no nível meta-histórico da imaginação oitocentista. A matéria escrita não emerge senão como manifestação dos protocolos lingüísticos da teoria dos tropos; o texto ocupa o lugar intermediário entre as condições de linguagem para a construção do enredo e o modo de consciência por meio do qual cada autor em particular concebe sua história.

Como se percebe, tentei evitar a exposição prolongada das concepções utilizadas por White, simplesmente me limitando a apresentar a natureza geral de seu estudo. Meu interesse aqui não é, por conseguinte, debater criticamente sobre a validade de tais concepções, mas sim localizar com maior precisão a posição por mim assumida na definição do texto historiográfico. Dessa maneira, para desviar-me da discussão, um artigo publicado um ano após o lançamento de *Meta-história* pode ser mencionado.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 44.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 45.

Trata-se de outro grande motivo de polêmica desde seu título: *O texto de história como artefato literário*.⁵⁶

Hayden White também destaca a reflexão sobre a história da prática historiográfica propriamente dita: “a fim de escrever a história de cada disciplina acadêmica dada ou mesmo de uma ciência, é preciso estar preparado para indagações sobre ela, do tipo que não precisa ser questionada na prática dela”.⁵⁷ Retendo-se, então, diretamente sobre o texto, atribui a este uma incompletude essencial: *the always incomplete historical record*, trazendo a riqueza semântica do termo *record* para a superfície.⁵⁸ Assim, estas “ficções verbais” cujo conteúdo é ao mesmo tempo inventado e encontrado, não dão conta do real por elas visado, ficando desde sempre mais dependentes da imaginação que escreve do que de uma metodologia de pesquisa empírica. Por isso, sugere que o “efeito explanatório” da historiografia reside simplesmente no ato de *emplotment*, ou seja, na “codificação dos fatos (...) como tipos específicos de estruturas de enredo”.⁵⁹

Próximo da posição assumida por Barthes mas com ênfase sensivelmente diferente, White considera que os eventos só importam na medida em que seus significados são construções textuais: “considerados como elementos em potencial de uma estória, os eventos históricos têm valor neutro”.⁶⁰ Em outras palavras, para o autor o que interessa não é o evento em si, mas sua possibilidade de ser considerado um evento trágico, cômico, dramático etc. Assim, “isso sugere que o que o historiador traz para sua consideração do registro histórico (*historical record*) é a noção dos tipos de configuração de eventos que podem ser reconhecidos como estórias pelo público para quem escreve”.⁶¹ Portanto, condição fundamental para a explicação do historiador é a capacidade receptiva de seu leitor, uma vez que é preciso um entendimento prévio das qualidades do que é trágico, cômico, dramático etc. E a função da história, em suma, consiste em familiarizar o que é estranho, assimilando a diferença do passado num ambiente cognitivo familiar àquele que o estuda. “O historiador compartilha com seu público *noções gerais* das *formas* que situações humanas significantes *devem* tomar em

⁵⁶ WHITE, Hayden. “The historical text as literary artifact”. In: *Clio* 3, nº 3, 1974. As referências aqui seguem a edição da coletânea *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*, op. cit., p. 81-100.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 81.

⁵⁸ Este termo da língua inglesa possui significados capitais para a operação historiográfica, dentre os quais: registro, inscrição, relação, crônica, história, documento, arquivo, anais, memorial, informe, monumento, memória ou recordação, testemunho, evidência.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 83.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 84.

⁶¹ *Ibid.*, p. 84.

virtude de sua participação no processo específico de fazer-sentido que o identifica como membro de um dote cultural à diferença de um outro”.⁶² Assim, o entendimento de um texto de história se resume ao reconhecimento, por exemplo, da tragicidade que o historiador pretendeu dar a determinado evento. “Vista de uma maneira puramente formal, a narrativa histórica não é apenas uma *reprodução* de eventos por ela informados, mas também um *complexo de símbolos* que nos dá direções para encontrar um *ícone* da estrutura de tais eventos em nossa tradição literária”.⁶³ Enfim, as considerações elaboradas por Hayden White permitem situar o texto de história a partir de noções como prefiguração, pela potencialidade significativa dos eventos históricos, e também enfatizando o papel da recepção do próprio texto como elemento fundamental na produção do conhecimento histórico.

Outra importante maneira de se pensar teoricamente o texto de história, mas a partir de uma tradição diversa, é por meio da leitura de alguns trabalhos de Reinhart Koselleck, conhecido como um dos expoentes da chamada história dos conceitos. Hartog definiu com precisão a obra do historiador alemão: “um dos empreendimentos historiográficos contemporâneos mais esclarecedores que conjuga experiência da história e exigência do pensamento”.⁶⁴ Certamente, trata-se de um empreendimento intelectual que concilia o esforço da pesquisa com uma avaliação teórica cuidadosa sobre a mesma. Dessa maneira, ao estabelecer a singularidade de seu campo de estudo, o historiador alemão realiza uma criteriosa demarcação de seu espaço de atuação, dos níveis de sua análise, da linguagem a ser utilizada, das características particulares de seu objeto, da amplitude dos procedimentos e da variedade dos instrumentos possíveis de serem utilizados.

Em 1975, Koselleck publica no segundo volume de um dicionário de conceitos históricos editado em alemão, o verbete *Geschichte*.⁶⁵ Não vou me adentrar na definição dada ao conceito germânico de história, pois se trata de uma questão própria da singularidade desta língua. Pretendo, em contrapartida, apresentar o embasamento teórico-metodológico por ele construído para dar conta de sua história dos conceitos.

⁶² *Ibid.*, p. 86.

⁶³ *Ibid.*, p. 88.

⁶⁴ HARTOG, François. “Reinhardt Koselleck, lumineux théoricien de l’histoire”. In: *Le Monde*, le 28 Novembre, 1997.

⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 15-99.

Um texto em especial vale mencionar, *História social e história dos conceitos*,⁶⁶ no qual se percebe uma reflexão menos pautada pela defesa manifesta da autonomia de um campo de estudo do que pelo reconhecimento de seus limites inerentes. Neste artigo, Koselleck chama a atenção para a impossibilidade de uma história total. “Entre os eventos sociais, intra-humanos, e as palavras que acompanham ou comentam estes eventos se abre uma brecha que se modifica sem cessar e que proíbe toda ‘história total’. A história se realiza antecipando-se ao não realizado, e toda interpretação adequada da história deve, então, renunciar à totalidade”.⁶⁷ Se os fatos, enquanto fatos históricos, dependem diretamente de sua constituição lingüística, a história ultrapassa em muito as manifestações de linguagem (o corpo e os gestos, por exemplo, significam de maneiras diferentes das da palavra). A distinção, pois, entre discurso e acontecimento é desde sempre uma distinção construída analiticamente, sabendo que este não pode ser nunca esgotado pelo primeiro. A representação historiográfica, conseqüentemente, caracteriza-se por romper com a conexão empírica entre o mundo da ação e o universo da linguagem; esta ruptura acaba por condicionar o saber histórico ao âmbito lingüístico⁶⁸ e, numa cultura em que a memória oral ocupa cada vez menos espaço,⁶⁹ tal saber se limita ainda mais, restringindo-se à linguagem escrita. Koselleck, então, reconhece a porção fictícia deste saber: na historiografia, “o pré-lingüístico e o lingüístico, que se pode distinguir analiticamente, encontram-se novamente reunidos, ‘como na experiência’, graças ao trabalho de linguagem: é a ficção do factual (...) Porque o que efetivamente se realiza não é real – retrospectivamente – senão pelo viés de uma ficção de linguagem”.⁷⁰

O caráter eminentemente lingüístico da historiografia, em termos mais expositivos que de metodologia, traz para o primeiro plano a importância da teoria para a operação historiográfica: na construção científica da história, a força persuasiva da teoria que a governa é sua condição primordial; sua importância retórica, compreendida

⁶⁶ KOSELLECK, Reinhardt. “Histoire sociale et histoire des concepts”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 101-119.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 105.

⁶⁸ Pela ausência de termo melhor, utilizo lingüístico, sem, todavia, referir-me à disciplina acadêmica deste nome, o que poderia gerar equívocos no âmbito da chamada virada lingüística. Em francês, a existência de dois termos facilita a compreensão: *langagier* (relativo à linguagem), e *linguistique* (podendo remeter à disciplina lingüística).

⁶⁹ É preciso relativizar esta perspectiva de Koselleck, uma vez que, com a ascensão da memória do holocausto no primeiro plano das discussões historiográficas contemporâneas, a noção de testemunho ampara-se profundamente na memória oral da última geração de sobreviventes. Ver RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’oubli*, op. cit., p. 181-230.

⁷⁰ KOSELLECK, Reinhardt. “Histoire sociale et histoire des concepts”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 110.

menos como eloquência do que como capacidade explicativa, é colocado em evidência. Daí a importância da reflexão teórico-prática de Reinhart Koselleck para a definição do estatuto do texto de historiografia, em particular, e para o desenvolvimento da noção de discurso historiográfico, de maneira geral. Do mesmo modo como os conceitos lhe aparecem como objetos privilegiados de análise do passado, a representação deste passado também é feita segundo um processo de conceitualização, uma das poucas perspectivas para a história segundo a perspectiva de Paul Veyne.⁷¹ À reflexão teórica sobre a historiografia, por conseguinte, caberia clarear as categorias conceituais com as quais opera o historiador, atribuindo para a análise do uso dos conceitos em historiografia um caráter propedêutico dentro de uma teoria da história particular.

*

Enfim, as diversas concepções acima descritas permitem situar a presente pesquisa, na qual o texto aparece como recorte analítico para a reflexão teórica. Os autores mencionados oferecem um embasamento geral da perspectiva aqui assumida. A escrita da história é colocada em ênfase, embora não em posição de primazia sobre a pesquisa documental das fontes. O texto de história é considerado como matéria significativa cujas regras são possíveis de se determinar, não exclusivamente pela análise dos protocolos lingüísticos que antecedem a produção do texto, mas também pela lógica própria da sua constituição: o texto como organização de unidades de sentido, como sugeriu Certeau, e também como um sentido unitário organizado. Esta idéia do caráter unificador do texto, da sua plenitude interna, acompanhará o conjunto desta investigação. Antes, porém, é importante também apontar a natureza da reflexão aqui intentada, não apenas o foco de sua análise. Uma definição mais precisa de teoria da história se faz necessária, tal é o escopo do capítulo seguinte.⁷²

⁷¹ VEYNE, Paul. “A história conceitual”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*, op. cit., p. 64-88.

⁷² Meu intuito com isso se limita à definição de um campo de análise bem como de um procedimento analítico restrito à pesquisa aqui realizada. De certa maneira, o mesmo objetivo, embora com um tom um tanto mais polemista, é realizado por Jurandir Malerba na sua definição de “historiografia”, para uma pesquisa sobre a historiografia da independência brasileira. MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão”. In: *Varia História*, nº 27, julho de 2002, p. 27-47.

II. Teoria da história e análise hermenêutica

Parto de considerações conhecidas e corriqueiras: a distinção entre *história* enquanto vivência, *conhecimento histórico* como estudo da história e *historiografia* sendo o estudo do conhecimento histórico.⁷³ Assim, dentro desta primeira divisão geral, creio que no estudo do conhecimento histórico, ou seja, na historiografia, poder-se-ia ainda agrupar duas formas de análise: uma, valendo-me da facilidade do termo, chamada propriamente de historiografia, a qual é, a princípio, feita a partir de uma perspectiva temporal definida: uma história da história na plena acepção do termo;⁷⁴ a outra, chamada aqui teoria da história, não implica necessariamente uma temporalidade, ou melhor, esta não lhe é requisito nem tem nela privilégio: os problemas não são da ordem da sucessão, mas sim cortes sincrônicos na prática do historiador.⁷⁵ Obviamente, em inúmeros trabalhos, historiografia e teoria da história constituem pontos de convergência sendo a distinção aqui proposta apenas sistemática, para a definição do que se segue: trata-se de uma problemática de teoria da história.

Na tentativa de uma definição minimamente rigorosa deste espaço de reflexão, é indispensável a indagação de François Hartog: comentando o atual momento de auto-reflexão na disciplina histórica, indaga se esta postura reflexiva é apenas “uma proposição ou uma epistemologia para tempos de incertezas? Pode ela se estabilizar? Ao preço de quais reformulações?”.⁷⁶ Em outras palavras, o esforço teórico deste trabalho, mais que fruto de um periódico fenômeno de reflexão, pretende se inserir em um permanente campo de saber, o qual se caracteriza por uma “aproximação atenta aos conceitos e aos contextos, às noções e meios, sempre cuidadosa de suas articulações, preocupada com a cognição e com a historização, mas vigilante face ao canto de sereia dos reducionismos”.⁷⁷

⁷³ Ver LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981. Trata-se de uma distinção um tanto superficial, mas que tem a qualidade de operacionalizar as intenções deste capítulo.

⁷⁴ Cito dois exemplos desta modalidade. DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Ediupf, 1998; e DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos Annales à nova história*. trad. de Dulce Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

⁷⁵ Mantendo os exemplos de autores acima citados, destaco duas outras obras. DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002; e DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*, op. cit.

⁷⁶ HARTOG, François. “La tentation de l’epistemologie”. In: *Le Débat*, nº 112, novembre-décembre, 2000, p. 83.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 82.

As premissas iniciais que sustentam as noções aqui utilizadas são oriundas de um livro que traz uma interessante abordagem do problema conceitual de tal teoria. Herdeiro da tradição teórica alemã, Jörn Rüsen publica, em 1983, a obra traduzida para o português com o título *Razão histórica*, uma das raras obras contemporâneas desta tradição editadas no Brasil.⁷⁸ Apresentando-a ao leitor, Rüsen define seus objetivos gerais, a saber, indicar os fundamentos científicos sobre os quais se ampara a consciência histórica, caracterizando-se uma disciplina singular dentre tantas outras formas de relação para com o passado, e também abordar a pretensão à racionalidade desta disciplina. Nesse sentido, é o problema há tempos conhecido da “razão na história” que é mais uma vez colocado. Todavia, o modo de colocação é sensivelmente diferente do de uma filosofia da história, preocupada com a emergência e com o progresso metafísico de uma razão universal. A questão da racionalidade, tal como posta por Rüsen, desdobra-se em torno da possibilidade cognoscível da história. “A perspectiva não será, pois, a de uma propriedade qualquer da história que se chamaria ‘razão’, mas a de saber como se constitui o pensamento sobre a história que se apresenta como ciência”.⁷⁹ Ela não possui, contudo, pretensões de modelo ou mesmo de condição para a consciência histórica, mas se apresenta como forma crítica de desenvolvimento ou aprimoramento desta consciência, pelo menos de uma das suas formas particulares, a história como disciplina.

Nesse sentido, uma vez que é o conhecimento histórico em sua forma prática que se lhe apresenta como tema de reflexão e também na medida em que nesta prática já estão contidos pressupostos teóricos anteriores, a teoria da história é colocada num âmbito mais geral: “com respeito a essa dimensão ‘teórica’, a teoria da história é uma metateoria, uma teoria (reflexiva) da teoria, um pensar sobre o pensamento histórico, cujo eixo é a racionalidade”.⁸⁰ Embora o prefixo meta possa induzir a uma posição transcendental e alheia à pesquisa empírica propriamente dita, Rüsen salienta a “relação umbilical” entre a *práxis* do historiador e a teoria que reflete sobre ela, considerada, assim, como espécie de prestação de contas, por parte dos historiadores, da natureza de seu ofício. Enfim, o motivo que o levou a escrever o livro aqui tratado diz respeito a uma precisão conceitual da idéia de teoria da história, bem como à definição mais rigorosa dos procedimentos que a qualificam enquanto forma de um saber legítimo.

⁷⁸ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, op. cit.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 15.

“Falta um ordenamento sistemático que permita ver na teoria da história um campo de conhecimento com contornos próprios e deixe claro ser possível e mesmo necessário elaborá-la como resultado efetivo de uma investigação científica”.⁸¹ É o preenchimento desta lacuna realizado pelo historiador alemão que me interessa aqui.

Do livro, o primeiro capítulo intitulado *Tarefa e função de uma teoria da história* é particularmente importante para o presente trabalho. De maneira geral, este procedimento teórico trata de “um retorno ao processo cognitivo” do historiador, espécie de auto-reflexão que garante o estatuto de cientificidade da historiografia. Rüsen coloca a teoria como pressuposto de uma ciência, diferenciando, portanto, a ciência histórica da simples consciência do passado pela ausência, nesta, de uma reflexão teórica. Na teoria, é a aquisição de uma “visão de conjunto” sobre a prática do historiador que é buscada: “a teoria da história tem de apreender, pois, os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática”.⁸² Assim, a razão na história é por Rüsen analisada através de seu *matriz disciplinar*, categoria emprestada do termo “paradigma” de Thomas Kuhn.

Em tal matriz, percebido em uma perspectiva mais abrangente, o tema inicial da consciência histórica aparece como a articulação, anterior à produção do conhecimento científico, entre carências ou interesses existenciais (vontade de orientação da vida no tempo) e os meios de satisfazer tais carências e desenvolver seus interesses. “As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretados como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de ‘história’”.⁸³ Estabelece-se, com isso, a relação intrínseca entre vida cotidiana, que por natureza é temporal, e ciência historiográfica, que pretende dar conta desta natureza. A teoria da história então, segundo Rüsen, trata desta relação.

O trato das carências e sua transformação em interesses cognitivos para a ação prática, por sua vez, necessitam como requisito essencial certos “critérios de sentido”. Estes têm por função articular a operação de cognição com a esfera da vida, ou seja, o conhecimento com o vivido. Dentre tais critérios, Rüsen encontra aquilo que ele define por idéias, espécie de atribuição de significado para a práxis vital, o primeiro ponto de

⁸¹ *Ibid.*, p. 18.

⁸² *Ibid.*, p. 29.

⁸³ *Ibid.*, p. 31.

encontro entre vida e ciência. Condição fundamental para a significação do tempo da ação (construção de idéias), no caso da historiografia em particular, é a existência de fontes, o que remete diretamente para a questão dos métodos de pesquisa, das maneiras de trabalhar com o material empírico. Além disso, a construção dos significados é feita também por meio de formas de apresentação do processo e dos resultados da pesquisa, inserindo no âmbito da consciência histórica a escrita de histórias e provocando o retorno à função de orientação existencial e sua carência original. Este sistema circular e dinâmico, para o historiador alemão, é feito de “etapas de um processo da orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico”.⁸⁴

Continuando em sua definição de campo, o autor pensa sobre os diferentes significados da teoria da história em variados âmbitos do pensamento historiográfico, cuja separação é, evidentemente, arbitrária e não absoluta. Em primeiro lugar, seu significado para o estudo da história, onde assume uma função propedêutica (“introdução tecnicamente correta no estudo da história”); uma função de coordenação (“combinação eficaz de disciplinas diferentes”); uma função motivadora (solução do “problema do subjetivismo diante da exigência de objetividade”); uma função organizadora (“gestão da quantidade de material de pesquisa”); uma função de seleção e fundamentação (“conciliar os requisitos científicos e a economicidade do trabalho”); por fim, uma função mediadora (solucionar “o problema de como os estudiosos poderiam levar em conta sua futura prática profissional”).⁸⁵ Em seguida, o significado da teoria da história é percebido na pesquisa histórica, pela sua capacidade de criar instrumentos analíticos, de desenvolver formas de problematização e de fundamentar seus procedimentos de acordo com o interesse em produzir conhecimento a partir de carências existenciais. Em terceiro lugar, é na escrita de história, “como produto intelectual dos historiadores”, que é procurado o significado da teoria da história, isto é, nas próprias formas de apresentação da pesquisa. Por último, tal significado é apreendido para a formação histórica, onde assume as vezes de uma pedagogia existencial ou, nas palavras de Rüsen, de uma “didática de orientação”.

No que se refere à historiografia ou grafia de história, parte que cabe a este texto, o historiador alemão considera que “a teoria da história não é uma teoria da arte de escrever história, mas enuncia os princípios que consignam a pretensão de racionalidade

⁸⁴ *Ibid.*, p. 35.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 38-42.

da ciência da história de forma tal que eles valham também para a historiografia”.⁸⁶ Se os resultados da pesquisa histórica são enunciados por meio de um “saber redigido”, a teoria assume uma “função racionalizadora da pragmática textual”, o que quer dizer que ela insere a questão da razão no âmbito do texto histórico. Isto implica também que ela tem por função auxiliar o público em potencial para o qual o historiador escreve a compreender a própria racionalidade textual da história.

Como fica evidente nesta exposição das considerações de Jörn Rüsen, teoria da história é uma meta-reflexão que lida com toda a complexidade terminológica expressa no início deste capítulo: ela trata da história enquanto vivência, da história como conhecimento, da história como escrita. Fica claro também que esta escolha globalizante lhe permite colocá-la numa posição favorável diante da disciplina historiográfica em particular e da consciência histórica em geral: para aquela, a teoria é condição fundamental e tem um caráter propedêutico legitimador de sua pretensão científica, para esta, a teoria funciona como direção para o agir e como norteadora da práxis social. Não cabe aqui um julgamento de valor; se a história está vinculada a um lugar institucional, são claras as motivações de Rüsen para definir seu campo de atuação. O que importa inferir é que a teoria da história pode ser útil não apenas para atribuir o estatuto de ciência à historiografia, mas também para questionar essa sua vontade incessante de ser ciência, de encontrar nela os termos da sua validade, como se apenas o que receber um atestado de cientificidade pudesse ser inteligível e portador de significação; além disso, é sempre bom ressaltar que, enquanto guia existencial de viagem, a teoria da história tem por mérito mostrar muito bem que as miragens são muito comuns em viajantes de desertos...

As contribuições do teórico alemão são no sentido de sistematizar uma gama variada de possibilidades de estudo de teoria da história. As várias noções por ele desenvolvidas, como carência, interesse, idéias, métodos, escrita e orientação permitem estabelecer a partir delas recortes mais precisos para uma análise um tanto mais pontual e certamente menos glorificante da atividade teórica. Em certa medida, tais noções já foram objeto de diversas reflexões conduzidas de maneiras profundamente diferentes: as filosofias da história, os ensaios de ego-história, as epistemologias da história, as grandes introduções ao conhecimento histórico, as conversas com historiadores, as análises da escrita da história. O âmbito teórico aqui proposto, de maneira geral, situa-se

⁸⁶ *Ibid.*, p. 45-46.

na reflexão sobre a escrita da história e sobre o estatuto do texto historiográfico; mais especificamente, trata do discurso da história e, quanto ao modo de tratá-lo, o esforço desta teoria é aqui denominado *hermenêutica do discurso historiográfico*.

*

Como se sabe, modernamente a filosofia hermenêutica assumiu para si a difícil questão da consciência histórica. No século XIX, talvez desde Augusto Boeckh, que escrevia nas primeiras décadas, a questão da história e do historicismo foi posta para a hermenêutica. Ampliando questionamentos filológicos e aproximando mesmo a filologia da história, a interpretação passa a ser encarada, além do viés gramatical, individual e de gênero, pelo prisma histórico: as coisas são relativas ao seu próprio período, entender um texto ou um autor é entendê-lo em sua época particular. Não é despropositado nem mesmo sem sentido o fato de Wilhelm von Humboldt, no mesmo período, ter se debruçado com tanto afincamento sobre a natureza da linguagem e também sobre a tarefa do historiador. Na esteira desta reflexão, e colocando-a em níveis mais complexos, Johann Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey também deram suas contribuições, aproximando ainda mais filosofia hermenêutica e história e também considerando a primeira como o método por excelência das ciências do espírito.⁸⁷ Já em meados do recém findado século XX, esta questão foi colocada de outra maneira por Hans-Georg Gadamer tanto em sua obra monumental, *Verdade e método*, quanto em conferências e escritos dispersos.⁸⁸

Porém, o problema colocado para o presente estudo não pretende dar conta de retomar criticamente toda a tradição da hermenêutica que se voltou para a questão da história. Aliás, não é precisamente este ramo da filosofia enquanto tal que me interessa, mas sim os instrumentos interpretativos de que dispõe; ou seja, o uso que será aqui proposto dos procedimentos hermenêuticos tem um caráter puramente instrumental, sem incidir decisivamente em questões pertinentes como, por exemplo, as relações e articulações entre singular e universal por meio de categorias tais como pertencimento

⁸⁷ Ver GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. trad. de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999, p. 135 e ss; MUELLER-VOLLMER, Kurt (ed.). *The hermeneutics reader*. New York: Continuum, 1998, p. 98-164.

⁸⁸ GADAMER, Hans-Georg. “Histórica y lenguaje: una respuesta”. In: GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhardt. *Historia y hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 97-125; e GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Organizado por Pierre Fruchon. trad. de Paulo Cesar Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

relativo. Tema capital para esta filosofia, uma vez que, reconhecida a relatividade histórica, é preciso remeter esta diferença para um ambiente que concerne à totalidade, pois só assim estaria garantida a unidade e mesmo validade de um conhecimento propriamente histórico. Assim, num dos pólos de uma tradição neo-romântica da filosofia interpretativa, na qual Gadamer é o nome principal, o legado hermenêutico é situado “num horizonte marcado pelo primado da categoria relativizadora *pertencimento*, pelo foco na diferença e no particular, sem abdicar da totalização operada pelo conceito, mesmo que se trate, agora, apenas do exercício implicado por um movimento muito peculiar da razão, no qual a imaginação produtiva desempenha um papel básico, e do qual resulta uma dialética estranhamente tópica, fragmentária, em que universal e particular se co-determinam”.⁸⁹

Proponho aqui um desvio da questão hermenêutica, relacionando-a mais precisamente à teoria da história na sua temática do texto. Para tanto, é Reinhardt Koselleck quem embasa a discussão.⁹⁰ Em uma alocução pronunciada em homenagem ao aniversário de Gadamer, em 1985, Koselleck reconhece a importância da hermenêutica para a compreensão histórica, o que, seguindo seu homenageado, implica na compreensão de si mesmo: “tendo uma disposição à compreensão, o homem não pode se impedir de dar um sentido à experiência da história; a fim de poder viver, ele não pode se impedir, por assim, dizer, de assimilá-la ao plano hermenêutico”.⁹¹ Mas se o conhecimento histórico, reconhecidamente interpretativo, pode ser englobado pela hermenêutica, o mesmo valeria para a teoria da história? Uma vez que esta trata das condições de possibilidade daquele conhecimento e sabendo que tais condições não se esgotam na linguagem nem nos textos, seria possível tratar de teoria sob o viés hermenêutico? Para Koselleck, “se existe condições da história tais – que não se deixam nem esgotar na língua nem remetem aos textos –, a teoria da história deveria então possuir um estatuto epistemológico que não pode ser tratado como uma subdivisão da hermenêutica”.⁹² Ainda assim, invertendo esta proposição, penso ser possível utilizar a

⁸⁹ SOARES, Luiz Eduardo. “Hermenêutica e ciências humanas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 102. Para uma perspectiva semelhante, ainda que com características próprias, ver DIEHL, Astor Antônio. “Cultura historiográfica e inserção hermenêutica: narrativa e controle da tragicidade na história” e “História, hermenêutica e representação”. In: *A cultura historiográfica: memória, identidade e representação*, op. cit., p. 45-96.

⁹⁰ KOSELLECK, Reinhardt. “Théorie de l’histoire et herméneutique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 181-199.

⁹¹ *Ibid.*, p. 182.

⁹² *Ibid.*, p. 183.

hermenêutica como procedimento de teoria da história, sem tratá-la, no entanto, como “método universal das ciências humanas” à maneira gadameriana.

Para Koselleck a teoria da história diz respeito às condições de possibilidade desta, colocando, no plano teórico, os dados prévios que permitem compreender como as histórias acontecem, como se efetuam e também como podem ser compreendidas e narradas em seu movimento. Para tratar destas condições numa dimensão anterior à linguagem e que é também anterior ao próprio processo de cognição, ou seja, para tratar daquilo que Rüsén definiu como carência existencial, o historiador recorre à ontologia de Martin Heidegger, propondo, para além dela e segundo um viés antropológico, categorias de análise que tratam de determinações existenciais não limitadas ao *dasein* heideggeriano, mas que operam no âmbito das relações sociais entre os indivíduos. No plano do conhecimento histórico propriamente dito, a hermenêutica aparece como “teoria da integração existencial naquilo que podemos chamar história, uma vez que ela é tornada possível e mediada pela linguagem”.⁹³ Nesse sentido, ela aparece em permanente reação ao advento de algo que é determinado com antecedência pela teoria da história. Esta, por sua vez, assume como tarefa refletir analiticamente sobre a operação que procura estabelecer uma ordem racional tanto na confusão geral do material empírico a ser trabalhado pelo historiador quanto no pré-saber histórico. Em poucas palavras, “a temática da teoria da história é, então, por assim dizer, um caso muito particular sobre o qual toda a língua se esgota em vão”.⁹⁴

Nessa medida, da mesma forma que o historiador, na utilização de suas fontes, não esgota os fatos, mas sim cria um significado novo que não pertence necessariamente à época estudada,⁹⁵ a hermenêutica não pode se pretender como método adequado para uma teoria da história e não é possível, nesse sentido, assimilar sem fortes restrições uma história que se resume à exegese textual, espécie de filologia do texto, a uma história que, embora mediada pela linguagem, permanece ainda além dela. Por estar limitada ao texto, a hermenêutica não daria conta das aspirações extratextuais dos historiadores.

Embora eu concorde plenamente com a idéia de que a linguagem não esgota os fatos, creio afirmativamente que o conhecimento histórico, enquanto construto textual, pode ser analisado teoricamente por meio de procedimentos hermenêuticos sem uma

⁹³ *Ibid.*, p. 193.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 196.

⁹⁵ “Escrever a história de um período qualquer se torna enunciar as coisas que não poderiam jamais ser formuladas em tal época”. *Ibid.*, p. 197.

perda significativa tal como colocada pelo historiador alemão, uma vez que a própria hermenêutica não se restringe apenas ao universo textual, mas também se propaga pelo mundo da ação e do sujeito. Como ficou evidente, são por demais semelhantes as concepções de Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck: para ambos, a teoria da história versa sobre as condições do conhecimento histórico, num âmbito generalizante que tenta dar conta de um lugar anterior à feitura deste conhecimento como escrita. No tocante a este lugar, determinado por carências de orientação vitais, Koselleck busca em Heidegger as ferramentas conceituais que lhe parecem adequadas para apreender tais carências, o que não é de interesse aqui tratar, uma vez que o filósofo não se valeu de trabalhos propriamente de historiografia para conceber sua filosofia.

Isso implica em uma definição mais limitada de teoria da história, a qual não procura incidir sobre aquilo que é anterior ao conhecimento propriamente historiográfico. O recurso à noção de regime de historicidade formulada por Hartog e Lenclud encontra aqui sua importância fundamental para este estudo. Definindo, pois, dois regimes distintos, um condizente com o conhecimento histórico em si, o outro pertinente à reflexão sobre tal conhecimento, aquilo que não é efetivamente conhecimento, que não passa ainda de carências e funções de orientação prática, não diz respeito a esta teoria da história. Não são as condições de possibilidade da história seu foco principal, porém as condições para sua inteligibilidade: não as razões empíricas que definem os acontecimentos, mas a produção de significados sobre e a partir dos mesmos.

Estevão de Rezende Martins, declaradamente inspirado em Rüsen, formulou de maneira pertinente a importância da reflexão teórica sobre a historiografia. Para ele, esta “análise reflexiva da teoria da história (...) se ocupa com as formas e funções do pensamento histórico, recorrendo aos processos elementares e gerais da atribuição narrativa de sentido através das operações da consciência histórica”.⁹⁶ Uma tal reflexão encontra no texto de história um objeto privilegiado, pois, como sustenta ainda o autor, “o texto historiográfico transpõe a racionalidade da relação experiencial e da análise teórica que o pensamento histórico obtém através da pesquisa para a razão prática, alcançada na relação estética do sujeito e na relação prática da retórica”.⁹⁷ O capítulo que se segue, então, visa a desenvolver um procedimento que seja adequado a embasar

⁹⁶ MARTINS, Estevão de Rezende. “Historiografia contemporânea. Um ensaio de tipologia comparativa”. In: *Varia História*, nº 27, julho de 2002, p. 18.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 21.

o estatuto do texto aqui defendido bem como a permitir um modelo de análise orientado segundo tal estatuto. Penso que a hermenêutica de Paul Ricoeur é um instrumental propício para tanto.

III. Uma hermenêutica do discurso historiográfico

Ao sugerir que o período da década de oitenta marcou uma reviravolta de paradigma no plano das ciências humanas, François Dosse sustenta que após o estruturalismo, com seu apego à dimensão inconsciente das relações sociais e do fenômeno histórico, ocorreu em tal plano uma “guinada interpretativa” que marcou, sobretudo, a re-atualização da parte reflexiva do agir humano, razão pela qual a “identidade histórica” é deslocada para o centro das interrogações teóricas. Assim definida como um novo momento de operação historiográfica, Dosse salienta que “essa nova orientação implica levar a sério a ‘guinada lingüística’ e dar grande atenção aos discursos sobre a ação, à narração, à transformação das ações em ‘enredo’, mas sem fechar-se na discursividade”.⁹⁸ Neste movimento, entendido aqui mais como transformação do que como escola de pensamento, é notável a posição ocupada por Paul Ricoeur, o qual “situa-se de permeio entre a vivência e o conceito”.⁹⁹

A concepção hermenêutica do filósofo permite-lhe trafegar entre âmbitos considerados até então mutuamente excludentes, isto é, o caminho que vai do texto à ação, mas também aquele que se dirige da ação ao texto. Os procedimentos com os quais opera remetem a três temporalidades da hermenêutica: um momento crítico de distanciamento em relação ao objeto, um momento ontológico de pertencimento no qual está implicado o sujeito que conhece, e um momento poético de abertura de novos possíveis. Nesse sentido, trata-se, nas próprias palavras de Ricoeur, de uma *hermenêutica crítica da consciência histórica*, a qual, ainda que considerada estrangeira à prática dos historiadores por Roger Chartier, teve o mérito de levá-los a refletir sobre sua própria disciplina em uma dupla dimensão: “ao mesmo tempo sobre o estatuto de sua escrita e sobre seu estatuto de conhecimento”.¹⁰⁰ Por isso, e um tanto provocativamente, Dosse parafraseia Paul Veyne e sugere que Paul Ricoeur revoluciona a história.¹⁰¹

Nas linhas que seguem abaixo, serão apontadas algumas reflexões realizadas por Ricoeur centrando o enfoque nas questões suscitadas pela temática até aqui esboçada, ou seja, de uma teoria da história preocupada sobretudo com a dimensão textual da

⁹⁸ DOSSE, François. “Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa”. In: *A história à prova do tempo*, op. cit., p. 43.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 44.

¹⁰⁰ *Apud.*, VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”. In: *Esprit*, n° 7-8, juillet-août, 1988, p. 258.

¹⁰¹ DOSSE, François. “Paul Ricoeur revoluciona a história”. In: *A história à prova do tempo*, op. cit., p. 71-100.

escrita da história. Nelas, trata-se de um esforço em conceber os traços fundamentais da narrativa de história em sua articulação da temporalidade humana, estabelecer os parâmetros teóricos gerais da representação historiográfica, indicar o processo interpretativo pelo qual o texto de história adquire pleno sentido e, por fim, propor um possível estatuto do texto de história como paradigma de análise.

1. A tríplice mimese

Em um primeiro momento, sem seguir a ordem cronológica da sua obra, início com sua concepção daquilo que se pode chamar, amparado por Certeau, de “operação historiográfica”. No primeiro volume de *Tempo e narrativa*, de 1983,¹⁰² encontram-se alguns dos pressupostos de tal operação, definida segundo a idéia de tríplice mimese. Como se sabe, a tese principal desta obra consiste em mostrar que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.¹⁰³ O estabelecimento da relação entre tempo e narrativa é possível através de uma leitura particular de Santo Agostinho e Aristóteles. Do primeiro, é a idéia de uma aporia da temporalidade que é apreendida, consistindo ela na mútua referência entre memória e espera, ou seja, na tensão própria ao presente entre passado, enquanto experiência, e futuro, como expectativa: o movimento alterna entre a ampliação do horizonte de expectativa por meio do encurtamento do espaço de experiência ou, pelo contrário, pela extensão da memória em contrapartida à redução da espera.¹⁰⁴ A aporia agostiniana aponta, deste modo, para o sentido discordante da ação no tempo, a qual rompe com os padrões lineares da cronologia: esta, por sua vez, “não tem um único contrário, acronia das leis ou dos modelos. Seu verdadeiro contrário é a própria temporalidade”.¹⁰⁵

A solução desta aporia fundamental é encontrada em Aristóteles. Ricoeur é enfático em rejeitar as possíveis objeções quanto a este retorno anacrônico de seu método: “sou eu, leitor de Agostinho e de Aristóteles, quem estabeleço essa relação entre experiência viva, em que a discordância dilacera a concordância, e uma atividade

¹⁰² RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, op. cit.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 15.

¹⁰⁴ As concepções de Paul Ricoeur são aqui muito próximas das de Reinhardt Koselleck, de quem retirei a terminologia. Ver KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’, dos categorías históricas”. In: *Futuro pasado*, op. cit., p. 333-357.

¹⁰⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, op. cit., p. 54.

eminentemente verbal, em que a concordância repara a discordância”.¹⁰⁶ Esta atividade verbal é por ele denominada “tessitura da intriga”, atividade mimética de “imitação criadora” da experiência temporal, apresentada, evidentemente, sob a forma narrativa. Assim, é a partir da referência cruzada entre narrativa ficcional e narrativa historiográfica que pretende resolver a aporia de Santo Agostinho e estabelecer as relações entre tempo e narrativa. Nesse sentido, Aristóteles o leva a considerar preponderante na atividade mimética a ênfase na ação mais que nos personagens, qualificando tal atividade tanto como representação da ação quanto como disposição dos fatos: “se a ênfase deve ser colocada na disposição, então a imitação ou a representação deve ser de ação, mais que de homens”.¹⁰⁷ Contudo, a narrativa não é mera sucessão de episódios dispersos, e sim o encadeamento causal de eventos significativos: “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico”.¹⁰⁸

Definidos os pressupostos da relação complexa entre temporalidade e composição narrativa, sabendo que esta humaniza o tempo e que este, em retorno, dá a ela suas condições de inteligibilidade, Ricoeur trata efetivamente da operação de configuração da ação via narrativa. A análise adequada desta operação só é possível mediante um procedimento hermenêutico que, distanciando-se das aproximações semióticas restritas ao texto, “preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá obras, autores e leitores”.¹⁰⁹ Por isso, o estatuto do texto encontra aqui sua plena acepção, pois é considerado tanto em relação a uma experiência que lhe é anterior quanto em relação à possibilidade de constituição de uma outra experiência. Em outras palavras, o texto, como *configuração da ação*, serve como mediação entre a *prefiguração do campo prático* e sua *refiguração pela recepção* ou leitura do texto. A tessitura da intriga ou, dito de outra maneira, a construção do texto, se encontra numa posição intermediária entre duas experiências distintas mas por ele relacionadas. Ao acompanhar uma narrativa, “*seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado*”.¹¹⁰

Decompondo esta tripla temporalidade narrativa, encontram-se as três mimeses constituintes da atividade mimética da historiografia, a qual não se resume a mera cópia

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 55.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 65.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 70.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 86.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 87.

ou colagem do texto ao real. A mimese I trata do campo da pré-compreensão, da capacidade de identificar ações e suas mediações simbólicas e também da possibilidade de se narrar uma ação. É aqui que se encontram as questões relativas aos motivos que levaram determinados agentes a agir de maneira particular num momento específico e também os procedimentos próprios da pesquisa documental. O tempo prefigurado da mimese I está localizado no âmbito, anterior à escrita, da compreensão prática, fornecendo à ação narrada um primeiro critério de entendimento ou “legibilidade”. Portanto, “imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária”.¹¹¹

A mimese II, ou ato configurante, por sua vez, trata propriamente do agenciamento dos fatos que compreendem a ação, é nela que se localiza o eixo central da operação de configuração mimética. A função mediadora da intriga aparece aqui estabelecendo a relação do acontecimento isolado no interior de uma história narrada como um todo, servindo como ponto de encontro entre fatores díspares (agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, acasos etc.), mas também realizando a chamada “síntese do heterogêneo” (como solução da aporia agostiniana), combinando dimensões temporais variadas, tanto cronológicas (tempo da ação), quanto não-cronológicas (tempo cósmico). O tempo configurado em um texto institui ainda a ponte que vai do autor para o leitor, tornando este apto para “seguir a história”. A compreensão de uma história narrada depende, pois, da sua “aptidão a ser seguida”. “Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos”.¹¹² Para tanto, Ricoeur aponta a importância da “tradição” para o encadeamento da mimese III em seguida da mimese II e esta em seguida à mimese I. O tradicional, longe de algo similar ao império da permanência, é aqui entendido pelo jogo da sedimentação (espaço de experiência) e da inovação (horizonte de expectativa), ele condiciona o entendimento, pois é nele que está contida a matéria da pré-compreensão, mas também permite a ampliação das possibilidades do entendimento, abrindo novos horizontes cognitivos.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 101.

¹¹² *Ibid.*, p. 105.

Por fim, chega-se à mimese III, ponto de interseção entre o mundo do texto e o do leitor e prolongamento fundamental do círculo mimético e não vicioso que vai da ação ao texto e do texto à ação. É aqui que se privilegia a esfera do leitor e a prática da leitura. Assim, tal prática é encarada como uma atualização do texto narrativo, cujo sentido só é possível de se vislumbrar quando completada a tarefa mimética em três tempos: prefiguração (tempo do autor), configuração (tempo do texto) e refiguração (tempo do leitor). “Se a tessitura da intriga pode ser descrita como um ato do juízo e da imaginação produtora, é na medida em que esse ato é a obra conjunta do texto e de seu leitor, como Aristóteles dizia que a sensação é a obra comum do sentido e de quem sente”.¹¹³ Portanto, o problema essencial da mimese III consiste em identificar o que está sendo narrado num texto, o que deve nele ser lido. Ricoeur salienta que “o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte”.¹¹⁴ O texto escrito e lido, na medida em que diz algo para além de si mesmo, permite o partilhar de uma experiência para além da linguagem. Com isso, é vital a distinção entre sentido e referência: “o que um leitor recebe é não somente o sentido da obra mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si”.¹¹⁵ Trata-se, enfim, de uma pressuposição ontológica com respeito ao texto que pretende ultrapassar a poética estruturalista de autonomia semântica da linguagem.¹¹⁶

2. Representação e “representância” na historiografia

Com isso, fica assentado o escopo geral de uma hermenêutica: “o postulado subjacente a esse reconhecimento da função de re-figuração da obra poética em geral é o de uma hermenêutica que visa menos restituir a intenção do autor por trás do texto que explicitar o movimento pelo qual um texto exhibe um mundo, de algum modo, perante si

¹¹³ *Ibid.*, p. 118.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 119.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 120.

¹¹⁶ Para um questionamento crítico sobre a obra de Ricoeur, inclusive a partir da perspectiva de um historiador como Roger Chartier, ver o debate ocorrido em 1987 *autour de l’histoire* e publicado em 1988 pela revista *Esprit*. VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”, op. cit. No Brasil, no mesmo ano do debate organizado pelos editores do periódico francês, o setor de Literatura Brasileira da UERJ organizou um colóquio tendo por tema *Narrativa: ficção e história*, no qual a obra de Ricoeur foi constantemente mencionada. A publicação ocorreu em 1988, sob a organização de Dirce Côrtes Riedel. RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

mesmo”.¹¹⁷ No caso da obra propriamente historiográfica, cuja referência aberta (o mundo exibido pelo texto) é determinada pela qualidade empírica de acontecimentos que efetivamente aconteceram, e sabendo que a intenção específica desta obra é re-significar tais acontecimentos, o problema do referente deve ser visto com mais atenção, na medida em que se trata aqui também de compreender as condições de plausibilidade da escrita de história.

No terceiro tomo de *Tempo e narrativa*,¹¹⁸ Paul Ricoeur estabelece uma importante reflexão sobre a representação histórica, situando como ponto central o problema da realidade no discurso historiográfico, pois, “se a resposta é difícil, a questão é inevitável”.¹¹⁹ Assim, considera o âmbito da referência no plano da re-figuração da experiência narrada: trata-se, portanto, não de um dado estático situado para além do texto do historiador, mas de um processo cuja dinâmica encontra sua culminação pela tarefa da interpretação, isto é, da leitura. Sustenta o autor que a questão da representação deve ser encarada segundo a idéia de re-figuração cruzada, através da qual ocorrem empréstimos mútuos entre narrativa ficcional e historiográfica; naquela, segundo a historicização da ação, nesta, por meio do imaginário ficcional: o leitor da ficção recorre ao plano temporal da história para compreender o romance; de sua parte, o leitor da historiografia faz uso de um processo imaginativo para o encadeamento dos eventos narrados.

Nesse sentido, antes de se falar em representação do passado pela escrita da história, é necessário compreender desta sua propriedade intrínseca de “representância” (*représentance*). Ricoeur, em artigo intitulado *As marcas do passado*,¹²⁰ destaca o papel do “rastro” (*trace*)¹²¹ do passado, enquanto matéria na qual se inscreve a “passadidade” (*passéité*) do evento, isto é, a qualidade daquilo que passou, na composição de uma imagem do passado. Dessa maneira, a re-figuração do texto de história visa não apenas algo ausente, mas um ausente anterior, ou, em outras palavras, trabalha tendo como pano de fundo o “enigma do passado”: ao mesmo tempo aquilo que foi e aquilo que não é mais. A solução do enigma, ainda que impossível, pode ser trabalhada em duas etapas singulares que determinam as “marcas do passado”: em primeiro lugar, o traço tem o caráter de *impressão* que funciona como “efeito-signo” da passagem (algo se

¹¹⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, op. cit., p. 123.

¹¹⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 242.

¹²⁰ RICOEUR, Paul. “La marque du passé”, op. cit.

¹²¹ O vocábulo francês *trace* guarda uma riqueza semântica incompatível com a tradução para *rastro*, uma vez que tanto pode significar um vestígio, uma pegada como, em um sentido figurado, uma impressão.

passou deixando o vestígio de sua passagem); em segundo lugar, traz as características da *semelhança*, a relação, como na pintura o retrato e o retratado, entre a reprodução e o original (a analogia entre a passagem de algo e seu vestígio). Nesse sentido, o rastro, enquanto marca, abre seu potencial de referência: “enquanto deixada, ela (a marca) é e está presente”.¹²²

É, portanto, no âmbito desta “presença do ausente” que a representação da história encontra seu ponto de origem. Mais que mero jogo de linguagem, este oxímoro remete à distinção fundamental entre uma imagem presente de um ausente irreal (literatura) e de uma imagem presente de um ausente anterior (história). A noção de representância, deste modo, procura dar conta tanto da “potência representativa” quanto da “pulsão referencial” do discurso do historiador. Com isso, ainda em seus últimos escritos Ricoeur argumenta que o texto de história possui realmente um referente externo a ele (o real enquanto passado), mas tal texto permanece sob o signo da representância, isto é, da possibilidade de representação e do inacabado da tarefa.¹²³ Apesar da intenção do historiador de instituir, em seu texto, a referência ao real, a escrita da história é marcada pelas resistências de sua forma literária em se exteriorizar para fora do texto: nas palavras do autor, “a palavra ‘representância’ condensa em si mesma todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas a isto que chamamos, de outra maneira, a intenção ou intencionalidade do historiador: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico de construções constituindo reconstruções do curso passado dos eventos”.¹²⁴

Ricoeur analisa o pacto tácito de leitura do texto de história, mantido entre o historiador e seu leitor, através do qual se espera uma narrativa “verdadeira” e não uma ficção. O problema da representação do passado é visto aqui num plano anterior à história, mais propriamente no plano da memória, tratando, pois, da representação mnemônica antes que da representação historiográfica. Naquela, encontra-se implícito um ato de confiança, expresso pela experiência de reconhecimento: o sujeito da memória, a testemunha, reconhece que a imagem em lembrança não é uma fantasia ou uma alucinação. Aqui reside o problema fundamental da representação: quanto à memória, é o problema da fidelidade da representação; para a história, trata-se do problema da representação da “verdade”, o que implica, por sua vez, em outra

¹²² A expressão no original é a seguinte: “*en tant que laissée, elle est présente*”. RICOEUR, Paul. “La marque du passé”, op. cit., p. 15.

¹²³ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 302-372.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 359.

perspectiva de reconhecimento e certamente em outros critérios de confiança que não o da memória individual.

Tais critérios são estabelecidos pela fase documental de escrita da história, em um percurso que segue o “arquivamento da memória”, isto é, começando pelo testemunho oral, seguindo pela sua inscrição em um suporte material e pela instituição do arquivo, culminando enfim na formulação da prova documental. Neste ponto, a representação do real atinge seu escopo principal, assumindo uma “intenção de veracidade” no discurso historiográfico. Assim, Ricoeur retorna à indagação sobre a manutenção do pacto de leitura na historiografia respondendo provocativamente, “sim, o pacto é mantido, mas apenas até certo ponto”. A representância própria da historiografia carrega a marca desta intenção fundamental do discurso historiográfico, a de dizer a verdade tanto quanto possível: marca da incompletude; representância, portanto, com a função vicária de suplência e de aproximação: “a representância, eu diria hoje, exprime a mistura opaca da lembrança e da ficção na reconstituição do passado”.¹²⁵

Os limites do pacto, a verossimilhança do texto, contudo, devem ser pensados a partir de uma comparação em dois sentidos: entre textos historiográficos que discorrem sobre o mesmo *topos*, pensando na possibilidade de reescrita da história, mas também na relação entre história e memória, na fidelidade desta e na veracidade daquela; memória que, em sua relação com o testemunho, que é a origem da prova documental, aparece como justa medida para o historiador. Assim, “a representação literária ou escriturária deverá se deixar soletrar, em última instância, como representância, a variação terminológica proposta colocando o acento não apenas no caráter ativo da operação histórica, mas sobre a visada intencional que faz da história a herdeira sábia da memória e de sua aporia fundadora”.¹²⁶

3. O trabalho da interpretação

A intenção do texto de história, qual seja, a de “dizer a verdade” representando um passado, deve ser buscada pelo processo da interpretação. Interpretação entendida através da recusa da mera psicologização ou moralização da intenção do historiador, procurando seus interesses pessoais, seus preconceitos e suas paixões; interpretação

¹²⁵ RICOEUR, Paul. “La marque du passé”, op. cit., p. 15.

¹²⁶ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 304.

como “a clarificação dos conceitos e dos argumentos, a identificação de pontos controversos, a *mise à plat* das opções tomadas, por exemplo, colocando tal questão a tal documento, escolhendo tal modo de explicação em relação a outro, em termos de causa ou mesmo de razão de agir, privilegiando tal jogo de linguagem em preferência de outro”.¹²⁷ O trabalho interpretativo do leitor, portanto, assume um caráter propriamente ético, na medida em que lhe permite averiguar o cumprimento ou não do pacto de leitura. Por isso, faz-se necessário estabelecer teoricamente em que implica interpretar um texto, em que consiste esta tarefa de leitura que a ele é solicitado.

A questão da interpretação é problema que já figura entre os temas de maior ressonância na obra de Ricoeur desde o início dos anos sessenta e publicado em seu ensaio sobre Freud.¹²⁸ Nele, a hermenêutica é definida como “a teoria das regras que presidem a uma exegese, quer dizer à interpretação de um texto singular ou de um conjunto de signos suscetível de ser considerado como um texto”.¹²⁹ Assim, é a partir de uma tensão originária que esta prática opera, num sentido que visa tanto a manifestação e a restauração de um significado (a compreensão do texto pela procura de um sentido) quanto a desmistificação e a redução da ilusão (suspeita em relação à evidência de um sentido aparente). Em uma palavra, trata-se da “inteligência do sentido duplo” que está contido nas expressões mediadas simbolicamente. Dessa maneira, o método hermenêutico encontra amparo em uma filosofia reflexiva, na medida em que seu problema “não é imposto de fora à reflexão, mas proposto de dentro pelo movimento mesmo do sentido e pela via implícita dos símbolos, tomados em seu nível semântico e mítico”.¹³⁰ Como salienta o filósofo, não há mito sem interpretação mas também não existe interpretação incontestável.

Na década seguinte percebe-se um aprofundamento destas questões. Num conjunto de conferências pronunciadas nos Estados Unidos, em 1973, publicadas com o título *Teoria da interpretação*,¹³¹ encontram-se elementos importantes. O problema central destes estudos concentra-se na idéia de linguagem como obra de discurso, procurando afastar-se das noções estruturalistas de linguagem enquanto sistema. Com isso, a ênfase se desloca da noção de signo, própria da semiótica inspirada no modelo de Ferdinand Saussure, para unidades significantes iguais ou maiores que as frases, através

¹²⁷ RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, op. cit.

¹²⁸ RICOEUR, Paul. *De l’interprétation: essai sur Freud*, op. cit.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 18.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 47.

¹³¹ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*, op. cit.

de concepções de semântica oriundas de Emile Benveniste. O movimento proposto passa, então, da semiótica da palavra para a semântica da frase e desta para uma hermenêutica do discurso. A delimitação do conceito de discurso é realizada por meio de uma dialética entre evento e significação: o discurso é um acontecimento de linguagem único, passível, porém, de atualização, mas também é um conteúdo proposicional, uma vez que todo discurso é condicionado por uma determinada predicação. “Se todo o discurso se atualiza como um evento, todo o discurso é compreendido como significação”, tal é a diretriz para uma “teoria concreta do discurso”.¹³²

Em tal teoria, o discurso é visto como um ato interlocucionário composto por três elementos que também implicam temporalidades distintas: o locutor e sua intenção, a locução e sua predicação, o interlocutor e sua recepção (autor, texto e leitor). Dessa maneira, é possível atribuir ao discurso certa autonomia em relação à intenção original do autor, mas também em relação às expectativas próprias do leitor. Assim, o espaço criado entre autor e leitor é um espaço de troca de experiência: “eis o milagre. A experiência experimentada, como vivida, permanece privada, mas seu sentido, a sua significação torna-se pública”,¹³³ ou seja, o discurso traz para o âmbito coletivo individualidades diversas mantendo delas suas singularidades próprias. É de uma troca intersubjetiva que se fala, possibilitada pela objetivação discursiva da experiência. O discurso carrega consigo, portanto, a despeito de sua autonomia de sentido, elementos que fazem referência ao exterior, tornando possível a abertura ao outro e seu entendimento por outrem.

Sua exterioridade, por conseguinte, traz a necessidade da distinção entre sentido (o *quê* do discurso) e referência (o *acerca de quê* do discurso). Considerando aquele insuficiente por ser pertinente tão somente no interior da linguagem, Ricoeur enfatiza a fragilidade das teses estruturalista que desconsideram por completo a questão do referente discursivo. “A linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afetados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão em tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem”.¹³⁴ O problema hermenêutico não se resume, portanto, ao *algo que é dito*, mas problematiza também o próprio *ato de dizer algo* e o

¹³² *Ibid.*, p. 23.

¹³³ *Ibid.*, p. 28.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 32.

acerca de quem se diz; situa-se, pois, na esfera da experiência que é desde sempre histórica e, pois, significativa.

Sendo a inscrição do discurso aquilo que interessa aqui interpretar, o tema decisivo que se abre é o tema do texto, na medida em que a hermenêutica se dirige, não à fala, mas à escrita e nesta, particularmente, a sua exteriorização. Da mesma maneira que ouvir uma enunciação é diferente de ler um texto, a posição do autor deste é diferente da do locutor daquela e, conseqüentemente, distingue-se intenção de significado. O discurso é a fixação da predicação na escrita. Se no diálogo, pelo seu próprio contexto, o locutor se vale de “indicadores ostensivos” e sua referência é situacional, pois ambos os participantes da interlocução estão presentes na mesma temporalidade, no texto escrito esta relação direta é rompida, a referência não pode ser mostrada ou apontada, mas permanece inscrita e só pode ser identificada: “a hermenêutica começa onde o diálogo termina”.¹³⁵ Aí reside toda a riqueza significativa do discurso: “o apagamento da referência ostensiva e descritiva liberta um poder de referência para aspectos do nosso ser-no-mundo que não se podem dizer de um modo descritivo direto, mas só por alusão, graças aos valores referenciais das expressões metafóricas e, em geral, simbólicas”.¹³⁶

Ainda na definição do trabalho hermenêutico, surge a problemática essencial das relações entre explicação e compreensão. Recusando de início a distinção estipulada por Dilthey, que considerava a primeira própria das ciências naturais e a segunda, das ciências do espírito, Ricoeur sugere que, ao compreender, “apreendemos como um todo a cadeia dos sentidos parciais num único ato de síntese” e, ao explicar, “desdobramos o âmbito das proposições e significados”.¹³⁷ Desse modo, a hermenêutica opera segundo a dialética entre explicação e compreensão e por um procedimento que vai da simples conjectura do sentido a sua validação e, seguindo neste passo, da explicação sobre a lógica das operações internas do discurso à compreensão propriamente dita. Como o filósofo afirma na introdução de sua coletânea *Do texto à ação*, intitulada justamente *Da interpretação*, “entendo por compreensão a capacidade de retomar em si mesmo o trabalho de estruturação do texto e por explicação a operação de segundo grau enxertada

¹³⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 48.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 84.

nesta compreensão e que consiste na clarificação dos códigos subjacentes a este trabalho de estruturação que o leitor acompanha”.¹³⁸

Interpretar um texto é, portanto, essa atividade de explicação e compreensão de uma referência pertinente a determinado texto. Trata-se, em poucas palavras, da apropriação de um sentido possível, por meio tanto de uma pertença ontológica (compreensão) quanto por uma distância metodológica (explicação). É pelo ato fundamental de interpretar que um texto desvela todo o seu potencial: “o texto fala de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar. As dimensões deste mundo são propriamente abertas e descortinadas pelo texto. O discurso é, para a linguagem escrita, o equivalente da referência ostensiva para a linguagem falada. Vai além da mera função de apontar e mostrar o que já existe e, neste sentido, transcende a função da referência ostensiva, ligada à linguagem falada. Aqui, mostrar é ao mesmo tempo criar um novo modo de ser”.¹³⁹

4. O texto como paradigma de análise

Entre os mediadores da compreensão, o texto é paradigmático uma vez que, como a historiografia comprova, ele permite articular o fazer humano, a ação dos indivíduos, na forma de narrativas históricas. A partir da relação entre teoria do texto, teoria da ação e teoria da história, Ricoeur salienta que a compreensão de um texto de história incide mais na coisa dita pelo texto que naquele que a disse. Por um lado “a noção de texto é um bom *paradigma* para a ação humana, por outro, a ação é um bom *referente* para toda uma categoria de textos”,¹⁴⁰ na qual certamente se insere a historiografia. Nesse sentido, “a história começa quando se deixa de compreender imediatamente, e se começa a reconstruir o encadeamento dos antecedentes segundo articulações diferentes das dos motivos e das razões alegadas pelos atores da história”.¹⁴¹ Toda história é uma reconstrução, menos de indivíduos que de ações.

Seguindo pelas relações entre hermenêutica e ciências humanas, Ricoeur sugere que tais relações se dão de duas maneiras: uma, em saber se a noção de texto pode servir como paradigma para as ciências humanas; outra, em saber se a própria hermenêutica pode servir como aparato teórico-metodológico para elas. No tocante ao paradigma do

¹³⁸ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação. Ensaios de hermenêutica II*, op. cit., p. 44.

¹³⁹ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*, op. cit. 99.

¹⁴⁰ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação. Ensaios de hermenêutica II*, op. cit., p. 176.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 179.

texto, tendo como suporte uma teoria do discurso, tem-se quatro características principais do discurso: sua temporalidade (em oposição à virtualidade da língua no modelo estruturalista), onde os acontecimentos aparecem “inscritos” e fixados pela escrita; ele remete necessariamente a um autor, embora, como já foi visto, possua sempre, em virtude mesmo de seu caráter temporal, uma autonomia semântica em relação às intenções do autor (em oposição à idéia de ser da linguagem como ente isolado); tem por referência um mundo de ação e, como quarto ponto, tem por qualidade a aptidão de abertura de mundos possíveis, de outras formas de ação, ou seja, trata-se de um texto da experiência bem como da experiência de um texto. Nesse sentido, tal como compreende Eric Vigne, a tarefa da hermenêutica “é a de restituir, de um lado, a dinâmica interna de um texto que preside à estruturação da obra e, de outro, a projeção externa da obra para fora dela mesma, que engendra um mundo próprio a este texto”.¹⁴²

A inscrição da ação no discurso, em que a historiografia é exemplo notável, é feita mediante critérios definidos. Um dos quais é fundamental: trata-se de identificar a significância de certos acontecimentos, sua qualidade e mesmo sua possibilidade de produzirem significados. Este caráter é o que permanece para além daquilo que foi intenção dos agentes que experienciaram tais acontecimentos. Como foi visto anteriormente, o suporte no qual são impressas as marcas da ação humana constitui o que os historiadores denominam documento, entendido por Ricoeur a partir do termo inglês *record*. “A história é esta ‘quase-coisa’ em que a ação humana deixa um ‘rasto’, põe a sua ‘marca’. Dá a possibilidade dos ‘arquivos’”.¹⁴³ Outro critério que também diz respeito à significância dos eventos é concebido segundo a perspectiva weberiana da “*action raisonnée*”, ação cuja importância ultrapassa seu próprio contexto de pertinência, ou seja, constitui-se como experiência digna de memória e passível de história.

Portanto, a construção do texto de história, atividade que faz parte de uma operação mais complexa, tem por característica marcante a organização narrativa de determinada ação humana: o texto de história é a inscrição da experiência mediante procedimentos estabelecidos (análise de fontes, crítica de testemunhos, adoção de métodos, estruturação da exposição etc.). Como já foi colocado, tal atividade só encontra justificação quando completada por outra atividade singular, a leitura, momento em que é possibilitada a reconstituição da experiência fixada e, igualmente, a constituição pelo leitor de uma experiência outra, na temporalidade que lhe é própria.

¹⁴² VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”, op. cit. p. 150.

¹⁴³ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação. Ensaio de hermenêutica II*, op. cit., p. 196.

Defendendo o método hermenêutico como adequado para tratar do paradigma do texto e compreendendo-o sempre, não como mera tradução de um sentido, mas como reconstrução ou inovação semântica, Ricoeur afirma que “a reconstrução do texto enquanto todo oferece, como consequência, um caráter circular, no sentido de que o pressuposto de uma certa espécie de todo está implicado no reconhecimento das partes”.¹⁴⁴ Assim, considero adequado o estatuto aqui fixado para o texto de história como projeção de experiências históricas e assumo a constatação de Vigne: “para a hermenêutica, o mundo do texto é um mundo do face-a-face. O texto histórico – quer dizer, a narração feita por um historiador – o mostra: ele também se beneficia da dupla dimensão da estruturação como obra e da potência desta de se projetar para fora dela mesma e de gerar um mundo que seja a coisa do texto, ‘apropriável’ pelo leitor na sua polissemia existencial”.¹⁴⁵

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 201.

¹⁴⁵ VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”, op. cit. p. 155.

PARTE II

“O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.”

Paul Ricoeur

I. A conceituação na escrita da história

De fato, a preocupação com a escrita da história vem de longa data. Em razão do pensamento ocidental se constituir plenamente apenas a partir de construções de linguagem e também por ser a linguagem escrita aquela que lhe oferece as mais recorrentes formas expositivas, certamente a prática em geral daquele que escreve ocupa lugar privilegiado no espaço da reflexão. Com o historiador não poderia deixar de ser diferente. É evidente, no entanto, que as formas da sua problematização possuem regimes de historicidade próprios e funcionam segundo parâmetros distintos. No que se refere aos aspectos formais da escrita historiográfica, mais precisamente à utilização nela de conceitos operatórios, é possível perceber uma notável variedade de posições.

Assim, a título de introdução deste tema específico, pode-se retornar até o século XVIII. Em 1742 na Alemanha, é publicada a obra de Johann Martin Chladenius, *Introdução à correta interpretação de discursos e escritos racionais*, considerada por alguns como o primeiro tratado sistemático de hermenêutica publicado em alemão.¹ Ainda que não se trate de uma análise diretamente vinculada à escrita da história, uma vez que pretende esboçar os contornos da interpretação de escritos em geral, nesta obra Chladenius expõe considerações que interessam para o presente estudo. Segundo o autor, “o acontecimento e o conceito do acontecimento são comumente encarados como uma mesma coisa, o que não é sempre incorreto. Ainda assim, é preciso indicar a diferença e claramente fazer nota disso, particularmente quando se está lidando com a interpretação de um acontecimento. Pois não é o acontecimento em si mesmo mas o conceito do acontecimento que é incerto para outra pessoa e necessita interpretação”.²

Para o pensador alemão, o historiador se vale sobremaneira da intuição para narrar uma história, ou seja, é a partir da sua percepção pessoal dos fenômenos que ele escreve. Com isso, Chladenius oferece uma noção cara à hermenêutica moderna e à parte da historiografia do século XIX, qual seja, a noção de *ponto de vista*: na medida em que cada indivíduo percebe o mundo a sua volta de uma maneira singular, cada

¹ Por ser um texto de difícil acesso, recorro aos excertos publicados por Kurt Mueller-Vollmer, os quais compreendem os capítulos 4 e 8 da mencionada obra, respectivamente traduzidos do inglês como “Do conceito de interpretação” e “Da interpretação de livros e enunciados históricos”. MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*, op. cit., p. 54-71. Para uma pequena síntese da obra em geral, ver GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*, op. cit., p. 99-106.

² CHLADENIUS, Johann Martin. “On the interpretation of historical books and accounts”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*, op. cit., p. 69.

escrito de história apresenta um ponto de vista particular.³ Evidentemente, diferentes perspectivas não acarretam apenas na relatividade absoluta dos fatos, o que levaria a uma inteligibilidade impossível, mas permitem encarar um determinado evento segundo múltiplos sentidos, pois a plausibilidade de uma narrativa é em parte medida pelos pontos de convergência com outras narrativas escritas a partir de diferentes pontos de vista e de variadas representações. Dessa maneira, Reinhardt Koselleck, por exemplo, pode concluir que “desde Chladenius, os historiadores estão mais seguros que antes de poder descobrir, sob os tipos de verossimilhanças, uma forma própria e precisamente histórica da verdade. Forçados a adotar um ponto de vista, eles têm a coragem de revelar abertamente e conscientemente seu próprio ‘lugar’ de enunciação”.⁴ Assim, na interpretação de um texto de história, o que é realmente interpretado é o ponto de vista do historiador, garantindo, com isso, o distanciamento hermenêutico entre o “concluir da experiência” e o “experienciar” propriamente dito: o leitor de um texto de história conclui pela abertura da experiência narrada, ao invés de experienciar o fenômeno histórico em si.

Em que implica, portanto, a interpretação de um texto segundo Chladenius e, por conseguinte, como se dá a compreensão da experiência narrada? Sugere ele que a intenção única dos discursos falados e escritos é a compreensão do ouvinte e do leitor. Para a definição do que consiste o completo entendimento do discurso, o autor parte do seguinte raciocínio: “pode-se adquirir conceitos gerais e lições morais de histórias (*histories*) e o autor pode, de fato, pretender ensinar-nos estes conceitos e aquelas lições. Se nós lemos uma história (*story*)⁵ escrita com tais intenções e realmente aprendemos os conceitos e lições, os quais podem e devem ser extrapolados, então teremos entendido completamente a história (*history*) e o livro”.⁶ Compreender um texto é, em suma, clarear os sentidos obscuros de algumas passagens por meio da apreensão sistemática

³ A extensão de tal noção pode abranger também a sociologia. Como adverte Max Weber, “todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento a partir de *pontos de vista* especificamente *particulares*”. WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*, op. cit., p. 167.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 75.

⁵ Embora não disponha do original em alemão, é possível inferir que a diferença terminológica da tradução para o inglês entre *history* e *story* equivale à distinção da língua alemã entre *Geschichte* e *Histories*, o primeiro termo compreendendo o fenômeno da história e o segundo sua narrativa. Segundo Reinhardt Koselleck, na modernidade iniciada após o século XVIII, tal dicotomia perde sentido com a instituição do termo *Geschichte* como um singular coletivo que englobaria tanto a história propriamente dita quanto sua representação epistemológica. Chladenius estaria ainda nesta transição, sendo um dos precursores da moderna concepção de história. Ver KOSELLECK, Reinhart. “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 15-99.

⁶ CHLADENIUS, Johann Martin. “On the concept of interpretation”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*, op. cit., p. 55.

dos conceitos que o constituem. O tempo interfere na compreensão alterando, não tanto o processo ou o material a ser interpretado, mas transformando propriamente nosso pensamento sobre o objeto. A capacidade compreensiva do intérprete, conseqüentemente, é expandida a cada leitura que se faça do texto e a partir do conjunto da experiência passada durante determinado período. Podemos concluir com Chladenius, então, que apenas quando não mais restasse conceitos indecifrados é que a compreensão seria completa e a interpretação deixaria de ocorrer.

Não cabe aqui entrar no mérito de outras questões pertinentes ao texto de Chladenius, como o papel pedagógico desempenhado pelo hermenêuta diante de outros leitores ou a afirmação de que à filosofia é prescindível a arte da interpretação, pois o filósofo pode contar com sua própria habilidade para pensar e criar seus próprios conceitos. O que importa ressaltar é o papel funcional desempenhado pelo conceito, espécie de conector entre as intenções do autor e o entendimento do leitor. Entre o sentido predicado e o sentido compreendido, o conceito opera uma ligação fundamental que, contudo, perde sua relevância na medida em que tais sentidos passam a ser convergentes. Este caráter mediador do conceito em um texto de história, por exemplo, permite sustentar que a conceituação não é, para o historiador, o fim último de seu trabalho, mas a operação que permite ao texto ser decifrado e a experiência nele representada ser transmitida e aberta pelo leitor. Chladenius, entretanto, não resiste às críticas atuais feitas à hermenêutica romântica do século XIX, uma vez que a interpretação de uma história escrita não implica exclusivamente em identificar as intenções do autor, mas também em descortinar o âmbito da referência nele contida, ou seja, a experiência narrada. Se o leitor está privado da experiência direta do passado, a leitura não se resume à conclusão pela experiência do autor, mas possibilita a constituição de uma experiência particular àquele que lê o texto de história.

Naturalmente, as perspectivas em torno da conceituação na escrita da história se alteraram nitidamente passados mais de duzentos anos da obra de Chladenius. A importância da problematização dos conceitos, por outro lado, é um dado da permanência. Na fronteira entre os séculos XVIII e XIX, Friedrich Schlegel afirmara que “não podemos dizer que alguma coisa é sem dizer o quê ela é. Ao pensá-la, já relacionamos os fatos aos conceitos e não é indiferente dizer a quais conceitos”, defendendo a importância da reflexão conceitual para o conhecimento racional do

mundo histórico.⁷ Discorrendo, em 1836, sobre a natureza da linguagem, Wilhelm von Humboldt salienta que “como nenhum conceito é possível sem linguagem, ao mesmo tempo a linguagem não pode ser objeto para a mente uma vez que, na verdade, todo objeto externo obtém completa substancialidade apenas por meio de um conceito”.⁸ Em outras palavras, o conceito realiza-se como fator de linguagem que dá concretude à própria linguagem, funcionando como instituidor da referência. Pouco tempo mais tarde, na mesma tradição de língua alemã, Max Weber sustenta a importância desta reflexão teórica, já que “uma discussão introdutória dos conceitos dificilmente pode ser dispensada, apesar do fato de que é inevitavelmente abstrata e por esta razão dá a impressão de distância em relação à realidade”.⁹ Por conseguinte, uma teoria preocupada com as condições de inteligibilidade e representação da história não pode prescindir de tal discussão, ou seja, da discussão sobre o uso de conceitos na escrita historiográfica.

E Weber ainda, em seus *Ensaio sobre a teoria da ciência*, estabelece um questionamento fundamental a partir de duas indagações principais: “qual é a função lógica e a estrutura dos *conceitos* com os quais nossa disciplina trabalha como toda outra ciência?”, e “qual é a significação da *teoria* e da construção teórica dos conceitos para o conhecimento da realidade cultural?”.¹⁰ Para tanto oferece uma definição mais complexa para o conceito, tratando, em particular, da construção do conceito de tipo-ideal (*Idealtypus*). Na concepção do sociólogo, enquanto “quadro de pensamento” que reúne relações e eventos determinados da vida histórica, tal conceito não representa a realidade autêntica e tampouco serve à construção de um esquema no qual se pode ordenar a realidade como arquétipo; trata-se de um “conceito limite” puramente ideal por meio do qual se mede a realidade explicitando seu conteúdo empírico através do acento a uma ou algumas feições do dado empírico, sempre tomado, pelo conhecimento, como fragmentário: “estes conceitos são imagens nas quais construímos relações, utilizando a categoria de possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação* formada e orientada segundo a realidade *julga* como adequada”.¹¹

⁷ Apud. KOSELLECK, Reinhardt. “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 43.

⁸ HUMBOLDT, Wilhelm von. “The nature and conformation of language”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*, op. cit., p. 104.

⁹ WEBER, Max. *Economy and society*. Vol. I. Edited by Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978, p. 03.

¹⁰ WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*, op. cit., p. 172.

¹¹ *Ibid.*, p. 185.

Para Weber, a natureza discursiva do conhecimento (sociológico ou historiográfico) postula o que ele definiu como “estenografia dos conceitos”, ou seja, a abreviação dos significados particulares visando a compreensão do sentido geral. Por conseguinte, a historiografia apenas ultrapassa a simples constatação de relações concretas para chegar em uma significação complexa do fenômeno histórico com o uso de conceitos, compreendidos como instrumentos heurísticos de apreensão do real, mas que ainda assim são insuficientes e não assumem senão uma porção fragmentária da realidade, determinada pelo ponto de vista do investigador. “Certamente, diz Weber, nossa imaginação pode frequentemente se abster da sua formulação conceitual explícita no nível dos meios de *investigação*, mas no que concerne à exposição, pelo fato que ela procura ser unívoca, sua utilização é na maior parte dos casos inevitável sobre o terreno da análise cultural”.¹²

Nessa perspectiva, a historiografia, na mesma relação traçada com aquilo sobre o que se debruça, isto é, o tempo, aparece delimitada pela própria historicidade dos conceitos de que se vale: “é o caso de todas as disciplinas *históricas*, de todas essas às quais o fluxo eternamente em movimento da civilização procura sem cessar novos problemas. Por essência, sua tarefa se choca com a fragilidade de *todas* as construções tipo-ideais, mas elas são inevitavelmente obrigadas de elaborá-las continuamente *novas*”.¹³ Em um esboço de resposta às perguntas por ele colocadas, é possível afirmar que a construção de conceitos condiciona a capacidade de apreensão do real de uma determinada ciência, ao mesmo tempo em que a constante re-formulação dos conceitos, acompanhando o fluxo da realidade referenciada, define os limites de compreensão desta realidade. É, portanto, na fronteira entre o material desordenado do mundo empírico e a aptidão ordenadora dos conceitos que opera uma teoria do conhecimento sociológico e historiográfico.

Cruzando as fronteiras francesas e mantendo-se nesta temática, destaca-se a publicação, em 1954, do livro anteriormente mencionado *Do conhecimento histórico* de Henry-Irenée Marrou, no qual consta um capítulo intitulado justamente *O uso do conceito*.¹⁴ É fundamental deter-se em alguns aspectos salientados no texto, na medida

¹² *Ibid.*, p. 186. Não convém aqui se deter no conceito de cultura tal como empregado por Weber, apenas apontar para as possíveis implicações de sua teoria do conceito para a historiografia, que muitas vezes assume um caráter de “análise cultural” da maneira como Weber a entende, isto é, em uma perspectiva não-totalizante atenta aos significados sociais produzidos pelas ações humanas na singularidade de seus contextos respectivos.

¹³ *Ibid.*, p. 202.

¹⁴ MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*, op. cit., p. 131-150.

em que nele centra-se a discussão mais precisamente sobre a escrita da história. A elaboração do conhecimento histórico, em um grau de abstração superior à exploração documental, estabelece em sua lógica interna a relação do material contido nos documentos com as perguntas e possíveis respostas formuladas pelo historiador. Para tanto, o instrumental utilizado são os conceitos: “conhecer, aqui conhecer historicamente, é substituir a um dado bruto, de si inapreensível, um sistema de conceitos elaborados pelo espírito, e isso desde que o conhecimento histórico aparece no historiador, anteriormente a toda a preocupação de redução a uma fórmula, de expressão literária para uso de um público”.¹⁵ Apesar da dicotomia ontológica apresentada por Marrou, a qual distingue decisivamente a escrita da história, fórmula literária, do espírito do historiador, lugar onde se produz o conhecimento histórico, a função por ele atribuída ao uso dos conceitos parece-me pertinente. O autor salienta ainda a especificidade conceitual da história em relação às ciências naturais, pois a explicação dos fenômenos feita pela primeira se vale de conceitos “especificamente humanos”, enquanto as outras utilizam conceitos físicos, químicos ou biológicos: a decapitação de um rei, por exemplo, pode ser compreendida tanto segundo os fenômenos históricos que o determinam (o conceito de revolução sendo um dos tais conceitos humanos), quanto através da descrição da composição química da lâmina, da descrição física da mecânica no movimento da guilhotina e da descrição biológica do ferimento.

No caso do conceito historiográfico, a problemática teórica levantada pelo historiador francês é “determinar a validade destes conceitos, a sua adaptação ao real, a sua verdade, donde depende, em última análise, a da história”.¹⁶ Para tanto, ele estabelece uma classificação bastante específica e certamente questionável. São cinco os tipos de conceitos descritos: aqueles de ambição universal, como, talvez, o conceito de homem; aqueles que são uma imagem singular mas que apresentam validade universal por meio de seu uso metafórico, como o conceito de barroco; certos conceitos técnicos, de caráter particular e próprio da semântica da língua utilizada, como os conceitos latinos *servus* e *servilis*; os tipos-ideais weberianos que, segundo um caso particular, apontam para um esquema geral, proporcionando uma inteligibilidade parcial mas autêntica, como o conceito de Cidade Antiga; e, por fim, aqueles que tratam

¹⁵ *Ibid.*, p. 131.

¹⁶ *Ibid.*, p. 133.

particularmente de descrever certos períodos de tempo, como os conceitos de Idade Média ou de Revolução.

Não competiria aqui estabelecer a crítica desta distinção, indagando-se sobre a ausência de outras categorias de conceitos e mesmo sobre as distinções internas entre as cinco apresentadas. Além do mais, o autor não informa a maneira pela qual tais conceitos se misturam ou se intercabiam no interior da narrativa da história. O que é de interesse mencionar é a consideração da validade histórica dos conceitos utilizados pelo historiador: “a verdade destes conceitos, que implica os seus limites de validade, condiciona a verdade do conhecimento histórico”.¹⁷ Nesta linha de raciocínio, a historicidade dos conceitos determina a historicidade do conhecimento, delimita seu campo de validade e seu espaço de pertinência, seguindo na trilha já aberta por Weber. Por outro lado, isto não implica que conceitos contemporâneos do historiador sejam vetados na sua narrativa do passado, já que este é um anacronismo até certo ponto permitido entre seus pares, desde que legitimamente explicitado.¹⁸

Estas considerações, paradoxalmente, acabam por contradizer o próprio autor, pois em outra passagem ele se aproxima nitidamente da perspectiva psicologizante de Ankersmit, apresentada na introdução: “toda a experiência histórica se apresenta, para o investigador, como uma ascese onde, ao contacto dos documentos, aprende a pouco e pouco a despojar-se dos seus preconceitos, dos seus hábitos mentais, da sua forma excessivamente particular de humanidade – a esquecer-se de si mesmo para se abrir a outras formas de experiência vivida, para se tornar capaz de compreender, de encontrar outrem”.¹⁹ Ora, se o uso do conceito é fundamental para o conhecimento histórico e se ambos, em virtude do primeiro, são historicamente determinados, como é possível ao historiador “despojar-se dos seus preconceitos” ou mesmo “esquecer-se de si mesmo”, nessa espécie de ruptura com sua própria temporalidade, para com isso “encontrar outrem”? Parece-me que, muito mais que uma ascese pessoal e temporal, a prática da escrita da histórica leva a um comprometimento consigo mesmo, com suas noções já elaboradas, o que é condição para a pré-compreensão prática dos acontecimentos, e também a um comprometimento com o tempo em que se efetiva, pois é apenas ele o que

¹⁷ *Ibid.*, p. 137.

¹⁸ Edward Palmer Thompson oferece um exemplo válido para tal afirmação na sua discussão do conceito de “classe” e de seu emprego para períodos anteriores à formação histórica da classe no século XIX. Ver THOMPSON, Edward Palmer. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. trad. de Antonio Luigi Negro. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-282.

¹⁹ MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*, op. cit., p. 135.

garante a validade do instrumental utilizado. A ascese sugere a experiência histórica como uma abnegação do sujeito que conhece em função do outro que se quer encontrar, o comprometimento, por outro lado, na perspectiva hermenêutica aqui assumida, implica no reconhecimento do lugar subjetivo e social a partir dos quais é possível falar sobre a experiência histórica de outrem.

Cerca de duas décadas depois, Paul Veyne apresenta outras considerações sobre a conceituação na escrita da história. Em *Como se escreve a história*, Veyne sugere peremptoriamente: “o único problema verdadeiro é o dos conceitos em história”.²⁰ Saliendo a problemática do uso dos conceitos pelos historiadores, pois estes muitas vezes se encontram embaraçados com os limites do anacronismo e acabam por considerar os conceitos como instrumentos meramente ilusórios, o autor aponta para a complexidade desta discussão, uma vez que, “em geral, essas dificuldades de origem conceitual exasperam os profissionais, bons trabalhadores que não gostam de reclamar de seus instrumentos ruins; sua função não é analisar a idéia de revolução, mas dizer quem fez a de 1789, quando, como e por quê; burilar conceitos é, segundo eles, um capricho de principiante”. Logo em seguida, garante positivamente sua necessidade: “acontece que os instrumentos conceituais são o ponto dos progressos da historiografia (possuir conceitos é conceber coisas)”.²¹

Os conceitos na historiografia são, para Veyne, originados basicamente do senso comum, como os conceitos de cidade e de revolução, ou por meio de construções teóricas, como os de despotismo esclarecido e de cidade-Estado. O historiador, por seu ofício, consegue facilmente distinguir uma simples agitação de um fenômeno revolucionário ou, da mesma forma, um agrupamento regular de indivíduos de uma cidade-Estado. Contudo, ele chama a atenção para o fato de que, se perguntados sobre o significado do conceito de revolução ou de cidade, os historiadores fariam sem conhecimento de causa. Toda definição, por mais prolixa que seja, é incapaz de esgotar o tema ou fechá-lo em apenas uma forma de utilização. Assim, ele define os conceitos como “representações heterogêneas que dão a ilusão da intelecção, mas que são na realidade somente espécies de imagens genéricas”.²² Esta ilusão, por sua vez, pode acarretar em um perigo ainda maior, pois através dela muitos historiadores desatentos podem elevar um certo conceito a uma posição essencialista que, obviamente,

²⁰ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, op. cit., p. 103.

²¹ *Ibid.*, p. 104.

²² *Ibid.*, p. 107.

redundaria em falsas essências e universais inexistentes. Para tanto, ao historiador é requerida a qualificação do conceito por ele utilizado. Desse modo, ele não fala simplesmente “a” revolução ou “a” cidade, mas da revolução “francesa” ou da cidade “antiga”, sem, contudo, poder explicitar completamente o sentido próprio do termo adjetivado. Veyne permanece um tanto desconfiado: “daí as desventuras do historiador: o conhecimento histórico é conhecimento do concreto, que é o vir a ser e a interação, mas ele tem necessidade de conceitos; ora, o ser e a identidade só existem por abstração”.²³ Ainda assim, a fabricação dos conceitos pelo historiador propicia um ganho na compreensão, pois significa um enriquecimento da visão: os atores em seu próprio tempo não poderiam vislumbrar tudo o que um historiador, tempos mais tarde, consegue ver por meio do conceito fabricado.

Após três anos destas colocações gerais, em 1974 Veyne desenvolve com maior acuidade suas definições do trabalho conceitual do historiador.²⁴ De maneira geral, os conceitos funcionam como “núcleos de cientificidade” que permitem ao historiador organizar o material disperso da ação humana. Nesse sentido, eles desempenham um papel muito mais descritivo que analítico, pois como sugere o autor, “a história explica menos do que explicita”.²⁵ Tal material, por sua vez, assume feições variadas, nem sempre redutíveis a um modelo de invariante, uma vez que a história humana tem por conteúdo muito mais de acidental do que de necessário. Todavia, se é inadequado atribuir ao campo da ação razões deterministas, visto que nele o acaso como que impera, não é de todo impossível pressupor a idéia de “variável estratégica”, a qual permite, neste caso, a construção dos próprios conceitos que caracterizam o caráter oblíquo da compreensão dos acontecimentos. Assim, os progressos científicos da disciplina histórica se localizam, “não na descoberta de mecanismos e motores que explicariam a história, mas na explicação, na conceituação do não factual”.²⁶

Para Veyne, o talento do historiador está em sua habilidade para criar conceitos. Esta criação é colocada por ele num plano exterior à pura metodologia, se assim se pode dizer, pois ele sugere que “as conceituações históricas não são fruto de uma pesquisa experimental, de uma descoberta, mas de um exame atento e penetrante, de uma

²³ *Ibid.*, p. 113.

²⁴ VEYNE, Paul. “A história conceitual”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*, op. cit., p. 64-88.

²⁵ *Ibid.*, p. 64.

²⁶ *Ibid.*, p. 68.

apercepção intelectual que se pode comparar ao esforço da visão”.²⁷ Ou seja, o uso do conceito pelo historiador é sobretudo algo intuitivo²⁸: em última instância, não existem normas experimentais ou metodológicas rígidas que prescrevam a formulação de um conceito, mas sim um cuidado especial (de autópsia) em relação ao material investigado. Isto não significa, por outro lado, uma simples escolha aleatória dos conceitos, porém implica em uma definição teórica do conceito empregado.

É explícita a dívida de Paul Veyne para com a categoria de tipo-ideal de Max Weber. Estes dariam a ver coisas apenas sentidas. A partir disso, conclui o historiador francês, a diferença fundamental entre a narrativa de ficção e a análise historiográfica se localiza justamente no trabalho de conceituação: “a realidade existe sem ser concebida distintamente, o romancista a cria ou recria; o historiador dá seu equivalente conceitual”.²⁹ A relação que se estabelece entre a conceituação e o “não factual” é fundamental, uma vez que o conceito só possui um sentido legítimo quando ele intensifica a compreensão daquilo que não está explícito no material bruto da história: “a história não factual é, verdadeiramente, uma história que impulsiona a conceituação para mais longe, como não fazem suas fontes e como não faziam os historiadores de outrora”.³⁰ Veyne salienta a diferença básica entre os procedimentos das *ciências duras* (e seu “espírito científico”) e os procedimentos historiográficos (e seu “espírito literário”): a primeira se valeria da formalização (a formulação das equações) enquanto a segunda utilizaria a conceituação (formação de conceitos).

Apesar do grande ensejo de Paul Veyne ser a discussão do conceito de mentalidade, muito propício ao contexto e à obra para os quais seu texto fora escrito, discussão esta que aqui não é oportuna, vale ressaltar uma importante inferência em seu artigo: “se todas as essências fossem dadas de improviso à intuição, se não houvesse o ‘todo confuso’, se nada restasse a descobrir, então escrever a história se reduziria a contar histórias imediatamente compreensíveis; o conceito valeria mais que a definição, e a análise discursiva seria apenas elucubração redundante, pequena moeda de ouro do vivido. Não se trata disso: a verdadeira narração supõe a análise; história não é o imediato”,³¹ mas, poderíamos aqui acrescentar, o *mediato*. O conceito, em resumo, é o instrumento paradoxal por meio do qual o historiador torna clara a realidade, mas não

²⁷ *Ibid.*, p. 69.

²⁸ Neste ponto, a reflexão de Veyne remete ao texto de Chladenius e sua noção de *ponto de vista*, ainda que passando pelo filtro teórico weberiano.

²⁹ *Ibid.*, p. 70.

³⁰ *Ibid.*, p. 70.

³¹ *Ibid.*, p. 72.

por sua transparência e sim pela opacidade própria da linguagem; conceituar é fazer o real compreensível por meio de uma abstração ou, nas palavras de Reinhart Koselleck, por uma “absurdidade da linguagem”.³² A experiência histórica para o conhecimento historiográfico, adiantando a discussão que se seguirá nos próximos capítulos, é, sobretudo, um dado conceitual que possibilita a mediação com o passado: experienciar a história não é simplesmente apreendê-la através das percepções físico-sensoriais, mas compreendê-la segundo um procedimento de conceituação da realidade.

Se a questão da função desempenhada pelo conceito na prática do historiador pode ser compreendida nos termos colocados desde Chladenius até Paul Veyne, resta delimitar minimamente suas características próprias, ou seja, definir um conceito para o conceito historiográfico. Para tanto, novamente a história dos conceitos oferece considerações importantes. A semântica do conceito praticada por Koselleck, nas palavras de Michael Werner, faz pensar que “a experiência histórica é sempre traduzida no domínio da linguagem por meio de conceitos diretores” e que “o conhecimento histórico é ele mesmo tributário da existência e do funcionamento lingüístico destes mesmos conceitos”.³³ Então, o que constitui, assim sendo, o conceito historiográfico? Para responder a esta pergunta, é necessário recuar teoricamente ainda mais, colocando as relações entre história e linguagem como dado anterior ao problema. Assim, Koselleck, em uma conferência realizada em 1988, ressalta que a história, na sua temporalidade própria, tem um modo de ser específico diferente da linguagem que procura tê-la como referência, seja ela feita antes, depois ou simultânea aos eventos.³⁴ Por outro lado, ambas se condicionam mutuamente, mantendo entre si uma tensão que se reflete tanto no campo discursivo quanto no espaço de ação: “toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é lingüisticamente condicionada”.³⁵ Dessa maneira, justifica-se uma história dos conceitos, na medida em que, em determinada época, as possibilidades de enunciação são limitadas sobretudo pelo acervo conceitual pertinente a tal contexto. Disso resulta que os “conceitos têm uma estrutura temporal interna que difere da dos eventos que eles ajudaram a tornar reais, os quais eles (os

³² KOSELLECK, Reinhart. “Théorie de l’histoire et herméneutique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 198.

³³ WERNER, Michael. “Préface”. In: KOSELLECK, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 07.

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Linguistic change and the history of events”, op. cit.

³⁵ *Ibid.*, p. 649.

conceitos) supõem compreender”.³⁶ Disso decorre a distinção entre âmbito conceitual e âmbito social.

Um primeiro texto, espécie de demarcação de fronteiras, trata das relações entre a história dos conceitos e a história social propriamente dita.³⁷ Nele são expostas as particularidades deste campo de estudo a partir de uma relação direta com a história social. Em termos metodológicos, Koselleck aponta para a qualidade da história conceitual em funcionar como uma exegese crítica das fontes mas recusando sua redução a mera disciplina auxiliar. Ela possui uma metodologia específica e por isso se constitui como disciplina autônoma. Obviamente, não rejeita as contribuições oriundas da tradição ligada a um método histórico-filológico no qual são levados em conta fatores tais como o sentido próprio de um texto, as condições sociais de seu autor e daqueles para os quais foi destinado, o contexto em que foi produzido e também a história da língua em que foi escrito. Ainda assim, considera insuficiente limitar-se apenas a estes questionamentos. O sentido de um texto dado, retomando Chladenius, deve ser amparado por uma cuidadosa classificação histórica dos conceitos nele utilizados, permitindo captar da época a que pertencem as “diferentes camadas da economia da experiência”.³⁸

Assim, na busca de uma definição para a noção de “conceito”, o historiador considera que em determinados conceitos está presente uma dimensão temporal de três momentos: além do presente, componentes visando a um futuro e elementos procedentes de um passado. É desta dimensão que são extraídos os significados dos conceitos: “na especialização temporal da semântica está já decidida a força histórica dos enunciados”.³⁹ Uma vez que aparece como condição para sua emergência um espaço de experiência previamente estabelecido, os conceitos surgem na medida em que se orientam para um horizonte de expectativa que pretende uma mudança histórica. Por isso são encarados como objetos privilegiados para a apreensão desta mudança: “os momentos de permanência e de futuridade contidos em uma situação política concreta ficam compreendidos na aquisição da linguagem”.⁴⁰ Nesse sentido, não interessa, de fato, discutir a prioridade entre os aspectos material e conceitual da história, mas importa sim perceber que toda transformação acarreta um trabalho de conceitualização,

³⁶ *Ibid.*, p. 659.

³⁷ KOSELLECK, Reinhardt. “Historia conceptual e historia social”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit., p. 105-126.

³⁸ *Ibid.*, p. 108.

³⁹ *Ibid.*, p. 109.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 109-110.

assim como toda conceitualização permite pensar a transformação. Resulta disto que uma das exigências metódicas mínimas para os historiadores é apreender a tensão relativa ao passado por meio das limitações conceituais que são próprias a ele.

O estudo dos conceitos, portanto, opera segundo uma análise sincrônica situando-os em uma determinada situação histórica e é justamente neste ponto que seu estatuto se eleva de um método histórico-filológico para uma história dos conceitos. Para trabalhar a partir desta especificidade metodológica, distanciando-se de uma história social propriamente dita, é de suma importância para a história conceitual a distinção entre “palavra” e “conceito”. Se, dependendo do caso, a primeira pode assumir uma posição unívoca, o segundo deve sempre permanecer polissêmico pois pretende dar conta de um referente mais complexo: “uma palavra se converte em conceito se a totalidade de um contexto de experiência e significado sócio-político, no qual e para o qual se usa uma palavra, passa a formar parte globalmente dessa única palavra”.⁴¹ Isto quer dizer que diversas outras categorias conceituais passam a aderir em um conceito em comum: “uma palavra contém possibilidades de significados, um conceito unifica em si a totalidade do significado”.⁴² Dessa maneira, Koselleck considera que o conceito consegue conciliar a pluralidade da experiência histórica em um determinado contexto que, por sua vez, se torna experienciável através do próprio conceito. Em suma, mais que mero “indicador” da realidade, o conceito funciona nela como “fator” de realização. O tema capital de uma história dos conceitos é, portanto, a convergência entre conceito e história, uma vez que a história só se efetiva como história na medida em que for conceitualizada.

A autonomia da história dos conceitos é viável pois ela rompe com a visão circular entre palavra e coisa, estabelecendo a relação do conceito com o contexto a partir de uma tensão dinâmica. Se em determinados momentos parece haver um hiato entre uma situação empírica e o uso da linguagem que lhe é relativo, isso se deve ao fato de que a transformação dos conceitos se dá de maneira diferente da transformação social, com temporalidades variadas. Assim, opera segundo uma dupla perspectiva: tanto semântica, atendo-se aos significados das palavras, quanto empírica, considerando também a dimensão do pensamento e dos fatos. “A história dos conceitos não tem seu fim em si mesma, ainda que siga seu próprio método. Ao proporcionar indicadores e

⁴¹ *Ibid.*, p. 117.

⁴² *Ibid.*, p. 117.

fatores à história social, pode definir-se como parte metodologicamente autônoma da investigação em história social”.⁴³

De um ponto de vista mais propriamente teórico, pela sua reflexão privilegiada sobre as relações entre conceito e sociedade, a história dos conceitos possibilita operar com níveis diferentes de temporalidade, mostrando a permanência de experiências anteriores bem como a constituição de novos horizontes de expectativa e, sobretudo, ultrapassa a simples alternância entre sincronia e diacronia, remetendo, dessa maneira, “à simultaneidade do anacrônico que pode estar contida em um conceito (...). A profundidade histórica de um conceito, que não é idêntica à série cronológica de seus significados, alcança com isso uma pretensão de sistematicidade de que deve dar conta toda investigação em história social”.⁴⁴ A história dos conceitos para Koselleck é, em suma, condição para qualquer história social que proceda com exatidão.

A história dos conceitos, por conseguinte, assume um caráter fundamental para o conhecimento histórico já que permite revelar, através do estudo da extensão do espaço semântico dos conceitos, as camadas da experiência que lhes conferem sentido. Nesta extensão semântica, os estratos de tempo remetem tanto a “uma alusão polêmica em relação ao presente”, quanto a “um componente geral de futuro” (horizonte de expectativa) e a “elementos permanentes da organização social procedente do passado” (espaço de experiência). A relação entre os três níveis de tempo permite ao historiador ultrapassar a estrita dicotomia entre sincronia e diacronia, remetendo à “simultaneidade do anacrônico”, isto é, articulando dados da permanência (estruturas lingüísticas e sociais) a eventos de ruptura (alterações conceituais e fenômenos históricos). Koselleck é enfático: “apenas os conceitos que possuem uma pretensão de permanência, quer dizer, capacidade de ser empregados repetidamente e de ser efetivos empiricamente, ou o que é a mesma coisa, conceitos com uma pretensão estrutural, tornam expedito o caminho para que hoje possa parecer possível e, assim se possa representar, a história ‘real’ de outros tempos”.⁴⁵

A partir destas considerações gerais, é possível retornar à primeira indagação feita acima, ou seja, aquela interessada na concepção do conceito. Recordo que Koselleck parte de uma restrição metodológica que distingue analiticamente a palavra do conceito, este permanecendo, à diferença daquela, com sua polissemia que lhe

⁴³ *Ibid.*, p. 121-122.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 123.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 124.

garante a unificação dos significados de um determinado contexto de experiência. Dessa maneira, “um conceito reúne a pluralidade da experiência histórica e uma soma de relações teóricas e práticas de relações objetivas em um contexto que, como tal, só está dado e se faz experienciável pelo conceito”.⁴⁶ Assim, todo conceito é ao mesmo tempo indicador do real, de algo que se situa no exterior da linguagem, como fator de realidade (efetivo enquanto fenômeno lingüístico), uma vez que, a partir de eventos de linguagem se pode atuar sobre a realidade concreta.⁴⁷ Koselleck, então, chega a uma conclusão fundamental para o presente trabalho: “a linguagem conceitual é um meio em si mesmo consistente para tematizar a capacidade da experiência e a vigência das teorias”.⁴⁸

Contudo, esta definição para o conceito foi concebida segundo a perspectiva de uma história dos conceitos, o que não é exatamente o objetivo desta pesquisa. Ainda assim, ela permite encarar o conceito utilizado pelo historiador de maneira satisfatória, o que é exposto no artigo intitulado “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”.⁴⁹ Nele, Koselleck evidencia os dois planos sobre os quais o historiador se move no contato com os documentos: de um lado, ele se vale de situações já articuladas em linguagem e os conceitos contemporâneos aos eventos sucedidos funcionam como acesso heurístico à realidade passada; de outro, quando as situações não são articuladas em linguagem, o historiador constitui conceitos posteriores, quase anacrônicos, para dar conta da compreensão de tal realidade. Neste último caso, trata-se de uma categoria cognitiva propriamente concebida no lugar específico da prática historiográfica. À história dos conceitos é assegurado um caráter propedêutico para uma possível teoria da história, pois ela permite realizar a distinção entre um conceito próprio a determinada época e as categorias criadas retrospectivamente pelo historiador a fim de estudar esta época.

Na sua prática, o historiador alemão se vale de duas categorias analíticas para a realização de suas pesquisas, quais sejam, a de *espacio de experiencia* e de *horizonte de expectativa*. Uma discussão mais detalhada sobre suas características particulares será realizada mais adiante, por enquanto, vale ressaltar seu funcionamento enquanto conceitos propriamente historiográficos, isto é, concebidos ulteriormente ao fenômeno

⁴⁶ *Ibid.*, p. 117.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 118; e, do mesmo autor, “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. trad. de Manoel Salgado Guimarães. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992, p. 136.

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhardt. “Historia conceptual e historia social”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit., p. 118.

⁴⁹ KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’, dos categorias históricas”. In: *Futuro pasado*, op. cit., p. 333-357.

ocorrido. Koselleck as define da seguinte maneira: “‘experiência’ e ‘expectativa’ são apenas categorias formais (...) A antecipação formal de explicar a história com estas expressões polarmente tensas, unicamente pode ter a intenção de perfilar e estabelecer as condições das histórias possíveis, mas não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento que ajudam a fundamentar a possibilidade de uma história”.⁵⁰ Estabelecendo as relações entre passado e futuro, ambas são constituídas segundo um dado antropológico, quer dizer, meta-histórico, da condição humana universal: elas tanto fazem parte do espaço de ação dos atores históricos como permitem articular e explicar este espaço em um campo discursivo posterior. Só assim é possível ao historiador discorrer sobre as condições da história dos homens, já que “as condições de possibilidade da história real são, por sua vez, a de seu conhecimento”.⁵¹

Conclui-se, portanto, que o conceito, para Koselleck, assume uma ambigüidade fundamental para teorizar o conhecimento histórico: ele tanto pode servir como objeto de estudo, para a investigação sobre o conceito de história, por exemplo, quanto como recorte a partir do qual esta mesma investigação é problematizada, indagando-se quanto à viabilidade da utilização de seu instrumental analítico, ou seja, de seus conceitos operatórios. Para este estudo, é a segunda concepção que mais interessa, já que o conceito é aqui entendido da mesma maneira como são utilizada as duas categorias apresentadas por Koselleck: elas dão conta de organizar um referencial empírico a partir da relação entre níveis temporais variados, o que equivale a considerar o conceito como articulador do tempo histórico, isto é, tempo da ação humana, na medida em que ele o organiza segundo o sentido da narrativa da história.

*

É conhecida a postura reflexiva que deve assumir o intelectual, seja historiador, seja sociólogo, defendida por Pierre Bourdieu, postura esta que assume o caráter de um “trabalho de objetivação científica do sujeito objetivante”.⁵² Em tal trabalho, a crítica dos instrumentos utilizados certamente desempenha papel preponderante. Entretanto, o sociólogo sugere que no ambiente francês há uma desconfiança generalizada, por parte dos historiadores, em relação ao uso de conceitos, considerados por eles, nas palavras de

⁵⁰ *Ibid.*, p. 334-335.

⁵¹ *Ibid.*, p. 336.

⁵² BOURDIEU, Pierre. “Sur les rapports entre la sociologie et l’histoire en Allemagne et en France”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 106-107, mars, 1995, p. 116.

Bourdieu, como um material plebeu de dignidade duvidosa, “na medida em que ele é feito para que todo mundo compreenda e para que todo mundo possa verificar, ao invés de deixar as coisas na ordem do nefando e do indizível”.⁵³ A diferença, então, entre um sociólogo e um historiador reside no recalçamento por parte deste em relação à sociologia e também, ao contrário do primeiro, devido a uma recusa da atividade de conceituação em sua prática historiográfica. Como consequência primeira, tem-se a falta de cuidado teórico por parte do historiador em relação ao seu campo de atuação. Em parte, a ironia de Bourdieu pode ser recusada citando, por exemplo, a obra coletiva francesa *Passados recompostos*, publicada no ano anterior à publicação do referido artigo, a qual demonstra justamente o contrário das afirmações do sociólogo.⁵⁴ Vale mencionar o artigo contido em tal coletânea, de autoria de Simona Cerutti, no qual é pensada a construção das categorias sociais no trabalho de investigação histórica.⁵⁵ Em parte, todavia, a polêmica por ele ensejada merece dos historiadores alguns instantes de atenção.

No contexto da historiografia brasileira, por exemplo, é possível vislumbrar uma situação semelhante àquela criticada por Bourdieu. Em uma recente coletânea de entrevistas com historiadores, a qual não traz o rigor de um texto acadêmico e talvez justamente por isso seja um tanto mais reveladora, algumas posições de renomados historiadores brasileiros se assemelham às descritas pelo sociólogo.⁵⁶ Começemos com o autor de *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Em sua entrevista, há, entre tantas passagens importantes, uma que merece a contra-versão: “historiador não deve discutir teoria porque não tem formação teórica”.⁵⁷ Segundo Fernando Novais, o fato dos historiadores terem se proclamados cientistas constitui-se como razão primeira do fato de “escreverem mal”. E por que eles escrevem mal? Justamente pela aproximação dos padrões e das exigências científicas oriundas, sobretudo, das ciências sociais. A diferença entre estas e a historiografia é a mesma criticada por Bourdieu: “a ciência precisa recortar para poder conceitualizar, ela sacrifica a totalidade pela conceitualização, a História sacrifica a conceitualização para não perder a totalidade”.⁵⁸

⁵³ *Ibid.*, p. 111.

⁵⁴ BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora FGV, 1998.

⁵⁵ CERUTTI, Simona. “A construção das categorias sociais”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, op. cit., p. 233-242.

⁵⁶ MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 123.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 124.

O aspecto totalizante da historiografia, na perspectiva de Novais, deve-se a sua pretensão de reconstituir determinada realidade, ao invés de simplesmente pretender explicá-la. A escrita da história, então, oscilaria sempre entre um plano analítico-explicativo e outro reconstrutivo-narrativo.

O que vale mencionar desta postura um tanto problemática, para o momento, é simplesmente a colocação do trabalho de conceituação para além do âmbito historiográfico. Os historiadores recorrentemente se valem de conceitos criados pelos cientistas sociais e o autor salienta a importância da historização de tais conceitos para a sua aplicação na investigação histórica, entretanto, na sua perspectiva, não cabe à historiografia a criação de conceitos explicativos, pois “a História não é uma disciplina teórica”.⁵⁹ Quanto a isso, cabe indagar se conceitos tais como o de revolução ou mesmo o de progresso, largamente utilizados pelos historiadores, não seriam conceitos essencialmente historiográficos, uma vez que dão conta de organizar no âmbito temporal um determinado campo de ação. Antoine Prost, por exemplo, sugere que, se os historiadores emprestam um conceito de disciplinas alheias, tal conceito assume flexibilidade e perde em rigor, garantindo para a historiografia um uso particular dele, singularmente historiográfico dele, possibilitando a ela “colocar-se sobre o terreno dos outros sem cessar de ser ela mesma”.⁶⁰

A postura de Novais é compartilhada ainda por outros historiadores que participaram das entrevistas. José Murilo de Carvalho afirma que sua formação em ciências sociais desempenha importante influência na escrita de seus livros, nenhum dos quais, por isso, “se encaixaria num tipo de história narrativa, sem falar em descritiva. Há sempre, se não uma hipótese, pelo menos alguns conceitos centrais em torno dos quais se organiza o texto”.⁶¹ A mesma distinção entre a narração e a conceituação é colocada em termos quase que intransponíveis, assimilando a primeira à mera descrição causal dos fatos e, podemos concluir, a explicação lógica ao trabalho com conceitos. Maria Odila Leite Dias, por sua vez, em uma posição influenciada pelo relativismo hermenêutico, propõe a história como disciplina preocupada com as diferenças e com as “nuanças de sentido que se sucederam no tempo”.⁶² À filosofia caberia o trabalho a partir de conceitos abstratos, desprovidos de mediações sociais. Esta é a posição que

⁵⁹ *Ibid.*, p. 131.

⁶⁰ PROST, Antoine. “Les concepts”. In: *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p.130.

⁶¹ MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*, op. cit., p. 169.

⁶² *Ibid.*, p. 200.

mais se aproxima às pretensões do presente trabalho, embora seja necessária uma ressalva em particular. Creio, como expus acima calcado nas reflexões de diversos autores, que o conceito é por natureza fruto de uma abstração, só existe enquanto tal e só encontra sua razão de ser nesta natureza: trabalhando no limite entre o rastro inscrito na fonte e o significado produzido no discurso do historiador, o conceito funciona como elemento relacional, aglomera em um termo a capacidade semântica de um contexto sem, no entanto, esgotar suas possibilidades. Isto não implica em uma recusa das mediações sociais que o tornam possível, mas significa inferir que ele não tem por papel tornar nítidas ou visíveis tais mediações, mas sim torná-las compreensível. O aspecto “visível” da representação historiográfica, o “fazer ver” da historiografia, é garantido pelo uso dos documentos e, na escrita da história em especial, pela citação das fontes, nas suas inúmeras formas. O conceito funciona justamente como conector do conteúdo das fontes, abstraindo seus significados particulares em função do sentido geral da narrativa da história. Afinal de contas, ver uma realidade não quer dizer necessariamente compreendê-la.

De certa maneira, todas estas colocações são apresentadas de forma muito próxima à sexta das doze lições sobre a história apontadas por Antoine Prost, na qual é oferecida uma noção geral do que são os conceitos para a escrita da história: “nem exteriores ao real, nem colados a ele como signos perfeitamente adequados às coisas, eles estabelecem, com as realidades que nomeiam, um desvio, uma tensão onde se joga a história. Ao mesmo tempo em que refletem o real, eles lhe dão forma ao nomeá-la (...) Da mesma maneira que a história é ao mesmo tempo trabalho sobre o tempo e trabalho do tempo, ela é trabalho sobre os conceitos e trabalho dos conceitos”.⁶³

Portanto, a discussão que se segue sobre o conceito de experiência histórica parte do pressuposto aberto por Chladenius segundo o qual a compreensão de um texto historiográfico passa, necessariamente, pelo desvelar dos conceitos que dele fazem parte. De certa forma, isto pode ser entendido a partir do pressuposto hermenêutico segundo o qual narrar uma história (prefigurar um espaço de ação e configurá-lo em um discurso) só tem sentido na medida de sua leitura (da refiguração do texto). Seguindo a linha de Max Weber, passando pelo viés de Marrou, é válido inferir que é o conceito o que garante a produção de um conhecimento singularmente histórico a partir das fontes, constituindo-se, como sugere Paul Veyne, enquanto “núcleos de cientificidade” que

⁶³ PROST, Antoine. “Le concept”. In *Douze leçons sur l’histoire*, op. cit., p. 143.

ultrapassam os próprios documentos, atingindo, com isso, um nível não-factual de compreensão, isto é, estipulando um conhecimento mediado e não imediato. Por outro lado, e por estas mesmas razões, não há como considerar a distinção direta entre conhecimento histórico e escrita da história, já que ambos se implicam mutuamente. Enfim, tem-se a assunção de que o estudo dos conceitos, uma vez que eles podem desempenhar um papel de organização do tempo na narrativa, como permitem compreender Koselleck e Ricoeur, é uma via privilegiada para a reflexão teórica sobre a prática dos historiadores em se tratando do tema de sua escrita. É possível, pois, retornar uma vez mais a Michel de Certeau, pensando o conceito historiográfico como “recorte semântico” que, na “encenação escriturária” dos historiadores, efetua um trabalho do conteúdo sobre a forma.⁶⁴ Estudar os conceitos é adentrar na densidade do discurso histórico, a partir da “plenitude”⁶⁵ do texto historiográfico.

⁶⁴ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., p. 114-115.

⁶⁵ “O texto do historiador aparece, de início, como um texto pleno (...) Ele tem sua coerência própria, sua estrutura, que constitui, por si mesma, uma argumentação e indica quais teses ele tende a demonstrar.” PROST, Antoine. “L’histoire s’écrit”. In *Douze leçons sur l’histoire*, op. cit., p. 265.

II. Sobre o conceito de experiência histórica

“Não há desejo mais natural que o desejo de conhecimento. Nós tentamos todos os meios que podem nos conduzir a ele. Quando a razão nos falta, nós aí empregamos a experiência (...) Que é um meio um tanto mais fraco e menos digno. Mas a verdade é coisa tão grande que nós não devemos desdenhar nenhuma mediação que nos conduza a ela. A razão possui tantas formas que não sabemos a qual nos prender. A experiência não as tem menos”.⁶⁶ Tal é a maneira como Michel de Montaigne caracteriza a experiência no derradeiro capítulo de sua mais famosa obra, intitulado justamente *Da experiência*. Como fica evidente na citada passagem, o filósofo francês estabelece uma distinção bastante precisa entre o âmbito intelectual, no qual a razão é empregada para conduzi-lo à verdade, e o âmbito da prática ou da experiência, qualificado por ele como indigno e menos confiável. Esta concepção de experiência respeita o significado etimológico do termo em latim *experientia*, ou seja, como forma de conhecimento adquirido mediante os sentidos, aprimorado pelo tempo e constituído espontaneamente durante a vivência.⁶⁷

Tal noção, da maneira como empregada por Montaigne, aponta para considerações importantes. Em primeiro lugar, vale ressaltar o caráter imediatista (no sentido de presentismo) da experiência, a qual diz respeito sobretudo ao sujeito que a experiencia⁶⁸ em sua temporalidade própria: “da experiência que tenho de mim, encontro o suficiente para me tornar sábio, se eu for bom aluno (...) A vida de César não oferece mais exemplos que a nossa para nós; e soberana e popular, é sempre uma vida repleta de acidentes humanos”.⁶⁹ Nesse sentido, estabelece-se uma distinção entre a experiência de hoje e a memória do ontem, distinção que, por sua vez, não privilegia nenhuma das partes. Assim, o passado não possui em si qualidades das quais o presente seria desprovido: “os falsos passos que minha memória me fez dar tão seguidamente, mesmo quando ela se assegurava o melhor de si, não foram inutilmente perdidos; hoje pode ela jurar-me que está segura de si, não acredito mais; a primeira oposição feita ao seu testemunho, coloca-me de sobreaviso, e não ousaria confiar nela em coisas sérias,

⁶⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Livre Troisième. Présenté, établi et annoté par Pierre Michel. Paris: Gallimard, 1965, p. 353.

⁶⁷ HOUAISS, Antônio et VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1287.

⁶⁸ Procuro aqui, como já tenho feito no decorrer do texto, estipular uma distinção teórica entre as ações de *experimentar* (realizar um experimento, provar uma substância) e de *experienciar* (constituir uma experiência, tornar-se sujeito dela).

⁶⁹ MONTAIGNE, Michel de. *Essais*, op. cit., p. 364.

nem garanti-la sobre coisas feitas por outrem”.⁷⁰ Para Montaigne, neste caso específico, os exemplos do passado retirados de sua memória pessoal, os quais poderiam constituir uma *historia magistra vitae*, de maneira alguma se sobrepõem aos exemplos vividos no presente.⁷¹ Com respeito aos portugueses, indaga ironicamente: “que pensar deste povo que só aceita testemunhos impressos, que não crê nos homens se eles não estão em livros, nem na verdade se ela não possui idade avançada?”.⁷² Aqui é possível perceber, guardadas as especificidades, uma aproximação a Platão em sua desconfiança da memória posta por escrito,⁷³ embora Montaigne se mostre desconfiado em relação à própria memória.

Assim, a experiência vivida pelo sujeito no presente é, de certa maneira, destacada da memória anterior a ele, memória esta que não traz o peso marcante da autoridade do passado. Igualmente, a experiência presente não possui meios que tornem possível a previsão dos acontecimentos que nela tomarão lugar no futuro: “salvo a velhice, que é um signo indubitável da aproximação da morte, de todos os outros acidentes, vejo poucos signos do futuro sobre os quais poderemos fundar nossa adivinhação”.⁷⁴ Apartada do passado que a precede e que não se constitui como sua causalidade última, a experiência do presente também encontra seu termo em um momento bastante preciso – a morte daquele que a experiencia –, não permitindo, pois, a ultrapassagem deste limite último pela previsão daquilo que há de vir ou pela instauração de uma “arte do prognóstico”.⁷⁵ Se, para Aristóteles, a *memória é do passado*, como gosta de salientar Paul Ricoeur,⁷⁶ em Montaigne a *experiência é do presente*. Embora esta constatação pareça um tanto quanto óbvia, esse caráter temporal da experiência tal como ilustrado por Montaigne, introduz a temática geral sobre a qual se ampara este trabalho, a saber, a temporalidade própria da experiência em suas

⁷⁰ *Ibid.*, p. 364. Em parte da citação, baseei-me na tradução de Sérgio Milliet, a qual, seguindo o original estabelecido por Albert Thibaudet, em muitas outras ocasiões altera sensivelmente o texto segundo o original estabelecido por Pierre Michel. MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Livro III. Porto Alegre: Globo, 1961, p. 329.

⁷¹ Não obstante, como ele sugerirá mais adiante no texto, Sócrates viveu uma vida a servir como exemplo, do qual “não se deve jamais deixar de apresentar a imagem deste personagem como modelo e forma de perfeição”. MONTAIGNE, Michel de. *Essais*, op. cit., p. 408. Para uma interessante análise sobre a noção de história como mestra da vida, na qual Montaigne aparece como exemplo, ver KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistra vitae”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit., p. 41-66.

⁷² MONTAIGNE, Michel de. *Essais*, op. cit., p. 373.

⁷³ Ver, GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Morte da memória, memória da morte: da escrita em Platão.” In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 49-68.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 390.

⁷⁵ Sobre isto, ver KOSELLECK, Reinhart. “The unknown future and the art of prognosis”. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*, op. cit., p. 131-147.

⁷⁶ Ver, por exemplo, RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, op. cit.

relações com o passado que a precedeu e com o futuro que lhe sucederá. Isto também nos faz dar um salto cronológico de alguns séculos, retornando ao autor que abriu a introdução deste trabalho.

Em suas conhecidas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin distingue dois tipos de historiografia, uma historicista preocupada com o progresso da história em sua “marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”, e uma materialista, cujo tempo é “saturado de ‘agoras’”.⁷⁷ Em seguida, apresenta aquela que é talvez a tese principal de seu escrito: “o materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente *aquela* presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única”.⁷⁸ Jeanne Marie Gagnebin, em ensaio fundamental para a questão,⁷⁹ salienta a importância do conceito de experiência (*Erfahrung*) em Benjamin, distinto da mera vivência (*Erlebnis*). A modernidade capitalista, para o pensador alemão, seria marcada pelo enfraquecimento da experiência em relação à vivência, esta de caráter muito mais privado e individualista, a exemplo da procura mnemônica pessoal de Marcel Proust em sua busca pelo tempo perdido. A impossibilidade de se transmitir experiências, explícita pelo fim da arte de se narrar uma história, seria um dos postulados fundamentais da modernidade para Benjamin.⁸⁰ Dessa maneira, conclui Gagnebin, a reconstrução da *Erfahrung* viria de par em par com a invenção de uma nova forma de narratividade.

Algumas condições são apontadas para a reinvenção da experiência transmissível: em primeiro lugar, ela deve ser uma experiência comum tanto ao narrador como ao seu interlocutor, o que implica, por sua vez, em uma maior aproximação entre os indivíduos e um senso de comunidade que foi estilhaçado pelos avanços individualizantes da sociedade capitalista; em segundo lugar, narrar uma experiência é, sobretudo, uma atividade artesanal que pressupõe uma relação íntima entre vida e palavra, permitindo ao artesão uma “sedimentação progressiva das diversas experiências

⁷⁷ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica...*, op. cit., p. 229.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 231.

⁷⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica...*, op. cit. p.7-21.

⁸⁰ BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica...* op. cit, p. 197-221.

e uma palavra unificadora”;⁸¹ por fim, há uma dimensão prática implícita ao ato de narrar que diz respeito à possibilidade de intervenção no âmbito da experiência mediante o conselho, ou seja, não uma espécie de formulação moral imposta de fora a outrem, mas como sugestão à continuidade de uma história: trata-se, enfim, do processo de construção de uma experiência que unifica, sem reduzi-las, as experiências comuns do narrador e de seu ouvinte em um contexto específico.

Nesse sentido, apesar de um certo tom nostálgico na postura de Benjamin, compartilhado por vários outros intelectuais do período entre guerras, suas colocações importam na medida em que dão ensejo à concepção de uma experiência que, embora lhe seja admitida um caráter imediatista em um tempo “saturado de agoras”, da maneira como faz Montaigne, adquire um sentido que excede o presente se inserida no âmbito da narrativa e se, por outro lado, assumir o comprometimento com a memória que passou, sem submissão à tradição originada no passado, e também o comprometimento com a abertura para novas histórias, sem o determinismo progressista em direção ao futuro e a uma história fechada. Passado e futuro se relacionam na narrativa da experiência realizada no presente. Nunca é demais, portanto, ressaltar a formulação de Ricoeur segundo a qual “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.⁸²

As considerações sobre os textos de Montaigne e de Benjamin, ainda que aparentem certa dispersão, uma vez que se poderia argumentar que a experiência do primeiro não é senão a vivência para o segundo, são fundamentais na medida em que amparam filosoficamente duas questões cruciais para o estudo aqui proposto sobre o conceito de experiência histórica: de início, o caráter presentista da experiência, em seguida, sua inserção, pela narrativa, no âmbito temporal onde passado e futuro se relacionam. Cabe agora dar maior concretude a tais pressupostos, dirigindo a discussão para o universo da historiografia propriamente dito.

A ponte entre a noção filosófica de experiência e suas relações com o conhecimento histórico é estabelecida em 1988 por Reinhardt Koselleck.⁸³ Baseando-se no estudo semântico sobre a noção de experiência (*erfahren, Erfahrung*), publicado em

⁸¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica...*, op. cit. p. 11. Neste ponto, é fundamental a idéia exposta por Koselleck do conceito como a palavra que unifica as possibilidades semânticas de determinado contexto.

⁸² RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, op. cit., p. 15.

⁸³ KOSELLECK, Reinhardt. “Mutation de l’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit. p. 201-247.

1862 por Jacob Grimm, Koselleck salienta a distinção entre uma concepção antiga de tal noção, com um caráter ativo e processual de pesquisa e exploração, muito próximo à noção grega de *historein* utilizada por Heródoto, e uma concepção moderna de experiência, marcadamente passiva e receptiva, muito próxima à noção de percepção sensorial proposta por Frank Ankersmit. Em poucas palavras, trata-se do caminho que leva a experiência da ação à sensação. Dessa maneira, estabelece-se uma dissociação entre “experiência como experiência da realidade vivida e experiência como atividade intelectual”.⁸⁴ Na sugestão de Koselleck, este é o grande desafio enfrentado pelo historicismo do século XIX, a saber, “a questão das relações entre ‘vida’ e história como ciência histórica”.⁸⁵

Tanto em Grimm como, algum tempo antes, em Immanuel Kant, o historiador dos conceitos reconhece o desejo de recusa daquela dissociação, uma vez que a recepção da realidade e o conhecimento produzido sobre ela se condicionam mutuamente. Assim, esse caráter ambíguo da noção de experiência, tal como aparece em Kant, traz em si uma analogia com o fato de que, semanticamente, o final do século XVIII marca um momento de transformação no próprio conceito de história, o qual, a partir da convergência entre as idéias de história como lugar dos acontecimentos e história como a narrativa dos mesmos, passa a assumir um caráter de singular coletivo onde tais idéias convergem para um único conceito de história, expresso pelo termo alemão *Geschichte*: “podemos então dizer que o conceito moderno de história assimilou esta antiga unidade da ‘experiência’ significando ao mesmo tempo informação sensorial da realidade e exploração científica desta mesma realidade”.⁸⁶ Koselleck é enfático: “a história é e permanece uma história da experiência”. Conclui-se, portanto, que a mesma “flexibilidade analítica” que possui hoje o conceito de história pode ser aplicada, do ponto de vista de uma teoria da história que leva em consideração o papel vital da sua escrita, ao conceito de experiência histórica: antes de procurar distinguir absolutamente o conhecimento, bem como o ato de conhecer, daquilo que se conhece, é preferível trabalhar no limite em que tal dicotomia se encontra dispersa, ou seja, no espaço recíproco entre linguagem e história, entre discurso e experiência, entre texto e ação, entre narrativa e sentido: “a realidade e sua elaboração consciente, reenviam sempre

⁸⁴ *Ibid.*, p. 202.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 203.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 204.

uma a outra, fundam-se uma sobre a outra, sem por isso serem completamente dedutíveis uma da outra”.⁸⁷

Portanto, o conceito de experiência histórica aqui assumido mantém sua ambigüidade terminológica, tal como ocorre com o conceito de história, embora o ensejo proposto leve a uma distinção analítica entre o âmbito da linguagem – a experiência como conceito operatório – e o universo da história – a experiência como fenômeno empírico. O que interessa desvendar são as relações que então se estabelecem entre a narrativa da história e a história por ela narrada, ou seja, entre o texto da ação e a ação do texto. Para tanto, dois trabalhos propriamente historiográficos são destacados: *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984), de Michel Foucault, e *A formação da classe operária inglesa* (1963), de Edward Palmer Thompson.⁸⁸ Na matéria de ambos os textos e segundo os pressupostos teóricos assumidos na primeira parte deste trabalho, serão procurados os elementos que garantam, no movimento próprio da narrativa, a dinâmica temporal da ação por eles narrada, a qual é articulada, segundo a hipótese aqui levantada, pelo conceito que ambos os autores utilizam de experiência histórica.

Quanto ao uso dos pressupostos da primeira parte, cabe ressaltar que não se trata de uma simples *aplicação de método*, mas sim de uma espécie de *esmiuçar teórico*: a análise hermenêutica não é aqui entendida como molde dentro do qual se coloca determinada matéria, segundo um formato pré-definido; é, por outro lado, compreendida como um tipo de modelo operatório: a constituição do conjunto de categorias conceituais (a mimese narrativa, a representação do passado, o texto como paradigma) que funcionam como pano de fundo teórico e, menos que a delimitação burocrática de uma tarefa, a delineação dos contornos de uma prática: o objeto flui no interior dela. A hermenêutica do discurso aqui proposta pode ser assemelhada, e mesmo terminologicamente intercambiada, a uma interpretação no seu sentido lato, mas ela traz a vantagem de apresentar seus pressupostos, de procurar, tanto quanto possível, afirmar o lugar de onde fala, o que não implica em um espaço de pura restrição (um formalismo obtuso) ou da simples dispersão (um impressionismo estético), porém um campo prático que permite ao investigador uma liberdade comedida por uma interpretação controlada.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 206.

⁸⁸ A ordem da análise não respeita a cronologia dos trabalhos, uma vez que, para o caso de Thompson, há uma discussão muito mais aprofundada e extensa da sua utilização do conceito de experiência de classe e, por isso mesmo, optei por discuti-lo ao final deste capítulo.

1. Michel Foucault e a experiência da sexualidade grega

Tanto no prefácio de seu primeiro grande livro, *Loucura e desrazão. História da loucura na idade clássica*, publicado em 1961, quanto no último texto ao qual deu seu aval para publicação, antes de seu falecimento em 1984, Michel Foucault utiliza o termo *experiência* de maneira não despropositada.⁸⁹ No primeiro caso, justificava-se tal emprego em virtude da consideração da loucura como uma experiência cujo estudo significaria “interrogar uma cultura sobre suas experiências-limite, (ou seja) questioná-la, nos confins da história, sobre um dilaceramento que é como o nascimento mesmo de sua história”.⁹⁰ Experiência aqui, e salientando a perspectiva estrutural de sua análise, significa um plano anterior à história ao qual apenas um arqueólogo, em sua arqueologia da alienação, seria capaz de apreender. No segundo caso, o escopo era diferenciar duas formas de procedimento filosófico, a saber, a “linha divisória que separa uma filosofia da experiência, do sentido, do sujeito e uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito”.⁹¹ Em outras palavras, o estudo da experiência, ou seja, da razão prática, implica algo distinto de um estudo propriamente epistemológico sobre a conceituação de tal razão, cujo exemplo marcante para Foucault foi Georges Canguilhem.⁹²

Nos vinte e três anos que separam os dois textos, é recorrente o uso do termo nos escritos de Foucault, fato que chamou a atenção de alguns comentadores.⁹³ Não caberia aqui o levantamento minucioso das diversas acepções assumidas pela palavra *experiência* em tais escritos, tarefa que por si só se constituiria em uma pesquisa específica. Entretanto, não é custoso esboçar uma espécie de semântica histórica do

⁸⁹ Para o prefácio à primeira edição de *História da loucura*, ver FOUCAULT, Michel. “Prefácio” (*Folie et déraison*). trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. In: *Ditos e escritos I. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 140-148; para seu último texto, ver FOUCAULT, Michel. “A vida: a experiência e a ciência”. trad. de Elisa Monteiro. In: *Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 352-366.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. “Prefácio (*Folie et déraison*)”. trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. In: *Ditos e escritos I*, op. cit., p. 142.

⁹¹ FOUCAULT, Michel. “A vida: a experiência e a ciência”. trad. de Elisa Monteiro. In: *Ditos e escritos II*, op. cit., p. 353.

⁹² Este texto é uma versão modificada do prefácio à tradução americana do livro do epistemólogo francês, *O normal e o patológico*, publicado em 1985 no número da *Revue de Métaphysique et de Morale* que tematizava a obra de Canguilhem.

⁹³ Em seu primeiro escrito publicado, uma introdução de 1954 a *O sonho e a existência* do psicanalista suíço Ludwig Binswanger, já aparece a utilização do termo, embora trate-se de um texto “rejeitado” por Foucault. Quanto aos comentários, é possível citar alguns mais explícitos: GODINHO, Jacinto. “Foucault e a experiência: a fenomenologia do impensado”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, dezembro de 1993, p. 27-34; MARCOS, Maria Lucília. “Experiência e problematização(ões)”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, dezembro de 1993, p. 131-136; SOUZA, Sandra Coelho de. *A ética de Michel Foucault: a verdade, o sujeito, a experiência*. Belém: Cejup, 2000.

conceito de experiência na obra do pensador francês. Se, a princípio, tal conceito aparece em uma obra realizada como um “estudo estrutural” do conjunto histórico compreendido pela experiência da loucura, ele remete a um campo de ação definido por estruturas que, na sua continuidade, antecedem a emergência de formas históricas dispersas, possibilitando a existência de figuras variadas da loucura. Tal concepção de experiência, ainda nos anos sessenta, passará por algumas transformações que modificarão esta espécie de continuidade fundamental, culminando na perspectiva descontinuísta apresentada em *As palavras e as coisas*, de 1966, onde a “experiência nua da ordem dos saberes” consiste em espaços díspares segundo o solo epistemológico do qual fazem parte.⁹⁴ Nesse sentido, ao invés de uma experiência fundamental em que se alojarão “loucuras diferentes”, o livro de 1966 apresenta, para a episteme de cada época determinada, uma experiência de saber diferente e singular, a qual origina formas de conhecimento diversificadas.⁹⁵

De qualquer forma, a postura arqueológica assumida por Foucault admite a experiência como fundadora e condição da história. Ela se situa em uma posição dicotômica em relação à ciência; embora constituam referências recíprocas – a experiência origina a ciência que, por sua vez, possibilita novas experiências –, entre as duas há um espaço no qual se localiza o saber: “entre a ciência e a experiência há o saber: não absolutamente como mediação invisível, como intermediário secreto e cúmplice, entre duas distâncias tão difíceis ao mesmo tempo de reconciliar e de distinguir; de fato, o saber determina o espaço onde podem separar-se e situar-se, uma em relação à outra, a ciência e a experiência”.⁹⁶ Esta concepção tem por característica principal, fato que gerou grande parte das polêmicas em torno da obra de Foucault, a ausência de um sujeito da experiência;⁹⁷ há, anterior a ele, apenas um espaço no qual ele não passa de uma posição a ser assumida, posição esta localizada no interior de formações discursivas anônimas, destacadas das experiências subjetivas dos indivíduos,

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁹⁵ De acordo com esta noção, Foucault considera que há semelhanças entre os conhecimentos de cada experiência em particular, os quais são profundamente diferentes dos conhecimentos das experiências anterior ou posterior. Deste modo, segundo o autor, a biologia é muito mais parecida com a economia política, ambas pertencentes à experiência epistemológica moderna, do que com a história natural da episteme clássica.

⁹⁶ FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. In: *Ditos e escritos I. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*, op. cit., p. 117.

⁹⁷ TERNES, José. “A morte do sujeito”. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000, p. 54-67.

ainda que o próprio discurso seja visto como prática: “que não mais se relacione o discurso ao solo inicial de uma experiência nem a instância *a priori* de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as regras de sua formação”.⁹⁸

Esta perspectiva aos poucos cederá lugar a um conceito de experiência histórica diferente, na medida em que a análise arqueológica será complementada pela prática genealógica dos anos setenta.⁹⁹ Neste período, e seguindo até o momento derradeiro de sua obra, em 1984, experiência e subjetividade serão conceitos cada vez mais próximos.¹⁰⁰ Próxima à idéia de uma atitude histórico-crítica a partir da qual um indivíduo se relaciona consigo mesmo e com os outros, a experiência consistirá em um espaço de ação no qual serão constituídos sujeitos históricos segundo processos definidos historicamente: “é a experiência que é a racionalização de um processo, ele próprio provisório, que termina num sujeito ou em vários sujeitos”.¹⁰¹ Muitos são os textos que remetem a esta questão e para este uso do conceito de experiência; o estudo sobre o “uso dos prazeres” na Grécia clássica¹⁰² é de particular importância para tentar apreender, como já foi colocado, o processo de *configuração da ação* mediante o uso do termo experiência como conceito operatório e articulador da narrativa.

“Elas não deveriam ser uma história dos comportamentos nem uma história das representações”,¹⁰³ é desta maneira que Michel Foucault define, pela negativa, a série de pesquisas que pretendia tratar da sexualidade. Seu objetivo mais preciso é realizar uma história das problematizações ou uma história do pensamento acerca disso que hoje denominamos sexualidade.¹⁰⁴ Assim, o espaço de ação do qual pretende dar conta

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, op. cit., p. 89.

⁹⁹ Para um ensaio fundamental que define a genealogia foucaultiana, ver FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. trad. de Roberto Machado In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-38. Ali encontra-se um dos pressupostos fundamentais desta prática: “nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles”, p. 27.

¹⁰⁰ Para uma síntese mais detalhada da obra de Foucault no tocante às relações entre tempo, sujeito e história, ver NICOLAZZI, Fernando. “As histórias de Michel Foucault”. In: *Klepsidra - Revista bimestral de história*, nº 12, 2002.

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. “O retorno da moral”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Michel Foucault: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 137.

¹⁰² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 9.

¹⁰⁴ Foucault define este procedimento como o estudo sobre “o modo como instituições, práticas, hábitos e comportamentos se tornam um problema para as pessoas que se comportam de maneira específica, que têm certos hábitos, que se engajam em certos tipos de práticas e que constroem tipos singulares de instituições”. FOUCAULT, Michel. “*Discourse and truth: the problematization of parrhesia*” (1983). In: <http://www.nakayama.org/polylogos/philosophers/foucault/index-e.html>. Um ano mais tarde, em entrevista, complementa tal definição: “problematização não quer dizer representação de um objeto

restringe-se, no caso do texto em questão, ao mundo grego clássico, entre os séculos V e IV a.C.

Seu projeto é bem definido: “uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”.¹⁰⁵ Tratar-se-ia de um trabalho histórico-crítico sobre as relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo através das quais ele se reconhece e se constitui como sujeito, levando em consideração os jogos de verdade dos quais faz parte.¹⁰⁶ Em outras palavras, é o caso de uma genealogia do processo de subjetivação do indivíduo grego, considerando-o nos limites de uma moral dirigida para homens livres e que possuem certo status na sociedade. Seria, de fato, a história de uma experiência histórica: “o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado”.¹⁰⁷

O que hoje chamamos sexualidade foi problematizado, pelos gregos, como um campo moral particular, no qual estavam implicadas “técnicas de si” visando a uma “estética da existência”. A questão era relativa à forma ideal de se conduzir no mundo quando os prazeres eram tematizados, as regras de temperança a serem seguidas, os modelos de parcimônia a serem praticados, as exigências de austeridade a serem medidas segundo certos critérios de estilo em uma “arte da existência”, que era tanto uma arte de governar os outros, no exercício de seu poder, como uma arte de governar a si mesmo, na prática de sua liberdade. O tema não se colocava, da maneira como foi feita pela experiência cristã da carne e mesmo pela experiência moderna da sexualidade, segundo parâmetros de proibições e permissões, nos quais estariam assentados uma espécie de medo (em relação à masturbação), um esquema de comportamento (nos limites do matrimônio), uma imagem (o perfil da homossexualidade) e um modelo de abstenção (a castidade). Nesse sentido, Foucault adverte que foi levado a substituir “uma história dos sistemas de moral, feita a partir das interdições, por uma história das

preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)”. FOUCAULT, Michel. “O cuidado com a verdade”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Michel Foucault: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 76.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, op. cit., p. 10.

¹⁰⁶ Para a questão específica do sujeito nos escritos de Foucault a partir de 1976, segundo o recorte do tema da amizade e subjetividade, ver ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999. Para uma síntese mais generalizante e por vezes pouco convincente, ver ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba, Editora da UFPR, 2000.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, op. cit., p. 12.

problematizações éticas, feita a partir das práticas de si”.¹⁰⁸ Assim, “era preciso pesquisar a partir de quais regiões da experiência, e sob que formas, o comportamento sexual foi problematizado, tornando-se objeto de cuidado, elemento para a reflexão, matéria para a estilização”.¹⁰⁹

Para a definição de tais “regiões da experiência”, Foucault nos permite pensar que os indivíduos, no processo de constituição de si mesmos enquanto sujeitos de uma experiência singular, encontram maneiras diferentes de se conduzir, ou seja, de agir, em relação a um “código de ação” que define os contornos de uma experiência possível. No caso em particular do mundo grego, esta relação que, em outros termos, trata da dialética sujeito-estrutura constantemente tematizada pela reflexão teórica, é definida segundo certos critérios específicos. Em primeiro lugar, pela “determinação da substância ética”, que procura determinar a parte do indivíduo que será objeto de sua conduta moral; em seguida, pelo “modo de sujeição” ou a postura assumida em relação a uma regra, na obrigação de colocá-la em prática; em terceiro lugar, a “elaboração de um trabalho ético” no qual o indivíduo é levado a se transformar em sujeito moral de sua conduta; por fim, uma “teleologia do sujeito”: “uma ação não é moral somente em si mesma e na sua singularidade; ela o é também por sua inserção e pelo lugar que ocupa no conjunto de uma conduta; ela é um elemento e um aspecto dessa conduta, e marca uma etapa em sua duração e um progresso eventual em sua continuidade”.¹¹⁰ Portanto, uma vez que “toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua”, o processo de subjetivação não se limita meramente a uma tomada de consciência de si segundo a fórmula cartesiana do *cogito*, mas também implica em uma problematização do próprio processo ao qual se é sujeito: não é simplesmente a constatação do pensamento que garante a existência, mas é preciso também problematizar aquilo sobre o que se pensa e mesmo sobre a forma como se pensa.

É, então, em torno de quatro temas que se problematiza a conduta dos indivíduos. A *aphrodisia*, ou os prazeres propriamente ditos; a *chrësis*, ou o uso dos prazeres; a *enkrateia*, ou a relação consigo e o domínio que se estabelece sobre si mesmo; e a *söphrosunë*, ou o estado de liberdade ao qual chega o indivíduo como sujeito em sua relação com a verdade. Quatro também são os modelos de ação ou “eixos da experiência” problematizados na cultura grega antiga. A *dietética* que, tal como na

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 16.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 25.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 28.

alimentação, prevê regimes específicos para o controle dos excessos; a *econômica*, pautada pelo modelo privado da *oikos*, ou seja, da gerência matrimonial da casa, estendida ao ambiente público da administração da cidade; a *erótica*, a qual coloca como alvo do cuidado a relação com os rapazes visto que, como foi dito, tratava-se de uma moral essencialmente masculina; e uma discussão em torno do *verdadeiro amor*, das possibilidades de acesso à verdade e de relações entre liberdade e amor.

Até aqui, como ficou evidente com a terminologia utilizada (“regiões da experiência”, “eixos da experiência”), o que se sobressai é a composição de um campo onde uma ação se torna possível. Trata-se de um campo moral, historicamente determinado, que define as possibilidades de condutas a serem praticadas pelos indivíduos no que diz respeito ao seu “uso dos prazeres”. Dessa maneira, restaria a delimitação da dinâmica temporal ou, dito em outras palavras, do processo histórico que tornaria viável a tal campo de ação ser narrado, ou seja, a atribuição, através da narrativa, de um sentido para a experiência que nele toma lugar. No caso de Foucault, a experiência da sexualidade concerne ao processo de subjetivação dos indivíduos, isto é, a constituição de si como sujeitos de uma prática moral: uma experiência histórica é a ação de tornar-se sujeito desta experiência. Assim, antes de prosseguir nesta análise, é preciso apontar as características principais do sujeito histórico, segundo a perspectiva filosófica de Foucault.

Para tal feito, há que se considerá-lo nos seguintes termos. Antes de tudo, é uma *categoria histórica*: a fragmentação do tempo praticada por Foucault em histórias descontínuas, como, por exemplo, em *As palavras e as coisas* onde um corte definitivo entre espaços de saber é instaurado, teve por mérito mostrar a historicidade do pensamento sobre o homem e, conseqüentemente, do sujeito de conhecimento; afinal, em cada tempo distinto se pensa o humano de uma maneira diferente. Em se tratando de discursos, o homem não lhes é soberano, é apenas uma posição ocupada diante deles, a qual tem uma duração bastante restrita como os próprios discursos. Condições que lhe são alheias o dominam; ele é constituído por discursos e práticas sociais – “as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade”.¹¹¹ Sua genealogia descartava, pois, a figura do sujeito constituinte, recusava a idéia de encará-lo fora do campo de acontecimentos

¹¹¹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 27.

como que “perseguido sua identidade vazia ao longo da história”.¹¹² Para ele o sujeito não é mais que um acontecimento historicamente datado com seu começo no já começado e seu sempre iminente momento derradeiro, o qual somente aparece no corpo social por meio de *práticas de subjetivação*. Disso decorre que é sempre uma forma de assujeitamento o que se realiza. Contudo, ela se apresenta em duas perspectivas distintas e opostas: de um lado, o sujeitar-se ao outro sob coerção, por uma disputa de forças desiguais que não são exclusivamente de caráter físico; de outro, a escolha pessoal, a qual assume as vezes de escolha estética ou política, como discernimento de uma forma de existência. Lá, o caráter jurídico-moral de disciplinarização, aqui as técnicas de si baseadas em uma estética ou estilística da existência.

A subjetivação, ou seja, o próprio sujeito, dá-se enquanto experiência, o que implica, por sua vez, o estabelecimento de *relações de verdade*. Isso equivale a dizer que não existe inerente ao sujeito uma verdade essencial e interior. Pelo contrário, entende uma verdade constituída por meio de regimes específicos, uma certa “política’ geral de verdade”,¹¹³ ou seja, imposição e acatamento (ou oferta e acolhimento) de valores que definem o verdadeiro em relação ao falso, que legitimam discursos como verdadeiros, que autorizam determinados indivíduos a proferirem-nos, que permitem certos procedimentos de obtenção da verdade etc. Por conseguinte, as relações estabelecidas são definidas por Foucault como “jogos de verdade”, nos quais são evidenciados “as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”.¹¹⁴

Assim, percebe-se que se reconhecer como sujeito não significa reencontrar-se em uma identidade interior e anterior, situada em um lugar originário. Em outras palavras, quer se dizer que a subjetividade não é, de maneira alguma, uma categoria *a priori*, mas que o sujeito existe apenas na medida em que se constitui como tal. A experiência, por sua vez, traz em si mesma sua própria historicidade, os limites temporais que a delimitam. Ela não é colocada como que por sobre uma história que a perpassa anterior a ela e que definiria seu fim próximo; ela mesma é o começo e o fim de uma determinada história. Em uma expressão, experiência é a dupla construção, a de histórias pelos sujeitos, a dos sujeitos nas histórias.

¹¹² FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder” . trad. de Roberto Machado In: *Microfísica do poder*, op. cit. p. 7.

¹¹³ *Ibid*, p. 12.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, op. cit., p. 11.

Alguns dos comentadores que levaram em consideração o conceito de experiência em Foucault, invariavelmente o identificam a este processo de subjetivação. Entretanto, a perspectiva de seus comentários assimila, da maneira como não será aqui realizada, a obra a seu autor, isto é, trata-se da experiência realizada pelo próprio filósofo no sentido de desvelar novas formas de subjetividade para o presente. A experiência que interessa neste estudo é particularmente a experiência grega da sexualidade, a reconstituição do espaço de ação onde os indivíduos gregos do sexo masculino e de determinada camada social podiam se constituir enquanto sujeitos morais no uso de seus prazeres e, especialmente, a temporalidade própria desta ação. Antes, porém, de estabelecer as relações temporais da ação e o sentido da narrativa, convém analisar as características do conceito de experiência segundo a perspectiva de Thompson, uma vez que ela permitirá desenvolver mais detalhadamente as concepções aqui propostas.

2. *Edward Palmer Thompson e a experiência da classe operária inglesa*

O livro *A formação da classe operária inglesa*¹¹⁵ foi de início pensado, a pedido de um editor, como uma versão da história do movimento trabalhista britânico no período de 1832 a 1945. Recuando seu olhar em quase meio século, fato que, como se verá, é de capital importância para a sua concepção de experiência histórica, Thompson sequer conseguiu chegar ao ano de 1840, pois estabeleceu seu recorte entre as décadas de 1790 e 1830, escrevendo, apenas sobre este período, quase um milhar de páginas pouco convencionais, se forem levados em consideração os parâmetros acadêmicos. O próprio autor considerou seu trabalho um tanto inocente quanto às exigências de adequação para um público especificamente universitário. Em relação a sua nítida e por vezes extravagante tomada de posição, dissonante em relação à proclamada austeridade científica da academia, afirmou categoricamente: “a história é a memória de uma cultura e a memória jamais pode estar livre de paixões e de comprometimentos. Não me sinto inibido de forma nenhuma pelo fato de que minhas próprias paixões e comprometimentos sejam evidentes”.¹¹⁶ Não obstante o distanciamento de seu autor em

¹¹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. trad. de Denise Bottmann (vol. I, “A árvore da liberdade” e vol. III, “A força dos trabalhadores”), Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II, “A maldição de Adão”). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹¹⁶ *Apud.* PALMER, Bryan. *Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições*. trad. de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 123-124. Postura semelhante a de Foucault genealogista,

relação à universidade, é inegável a importância que teve o livro nos caminhos e descaminhos da historiografia acadêmica do século XX, quer seja por questões teórico-metodológicas gerais, quer seja por questões especificamente internas ao marxismo, ao materialismo histórico, à história socialista ou à história social.¹¹⁷

Saliente-se ainda o fato de que, muito festejada, a escrita historiográfica de Thompson nem sempre é objeto de considerações mais cuidadosas e detalhadas. Segundo Hobsbawm, Thompson, apresentado pela “dádiva da escrita”, era escritor “da mais fina e polêmica prosa do século XX”.¹¹⁸ Perry Anderson, em uma discreta ironia, sugere que, antes de importantes escritos de história, *A formação da classe operária inglesa* e *Senhores e caçadores*¹¹⁹ são, sobretudo, “grandes obras de literatura”.¹²⁰ Edgar Salvadori de Decca, por sua vez, comenta que “o ponto central do pensamento radical, quer dizer, do ser radical, dissidente e libertário (exemplificado por Thompson) é, antes de tudo, ter a paixão pela palavra, a paixão pelo discurso”. Ele vai ainda mais longe e enfatiza o papel preponderante da narrativa thompsoniana: “a narrativa é tudo, a narrativa é que constrói o objeto histórico, é o modo pelo qual o discurso historiográfico se constitui enquanto lógica, enquanto coerência para que determinadas bases factuais sejam legitimadas”.¹²¹ A parte mais interessada nesta última colocação, isto é, o próprio Thompson, talvez tivesse algumas ressalvas a fazer quanto a tal afirmação.

Assim, entre a prosa e a literatura, passando pelo caráter instituidor de sua narrativa, a escrita da história tal como praticada pelo autor de *A formação da classe operária inglesa* é objeto de comentários que, em alguns casos, acabam por contradizer

que criticava o fato de que “os historiadores procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar de onde eles olham, o momento em que eles estão, o partido que eles tomam – o incontrolável de sua paixão”. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. trad. de Roberto Machado In: *Microfísica do poder*, op. cit. p. 30.

¹¹⁷ Para tais questões, limito-me apenas a algumas referências bibliográficas. JOHNSON, Richard et. alli. *Hacia una historia socialista*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1983; SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalho, 1984; ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia. Un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1985; KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990; o número especial “Diálogos com E. P. Thompson” da revista *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de história da PUC/SP, nº 12, outubro de 1995; PALMER, Bryan. *Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições*, op. cit..

¹¹⁸ HOBBSAWM, Eric. “E. P. Thompson”. trad. de Antonio Luigi Nero. In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização e tradução de Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 15.

¹¹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. trad. de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹²⁰ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia. Un debate con E. P. Thompson*, op. cit., p. 1.

¹²¹ DE DECCA, Edgar Salvadori. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de história da PUC/SP, nº 12, outubro de 1995, p. 15 e 17.

nitidamente a postura teórica do próprio autor (o que não é por si só uma falha), mas cujo teor nem sempre ultrapassa a simples impressão estética. Nesse sentido, um olhar mais detido sobre esta prática, centrado principalmente na superfície do texto tomado como paradigma de análise, pode apresentar detalhes mais interessantes ao leitor que o simples louvor, a fina ironia ou o inflamado panegírico. Para tanto, proponho aqui um desvio em relação às próprias intenções de Thompson, que considerava seu livro sobretudo como “um conjunto de estudos sobre temas correlatos” e não tanto “uma narrativa seqüenciada”.¹²² Ou seja, a proposta que se segue é tratá-lo justamente enquanto uma narrativa de um fenômeno histórico singular, isto é, a formação de uma classe operária em determinado espaço de ação e num prazo de tempo definido.

De início, destaca-se o caráter ativo do processo em questão, o fazer-se da classe operária inglesa. Thompson aponta para a noção de *making* (fazer-se) enquanto um fenômeno que remete “tanto à ação humana como aos condicionamentos”, salientando que a classe em questão “estava presente ao seu próprio fazer-se”. Trata-se de um fenômeno histórico no qual convergem acontecimentos díspares “tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”, fenômeno tal que aponta para uma característica fundamental: classe não é um objeto dado de antemão, mas uma relação que se constrói na medida de sua construção.¹²³ Para o autor, a existência concreta de uma classe evidencia-se pela identidade de interesses e valores, partilhados por indivíduos segundo uma experiência em comum, que se contrapõem a interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa e que, de modo semelhante, constituem uma classe antagônica.¹²⁴ Dois são os termos-chave nesta noção: de um lado, tem-se a *experiência de classe*, em grande medida determinada pelas relações de produção na qual os indivíduos são involuntariamente inseridos; de outro, tem-se a *consciência de classe*, que se refere ao trato cultural da experiência (“tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”). Se a primeira é determinada, a segunda pode-se dizer determinante, pois orienta o sentido das ações realizadas. Nesse

¹²² THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. I, op. cit, p. 12.

¹²³ *Ibid.*, p. 9. Ver sobre este ponto WOOD, Ellen Meiksins. “Classe como processo e como relação”. trad. Paulo Cezar Castanheira. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 73-98.

¹²⁴ No livro em questão, o autor não se detém sobre a classe contra a qual a consciência operária construiu-se a si mesma, tomada desde o início como dado objetivo pronto. Nesse sentido, ele desconsidera em sua análise as possíveis e recíprocas influências que a instituição de interesses e valores por ambas as classes, em seus processos de formação diferentes mas profundamente imbricados um no outro, tiveram em suas experiências.

sentido, “podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*”.¹²⁵

Percebe-se que aqui o conceito de experiência desponta como um espaço, definido segundo relações produtivas específicas, no qual ações conscientes tomam lugar e são praticadas. Neste caso em particular, é a ação de constituição de uma classe que aparece como experiência: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”.¹²⁶ Em decorrência desta concepção, para Thompson é impossível vislumbrar uma classe em um recorte sincrônico, onde, segundo ele, há simplesmente “uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências”; por outro lado, em um “período adequado de mudanças”, ou seja, na diacronia, observam-se padrões e regularidades nas ações que implicam, como foi visto, menos em leis do que em uma lógica histórica própria: “não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico”.¹²⁷

Assim, semelhante à noção apresentada por Foucault, a experiência histórica em *A formação da classe operária inglesa* trata, de maneira geral, do processo histórico segundo o qual se elabora um espaço de ação onde se constitui um sujeito da experiência.¹²⁸ O historiador inglês, na narrativa de tal fenômeno, retorna à última década do século XVIII, momento em que não havia ainda uma classe definida pela consciência que lhe assegurasse uma identidade histórica, para reconstituir, ao longo do texto, o conjunto de “tradições persistentes” que propiciaram o campo de possibilidade

¹²⁵ *Ibid.*, p. 10.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 12. Em outra ocasião, sustenta que a definição de classe “só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito (...) classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento”. THOMPSON, Edward Palmer. “As peculiaridades dos ingleses”. trad. de Antonio Luigi Negro. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, op. cit., p. 169.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 12. William H. Sewell contrapõe a esta idéia o argumento de que a própria noção de relação (a classe como relação) é profundamente sincrônica, pois a ela convergem fatores díspares em um determinado recorte de tempo e aponta para o fato de que o próprio texto de Thompson, ao tratar diacronicamente do surgimento da classe, é repleto de análises pontuais e sincrônicas. SEWELL Jr, William H. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation”. In: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*, op. cit., p. 58-59.

¹²⁸ Segundo Keith McClelland tal é o mérito da obra de Thompson, a saber, de que “é possível para as pessoas fazer de si mesmas algo diferente do que aquilo que a história fez delas”. McCLELLAND, Keith. “Introduction”. In: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*, op. cit., p. 3. Sewell Jr. compartilha tal visão e aponta para a relação deste processo concreto com sua narrativa, sugerindo que “Thompson não desenvolve uma elaborada teoria do sujeito, mas passa boa parte do tempo construindo sujeitos em sua narrativa”. SEWELL Jr, William H. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation”, op. cit., p. 65.

para a formação da classe operária inglesa: a tradição da Dissidência influenciada pelo metodismo; a tradição nacional em torno da noção de liberdade (o “inglês livre de nascimento”); e a tradição popular de manifestação do século XVIII (a “turba”), que mais tarde seria definida detalhadamente pelo autor como “economia moral da multidão”.¹²⁹

A persistência de uma espécie de “radicalismo adormecido” do século XVIII, eventualmente reavivado durante o XIX, aliou-se ao “quietismo político” de seitas religiosas dissidentes que dirigiam sua expectativa e o consolo compensatório das injustiças terrenas para uma vida no além. Entretanto, salienta Thompson, a Dissidência, enquanto oposição à Igreja Anglicana oficial fortemente inspirada no fervor do jacobinismo inglês do momento, apesar de sua rigidez disciplinar e de um certo intelectualismo que diminuía sua capacidade de atração popular, encontrou solo propício no descontentamento de camadas sociais desfavorecidas: “a história intelectual da Dissidência é composta de choques, cismas, mutações; muitas vezes sentem-se nela os germes adormecidos do radicalismo político, prontos para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável”.¹³⁰ Dessa maneira, a ação dissidente foi pelo autor definida como “viveiro para as variantes da cultura operária do século XIX”.¹³¹

No conjunto das tradições em que se insere a Dissidência, Thompson localiza ainda duas outras tradições definidas como “subpolíticas”: “os fenômenos do motim e da turba e as noções populares de um ‘direito de nascimento’ do inglês”.¹³² No primeiro destes fenômenos está implícita uma distinção entre código legal e código popular, distinção esta que orienta a dinâmica do conflito social em torno da noção de propriedade: de um lado o aparato jurídico instituído, de outro a prática de um direito consuetudinário.¹³³ Além disso, os motins se originavam também a partir de um descontentamento mensurável, por exemplo, pela alta no preço do pão. Estes distúrbios sociais por causa de alimentos constituíam-se como ações populares legitimadas por

¹²⁹ Ver THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. trad. de Rosaura Eichenberg. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202. O original deste texto data de 1971, embora a expressão “economia moral” apareça já em *A formação da classe operária inglesa*, de 1963.

¹³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. I, op. cit, p. 36. O autor aponta ainda o fato de que, apesar da influência “regressiva e estabilizadora”, o metodismo foi responsável, embora indiretamente, por uma melhora na auto-estima e na capacidade de organização do operariado, p. 42 e ss.

¹³¹ *Ibid.*, p. 52.

¹³² *Ibid.*, p. 62.

¹³³ Conflito analisado pelo autor também em outro trabalho historiográfico. THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*, op. cit.

uma “antiga economia moral paternalista”: segundo o autor, “ações de tal envergadura indicam um modelo de comportamento e crença com raízes extraordinariamente profundas”.¹³⁴ Entre tais movimentos, a turba londrina de finais do século XVIII desponta, no olhar de Thompson, como uma turba em transição, quase como uma “multidão radical autoconsciente” em vias de se reconhecer como classe.¹³⁵

Outra tradição que expandiu o universo da cultura popular possibilitando a formação da classe operária na Inglaterra foi a que remetia às noções de patriotismo e independência expressos pela fórmula do “direito de nascimento”, que alimentava a idéia de liberdade individual no ideário político inglês. Segundo Thompson, esta “retórica da liberdade” transcendia os limites da segurança de propriedade e englobava inúmeras outras manifestações que, no conjunto, refletiam um certo consenso moral compartilhado até mesmo pelas autoridades. O indivíduo, “livre por nascimento”, aparecia como valor que desempenhava o papel de contraponto à centralização estatal; para o historiador inglês, “nessa hostilidade ao aumento dos poderes de qualquer autoridade centralizada, temos uma curiosa mescla de atitude paroquial defensiva, teoria liberal e resistência popular”.¹³⁶ Além da liberdade e da segurança do indivíduo em relação a qualquer arbítrio ou ingerência do Estado, era ainda uma tradição marcada por idéias igualitárias; sua expressão maior estava no escrito de Thomas Paine, *Os direitos do homem*, para Thompson “uma nova retórica do igualitarismo radical, que afetou as reações mais profundas do ‘inglês livre de nascimento’ e penetrou nas atitudes subpolíticas do operariado urbano”.¹³⁷

Na descrição de tais tradições, Thompson desenvolveu um percurso que lhe permitirá, no decorrer da narrativa, reconstituir o fenômeno histórico marcado pela experiência de formação da classe operária inglesa e a simultânea constituição da consciência de classe. Opção de método e postura teórica: segundo ele, tratava-se de derrubar as “muralhas da China” que separavam, no conjunto da historiografia

¹³⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. I, op. cit, p. 69.

¹³⁵ Ao invés do disparate comum atribuído pelos estudiosos das massas do século XIX, Thompson aparece como expoente dos estudos que “devolveram” racionalidade política à ação social das multidões. Ver a este respeito JULIA, Dominique. “A violência das multidões: é possível elucidar o desumano?”. trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 217-232; DESAN Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. trad. de Jefferson Luís Camargo. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 63-96; ver ainda DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. trad. de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, especialmente o capítulo cujo título é “Razões do desgoverno”, p. 87-106.

¹³⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. I, op. cit, p. 89.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 102.

tradicional, o século XVIII e XIX; com esta derrubada, estabelece-se uma ligação marcada pela convergência entre “a história da agitação operária e a história cultural e intelectual do resto da nação”.¹³⁸ Trata-se de uma relação também temporal, uma vez que insere determinada experiência – a constituição de uma classe – em um estrato de tempo que a determina mas também a ultrapassa, já por ela modificada: um espaço de ação (não apenas de possibilidades discursivas) no qual um sujeito, atuando e constituindo-se neste atuar, expande as perspectivas do sentido da experiência. Se as tradições definem tal espaço pela dinâmica temporal que elas mesmas alimentam, ele é simultaneamente delimitado de acordo com um modelo estrutural das relações de produção.¹³⁹

Thompson destaca mais de cem páginas para discorrer sobre modos de exploração no antagonismo das classes, e a correlata deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Recusa uma versão tradicional do tema, segundo a qual a classe operária seria meramente um produto de uma equação economicista onde as variantes principais seriam a energia do vapor e a indústria algodoeira. Em suas palavras, “não podemos assumir qualquer correspondência automática ou excessivamente direta entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural”.¹⁴⁰ As transformações por que passou a indústria de algodão, por exemplo, das manufaturas artesanais para o tear mecânico, ainda que com importantes implicações no desenvolver do processo, não pode ser considerada como razão elementar do fenômeno, pois tende a desconsiderar, ou a relegar ao âmbito redutor da dicotomia “base/superestrutura”,¹⁴¹ a persistência de tradições políticas e culturais nas comunidades trabalhadoras; “os

¹³⁸ *Ibid.*, p. 111.

¹³⁹ O próprio autor, em entrevista de 1976, vale-se do termo “versão estruturalista”, para se referir ao capítulo intitulado “Exploração”, da segunda parte do livro. Salienta ainda de modo enfático que “nenhum marxista pode não ser estruturalista, em certo sentido”. THOMPSON, Edward Palmer. “Una entrevista con E. P. Thompson”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 310. Apesar disso, não deixa de traçar críticas à transposição de modelos estruturalistas da antropologia, isto é, de Lévi-Strauss, para a análise historiográfica, além da famosa querela contra o estruturalismo althusseriano. THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, antropologia e história social”. trad. de Antonio Luigi Negro. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, op. cit., p. 248-249.

¹⁴⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. II, op. cit, p. 69. A perspectiva cultural do autor ultrapassa a simples formulação teórica e incide decisivamente na prática, isto é, no acesso empírico pelo documento. Thompson se vale sobremaneira de fontes tais como relatos, diários, cartas etc; todo um aparato que lhe permitisse recuperar as “minorias com linguagem articulada”.

¹⁴¹ Ver WOOD, Ellen Meiksins. “Repensar a base e a superestrutura”. trad. Paulo Cezar Castanheira. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, op. cit., p. 51-72.

operários longe de serem ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio”.¹⁴²

Thompson coloca em jogo, dessa maneira, a relação entre experiência e consciência, uma vez que, instituindo um termo singular (classe) ao invés do plural que mantém as diferenças e polissemias internas das “classes”, defende que pelo crescimento da consciência de classe e das formas correspondentes de organização e atuação políticas, é possível homogeneizar as diferentes categorias englobando-as sob um conceito singular: “classe”.¹⁴³ Daí que, em três capítulos subseqüentes, analisa as condições de vida, vale dizer as experiências, de três categorias variadas: trabalhadores rurais; artesãos e outros; e os tecelões. Para o autor, tratava-se de uma perspectiva teórica precisa que procuraria retomar “o sentido global do processo”, sentido este marcado pela nitidez da exploração econômica e opressão política, mas também pela contribuição à “coesão social e cultural do explorado”, favorecida ambigüamente pelo metodismo, que servia também como disciplina social, e pela noção de comunitarismo, marcadamente as sociedades de auxílio mútuo.

O que se sucede na narrativa, então, é a atuação própria dos trabalhadores no processo em direção a uma consciência de classe “plenamente” constituída, através da descrição empírica de momentos significativos para os argumentos do autor: as vitórias eleitorais em Westminster, ao sul da Inglaterra, na primeira década do século XIX, favoráveis aos trabalhadores e que funcionaram como “válvula de escape” democrática para o descontentamento popular; o retraimento por conta das medidas jurídicas tomadas pelas autoridades no sentido de proibir as associações de cunho operário; o movimento luddista em diversas localidades, cujas práticas eram encaradas como manifestação da cultura operária, opondo o direito oriundo dos costumes às prerrogativas da legislação estatal; o impacto, traumático para ingleses “livres de nascimento”, do massacre de Peterloo, no qual uma manifestação pública foi duramente rechaçada pela polícia montada, ocasionando diversas mortes de manifestantes.

Todos estes fatores, para Thompson, contribuíram para o processo de formação de uma classe operária consciente de sua identidade histórica. No ambiente de diversos conflitos convergentes (a luta pela liberdade de imprensa, aumento da força sindical,

¹⁴² THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. II, op. cit, p. 16. Em passagem famosa, afirma que “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”, p. 18.

¹⁴³ Motivo de uma das críticas ao livro feitas por Perry Anderson em seu debate no interior do marxismo inglês. ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história. Um debate com E. P. Thompson*, op. cit., cujo título original é *Arguments within English marxism*.

revogação das Leis de Associação, crescimento do livre pensamento, expansão das cooperativas), o solo propício para germinar uma consciência proveniente da dupla experiência da Revolução Industrial e do radicalismo popular: da prática radical a uma cultura política conscientemente articulada; o autodidatismo dos trabalhadores que, “a partir de sua experiência própria e com o recurso a sua instrução errante e arduamente obtida (...) formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade”¹⁴⁴: a classe formando-se a si mesma.

Neste período que segue da última década do século XVIII até as três primeiras do XIX, Thompson estabelece o espaço no qual uma ação tomou lugar: a experiência histórica da formação da classe operária inglesa. Evidenciada nos discursos que, a partir de então, assumia um “nós” coletivo, no qual o autor percebe a maturidade do movimento operário,¹⁴⁵ a classe operária inglesa, plenamente consciente de seus próprios interesses e valores, em 1832 “não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita” e a “presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida”, senão por outros fatores, mas pela própria luta de classes.¹⁴⁶ Com este ensejo é encerrada também a narrativa de tal experiência.

Ainda que incorra na desproporção de espaço concedido aos dois autores em questão, é preciso se deter um pouco mais em uma questão-chave na obra de Thompson, visto que ela foi objeto de inúmeras e pertinentes discussões, fato que não ocorreu (ainda) com o mesmo vigor em relação aos escritos de Foucault. Dos lucros e das despesas oriundas deste seu primeiro grande livro, Thompson guardou no decorrer da sua carreira um que certamente é dos principais: o conceito de experiência. Se lucro ou despesa, não se sabe ao certo.

Dois anos após a publicação de *A formação da classe operária inglesa*, em uma das suas primeiras grandes polêmicas no interior da historiografia marxista, Thompson aponta algumas questões conceituais a serem discutidas pelo materialismo histórico. Salientando a importância do uso de modelos analíticos no estudo de processos históricos, defende a necessidade da concepção de modelos que permitam trabalhar com

¹⁴⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. III, op. cit, p. 304.

¹⁴⁵ Norberto Ferrera, talvez de maneira apressada, percebe, além das controvérsias, uma aproximação de Thompson com a chamada “virada lingüística”, a partir das relações entre a experiência de classe e seu próprio discurso. FERRERA, Norberto O. “Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson”. *Diálogos*. Vol. 3, nº 3, 1999, p. 360-375.

¹⁴⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. III, op. cit, p. 411.

a autonomia da consciência frente às determinações do ser social.¹⁴⁷ Para Thompson, enfático nesta questão, “sem cultura não há produção”; a cultura determina o processo histórico tanto quanto a economia e, a partir desta concepção, a luta de classes é, ao mesmo tempo, uma luta de interesses e valores elaborados culturalmente¹⁴⁸: “o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes (...) a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações e crenças humanas”.¹⁴⁹

Surge daí o papel central assumido pelo conceito de experiência na obra do historiador inglês, qual seja, desempenhar um papel mediador entre a consciência social e o ser social.¹⁵⁰ Em sua famosa polêmica contra Louis Althusser, publicada em 1978 com o título de *A miséria da teoria*,¹⁵¹ destacam-se pontos capitais sobre epistemologia da história tais como entendidos e praticados por Thompson. Para este, sem meias palavras, “a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheiras, desemprego,

¹⁴⁷ THOMPSON, Edward Palmer. “As peculiaridades dos ingleses”. trad. de Antonio Luigi Negro. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, op. cit., p. 75-180. Uma década depois, afirma ainda esta idéia, deixando, contudo, uma certa incoerência de pressuposto: “é preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos e culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos ‘econômicos’”. THOMPSON, Edward Palmer. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. trad. de Fernando Teixeira da Silva. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, op. cit., p. 207.

¹⁴⁸ Nesse sentido, talvez, não é demais argumentar que a influência weberiana em sua obra transcende alguns comentários feitos a respeito dos estudos sobre ética protestante e espírito capitalista, no capítulo dedicado ao metodismo de *A formação...*; influência esta aparente no papel preponderante da cultura na formulação teórica e no olhar prático de Thompson. Vale citar, por exemplo, uma passagem de um dos mais conhecidos ensaios teóricos de Max Weber, segundo quem o conceito de cultura é ele mesmo um julgamento de valor e para quem a ciência tem por mérito fazer notar que “toda atividade e, bem entendido também, segundo as circunstâncias, a inação, significam por suas conseqüências uma tomada de posição em favor de certos valores e do mesmo modo, em regra geral – se bem que hoje em dia se esquece disso voluntariamente – *contra outros valores*”. WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*, op. cit., p. 124.

¹⁴⁹ THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, antropologia e história social”. trad. de Antonio Luigi Negro. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, op. cit., p. 260-262.

¹⁵⁰ São vários os comentadores que discutem de maneiras diferentes tal conceito em Thompson, como exemplo ver ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história. Um debate com E. P. Thompson*, op. cit.; SEWELL Jr, William H. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation”, op. cit.; e RENK, Arlene. “A experiência em Thompson”. In: *História: Questões e Debates*, Curitiba, julho-dezembro, 1996, p. 78-104.

¹⁵¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

inflação, genocídio”.¹⁵² Ela se caracteriza pelas pressões do ser social sobre a consciência social e também aparece como resposta mental e emocional dos indivíduos ou grupos sociais em determinados acontecimentos.¹⁵³ Para o autor, a relação entre a história, enquanto fluxo de tempo, e o indivíduo, em sua finitude temporal, se dá pela experiência; esta surge espontaneamente no ser social, mas apenas isso se dá quando este ser é pensado: “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido”.¹⁵⁴

Thompson considera o âmbito da cultura como lugar primeiro da experiência, uma vez que esta “dá cor à cultura”. Assim, salienta que a experiência é um dos “silêncios de Marx”, bem como o “termo ausente” no “planetário” de Althusser: naquele, a ênfase recai nas determinações de base econômica da infraestrutura; neste, a teoria se sobrepõe ao mundo empírico. Contudo, Thompson permanece no âmbito do materialismo histórico, reinventando-o e rejeitando veementemente a alcunha de “culturalista”, pois acredita que a experiência é sempre gerada na vida material, sob a pressão determinante do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos. Seu interesse é ressaltar a agência humana no processo histórico, apontando para um retorno do sujeito da experiência, “não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livre’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”.¹⁵⁵ Portanto, ao invés de um processo previsível nos quais os fenômenos se ligariam por causalidades mecânicas, Thompson retoma a imprevisibilidade da ação humana, na manipulação pelos indivíduos de sua própria experiência.

Isto não implica em uma recusa da racionalidade do processo, o que é por ele definido como “status ontológico do passado”; como ele já havia salientado em *A formação da classe operária inglesa*, não é o caso de leis regendo a história, mas de uma lógica construída mediante a significação do processo: para o autor, seria possível de se medir, pela relação entre ser e consciência, a amplitude das ações possíveis em um definido contexto, embora seu sentido permaneça para além das pré-determinações.

¹⁵² *Ibid.*, p. 17.

¹⁵³ Trata-se de um *junction concept*, cuja junção se desdobra em *experiência I*, vivida no social, e *experiência II*, percebida e elabora pela consciência. THOMPSON, Edward Palmer. “Una entrevista con E. P. Thompson”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, op. cit., 314.

¹⁵⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, op. cit., p. 17.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 182.

Uma crítica pertinente a tal concepção foi formulada por Perry Anderson, que considera problemática a ligação tão direta entre ação e consciência. Para este, há setores na história em que a ação não incide socialmente de maneira voluntária ou consciente, como as análises demográficas e os estudos sobre a língua podem comprovar; neste caso, a consciência do ato (de reproduzir-se ou de falar) está inserida em um conjunto de determinações que transcendem o controle dos indivíduos. Em *A formação...*, por exemplo, “a forma fundamental que tomou esta ação foi a conversão de uma experiência coletiva em uma consciência social que, assim, definiu e criou por si mesma a classe”.¹⁵⁶ Com isso, conclui ele, o peso elevado da consciência na ação acaba por tornar esta uma refém na obra de Thompson, com um papel “ajustado *ad hoc*” para encaixar-se em determinados propósitos. Constantemente procurado no livro, o papel da ação segue nele sendo esquivo.

Se para Thompson a experiência é o mediador entre ser social e consciência, para Anderson esta mediação não é de todo evidente e, em alguns casos, deixa de existir pela pressão absoluta do ser sobre a consciência. William Sewell Jr., por sua vez, acredita que experiência é o conceito-chave da “estratégia narrativa” de Thompson, o qual não pode desempenhar um papel mediador justamente pelo fato da formação da classe ser ela mesma uma experiência. O que poderia aparecer como paradoxo, impulsiona o olhar para outra direção do debate. Ao invés de aprofundar a discussão das relações entre ser e consciência, Sewell Jr. sugere que o verdadeiro sentido do conceito de experiência como *medium* é menos a mediação entre dois elementos que o espaço em que as ações tomam lugar e se realizam: “as relações de classe tacitamente colocadas como presentes na base material, são realizadas no meio (*medium*) da experiência humana (...) uma estrutura sincrônica tacitamente colocada realiza-se a si mesma nas vidas reais, históricas e experienciadas dos atores humanos”.¹⁵⁷ Aquilo que não poderia ser explicado por determinações infraestruturais seria deslocado para o âmbito da experiência, esta “categoria residual” que concerne às “profundas complexidades da existência humana” e à “operação imprevisível da agência humana”.¹⁵⁸

Talvez “categoria residual”, pelo seu papel central no debate, não seja um termo de todo adequado para definir o conceito de experiência em Thompson, mas é possível seguir a linha de raciocínio de Sewell Jr. deixando de lado o debate tal como conduzido

¹⁵⁶ ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história. Um debate com E. P. Thompson*, op. cit., p. 32.

¹⁵⁷ SEWELL Jr, William H. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation”, op. cit., p. 60.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 62-63.

por Anderson. Ao invés de perceber a experiência apenas por meio da dicotomia ser/consciência, considerá-la, no interior da narrativa, como conceito que estabelece um espaço de ação determinado por relações estruturais de produção, mas no qual a consciência encontra o meio (*medium*) para se constituir autonomamente e, por consequência, ser determinante no modo como tais relações são vivenciadas. É a experiência como ação que se tematiza, não apenas como relação, e, enquanto tal, é a dinâmica da ação que interessa discutir tendo por pano de fundo as convergências entre o tempo da narrativa da experiência bem como o tempo da experiência narrada. Vejamos, portanto, em que medida é possível trabalhar com o conceito da maneira como desenvolvido por Foucault e Thompson.

3. A experiência histórica

*“O que aconteceu todas as vezes
que houve que fazer-se imperioso
apelo à intervenção da história?
Surgiu o que era humano.”*

Marc Bloch

Encontrar uma maneira de trabalhar o mesmo conceito utilizando autores oriundos de tradições tão díspares e antagônicas não é das coisas mais simples. Como aponta Durval Muniz de Albuquerque, em artigo que tem por tema justamente o conceito de experiência em Thompson e Foucault, estes dois autores partem de pressupostos teóricos tais, cuja distinção torna inconciliável um ao outro.¹⁵⁹ Ambos definem a história a partir de duas diferentes perspectivas, denominadas pelo autor, um tanto esquematicamente, como “realismo” e “nominalismo”. Na primeira, notadamente a de Thompson, Albuquerque sugere que o que se defende são essências, totalidades, a verdade na razão e uma experiência unitária; a realidade existe anterior à linguagem, a experiência se distingue da consciência como uma empiria *a priori*, caracterizando-se como o lugar por excelência do ser. A outra, propriamente de Foucault, é apresentada pelo autor como dispersão das totalidades, como polissemia da verdade, pela crítica da razão e pela fragmentação da experiência; realidade e linguagem se condicionam mutuamente, não havendo um *a priori* do discurso, na experiência o ser e a consciência são inseparáveis.

¹⁵⁹ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. “Experiência: uma fissura no silêncio”. Texto gentilmente cedido pelo autor.

Parece-me, contudo, que neste caso se trata da experiência muito mais como uma idéia norteadora de determinada postura epistemológica (para Thompson, história como estudo das semelhanças, para Foucault, como estudo das diferenças), do que precisamente, tal como se entende aqui, como conceito inserido em uma narrativa, utilizado para garantir a dinâmica temporal de um definido processo. Uma sutileza teórica que sugere certo desvio em relação a grandes generalizações. Tomando-se a experiência como conceito que tem por escopo estabelecer uma referência empírica na ordem temporal de determinado fenômeno, penso ser possível realizar esta reflexão no ponto de cruzamento dos textos de tais autores. Como tentei evidenciar, tanto na história da sexualidade grega quanto na da classe operária inglesa, a experiência diz respeito a um processo no qual, segundo condições tais, dá-se um fenômeno cuja construção é simultânea à constituição daquele que age enquanto sujeito. Em um grau de abstração bastante elevado, este é o dado prévio fundamental: a experiência histórica refere-se à experiência de um sujeito da história. Alterando o foco, é possível inserir alguns outros dados a este problema: experiência e subjetividade se tornam mais compreensíveis se encaradas com duas outras categorias, quais sejam, ação e tempo. O resultado é o enlace entre um sujeito da ação e sua experiência de tempo.

Algumas implicações resultam desta escolha. Em primeiro lugar, diz respeito à compreensão de variados níveis temporais, não apenas na idéia de durações múltiplas, mas de uma polissemia dos modos como são percebidas as durações, ou seja, maneiras diversas de se experienciar a história. A isto se acresce o fato de que, considerando-se a ação de um sujeito no tempo, bem como o tempo desta ação, o próprio sujeito aparece como suporte da temporalidade: o tempo vivido e o tempo cósmico se relacionam na experiência; o tempo histórico é um tempo humano, o sujeito é finito dentro de uma duração e, ao mesmo tempo, suas ações são históricas. Este tempo é “humanizado”, segundo tese de Paul Ricoeur, por meio da construção de um sentido narrativo para a experiência, sentido este que, por sua vez, aponta para a referência mútua entre passado, presente e futuro. A experiência imediata do presente se alarga em relações com aquilo que a precede e também com aquilo que se espera suceder, não de uma forma estável, mas pela disparidade de modos através dos quais o passado e o futuro se projetam no presente – Ricoeur surge no espaço entre Montaigne e Benjamin.

Neste rol de autores, há de se designar também Reinhart Koselleck, cuja concepção de teoria da história se estabelece no entremeio das condições de possibilidade da história: de um lado, a possibilidade empírica dos acontecimentos, de

outro a possibilidade lingüística de sua representação. Para tanto, desenvolve relações teóricas entre tempo e história que, de uma maneira geral, baseiam-se em algumas perguntas captais: “há alguma coisa como um tempo especificamente histórico que se difere do tempo natural, no qual a cronologia está baseada? Ou há diferentes tempos históricos, da mesma forma como há numerosas unidades distinguíveis de ação na história? Estas unidades de ação possuem seus próprios sentidos e ritmos temporais? Ou o tempo histórico no singular e no plural constitui-se apenas através da interação mútua de tais unidades de ação? Assumindo que há tais tempos genuinamente históricos, como eles se relacionam com a cronologia?”.¹⁶⁰

A mensuração artificial ou mecânica do tempo (cronometria, “tempo do relógio”) é marcada como a desnaturalização das divisões de tempo e da experiência que dela se tem. A orientação temporal é, desta forma, deslocada, em um longo processo, de referenciais naturais ou cosmológicos para medidas conceituais e abstratas; é o que se poderia chamar de “uso instrumental do tempo”.¹⁶¹ Em sua essência, entretanto, a consciência do tempo é ainda marcada por um dado antropológico fundamental: adquire ela sentido sempre em relação a um “antes de” e um “depois de”: “a cronologia emprestada do tempo natural é então indispensável para a realidade histórica que está para ser remida (*redeemed*) empiricamente, quer a aproximação à exatidão absoluta dos dados estabeleça sentido, quer a irrefutabilidade (*cogency*) do antes e depois relativos, que é inalterável em si mesma, seja o pré-requisito para uma reconstrução significativa dos eventos históricos”.¹⁶²

Koselleck sustenta que pensar a experiência neste tempo singularmente histórico, pensamento oriundo particularmente do século XVIII, ampara-se em unidades de ação com características sociais ou políticas, as quais são socialmente ou politicamente institucionalizadas e organizadas. Nos conceitos, por exemplo, nos quais é possível perceber tal organização e institucionalização, cristalizam-se estratos de tempo variados, a partir dos quais se torna viável “medir” temporalmente aquelas unidades de ação que os originaram. É, portanto, na perspectiva tripla de passado-presente-futuro que se constrói o sentido da ação histórica: o tempo histórico é pressentido “na relação entre passado e futuro, o que sempre constitui um evasivo

¹⁶⁰ KOSELLECK, Reinhardt. “Time and history”. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*, op. cit., p 101.

¹⁶¹ Ver ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. editado por Michael Schröter e traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁶² KOSELLECK, Reinhardt. “Time and history”, In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*, op. cit., p. 109.

(*elusive*) presente”.¹⁶³ Isto não significa a simples mensuração cronológica do processo, ou seja, sua duração linear entre um começo e um fim, nem a simples divisão cronológica em tempos curto, médio e longo, mas implica no sentido histórico dado a determinado fenômeno, a dinâmica de seu movimento.¹⁶⁴ Conseqüentemente, condiciona a tarefa de uma teoria da história que, para se distinguir das teorias das ciências sociais em geral, obviamente deve ser “uma teoria que torna possível acomodar mudanças em experiências temporais”.¹⁶⁵

Na perspectiva de tal teoria, Koselleck desenvolve duas categorias conceituais importantes, já mencionadas anteriormente: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, que “constituem uma diferença temporal dentro do aqui e agora, juntando o passado e o futuro de uma maneira assimétrica”.¹⁶⁶ Acentua ele o caráter epistemológico de tais categorias, na medida em que “o historiador se serve de conceitos formados e definidos *ex post*, vale dizer, de categorias científicas que se emprega sem que se possa mostrar nos achados das fontes”.¹⁶⁷ Em muitas vezes, uma palavra pode ao mesmo tempo cobrir a categoria empírica e o conceito, como é o caso dos termos história e experiência. O uso de conceitos proporciona, pois, segundo Koselleck, uma “antecipação formal” da explicação histórica, ajudando a fundar a possibilidade de uma história. A equação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, tendo por variante o tempo propriamente histórico, indica, na perspectiva do historiador alemão, um dado antropológico prévio, isto é, uma certa condição humana meta-histórica e que torna possível e concebível uma história. Tal equação, ampliando seu entendimento, remete também a uma construção discursiva da temporalidade humana, pois, “enquanto categorias são as determinações formais que explicam esta execução (da história) para o conhecimento histórico”.¹⁶⁸

O espaço de experiência diz respeito a um passado tornado presente, marcado pela recordação elaborada racionalmente e também pela lembrança gravada

¹⁶³ *Ibid.*, p. 111.

¹⁶⁴ Ao mesmo tempo em que, por diversas vezes, Koselleck se aproxima de Fernand Braudel e suas três durações, ele ultrapassa este no sentido de perceber a temporalidade não apenas como durações múltiplas, mas como dinâmicas variadas, as quais implicam maneiras diferentes de se escrever a história. Esta questão será tratada no próximo capítulo.

¹⁶⁵ KOSELLECK, Reinhardt. “Historical time and social history”. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*, p. 121.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 127.

¹⁶⁷ KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’, dos categorías históricas”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit., p. 334.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 337.

inconscientemente.¹⁶⁹ O horizonte de expectativa remete a um futuro feito presente, segundo a perspectiva aberta pela projeção e pela espera. Todavia, passado e futuro assentam suas presenças de maneiras distintas, assim como o presente é situado na coordenação assimétrica entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, os termos *espaço* e *horizonte*, denotam características diferentes, já que o primeiro indica a sobreposição de camadas de tempo variadas onde a cronologia é rompida e se constitui como recorte espacial, e o segundo aponta algo em uma direção linear, situado num além jamais atingido, um horizonte que sempre se afasta. No presente, enfim, passado e futuro possuem “modos de ser desiguais de cuja tensão se pode deduzir algo assim como o tempo histórico”.¹⁷⁰

Pois bem, após este pequeno intróito baseado em Koselleck, voltemos a Thompson e Foucault. Ambos estabelecem o conceito de experiência como espaço onde uma ação se desenvolve, segundo articulações de tempo distintas. A formação da classe operária inglesa é uma ação onde se privilegia o espaço de experiência de seu sujeito, enquanto que a constituição do sujeito moral grego (na perspectiva do que consideramos como sexualidade) é uma ação orientada preponderantemente em direção a um horizonte de expectativa. Tais argumentos talvez fiquem mais bem evidenciados se o olhar incidir sobre o texto narrativo.

A primeira parte de *A formação da classe operária inglesa* é destinada à reconstituição do que Thompson definiu como “tradições persistentes”, cujos germes adormecidos germinariam segundo condições favoráveis. Tais tradições criariam as condições propícias para a formação de uma classe operária, não apenas enquanto fator do modo de produção, mas segundo um grau elevado de consciência que gerasse sua identidade histórica própria. Neste processo, o conflito de interesses visto sob a perspectiva cultural surge como conflito por temporalidades diferentes; a luta de classes, entendida como luta de valores, encontra expressão em dois elementos contraditórios entre os quais o tempo sofre a tensão de direções opostas: o “retorno ao anterior” dos valores consuetudinários das camadas de trabalhadores e o “agora em diante” do modelo progressivo de uma classe capitalista.

¹⁶⁹ Paul Ricoeur define as diferenças entre memória como faculdade biológica ou como construção cultural; é, sobretudo, uma distinção entre reminiscência, enquanto memória procurada, e lembrança, como memória neurológica. RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 574 ss.

¹⁷⁰ KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’, dos categorías históricas”. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit., p. 340.

A defesa irreduzível das aspirações liberais do indivíduo representado pela noção de “inglês livre de nascimento”, bem como a idéia de patriotismo pela qual a crença em um “lugar original”; a economia moral legitimando formas de ação espontânea na segunda metade do século XVIII, momento em que, segundo Thompson, tornou-se mais aguda a distinção entre um código popular não escrito em processo de deterioração em prol de um código legal oficializado; os motins pela alta no preço dos alimentos ou mesmo pela perda de espaços de sociabilidade como as feiras livres, nas quais vigoravam certos costumes de preço-justo, em oposição à especulação do livre mercado, e que, para o historiador, indicavam um comportamento com raízes bastante profundas da cultura popular. Aquilo que Thompson qualifica como “subpolítico” está inserido em um plano de sucessão: o prefixo, no caso, remete a certa anterioridade de uma ação; é muito mais uma escala de tempo que uma hierarquia de valores: o subpolítico não está abaixo do político, ele é o que precede este.

A experiência de formação da classe é compreendida como um “espaço de experiência” em que, na pressão exercida pelo passado no presente, é criada a condição histórica da classe operária. Entre tais indivíduos, saliente-se a presença de “homens que nutrem ressentimentos pelos direitos perdidos e apresentam as resistências inerentes ao ‘inglês que nasceu livre’”.¹⁷¹ A destruição de padrões de vida impulsionava seu anseio pelo retorno a certos modelos ancestrais, explícitos nas palavras do líder cartista Feargus O’Connor que dão mostras do que Thompson chamou de “mito social da idade de ouro da vila comunitária anterior aos cercamentos e às Guerras”: “que possamos viver para assistir à restauração dos velhos tempos na Inglaterra, das velhas tradições inglesas, dos antigos dias santos, da antiga justiça, e que cada homem viva do suor do seu rosto...”.¹⁷² Entre os tecelões do norte, por exemplo, “as recordações do status perdido fundamentava-se em experiências reais e de longa duração”, permeadas pela “lenda de um passado melhor”.¹⁷³

O que se evidencia é que a consciência que se constituía no processo era também uma consciência de tempo, de um rumo e de um ritmo temporais contra os quais seria possível impor experiências outras, pautadas por temporalidades diferentes, com seus valores agregados fundados segundo padrões diversos. Neste ponto, momento de transição entre duas formas de vida social, às tradições dissidentes apresentadas na

¹⁷¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. II, op. cit., p. 57.

¹⁷² *Apud* THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. II, op. cit., p. 65.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 120.

primeira parte do livro se juntou modelos de exploração que marcavam as condições de vida dos trabalhadores, descritas na segunda parte. A consciência de classe em formação era também uma forma de resistência; “tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, freqüentemente associada ao radicalismo político”.¹⁷⁴ À “velha Inglaterra” que desaparecia acompanhava-se uma classe nova que se fazia surgir.

As atividades luddistas expostas na terceira parte do livro seguem, em grande medida, uma tal consciência. O radicalismo na suas condutas apontava para um “conflito de transição”, “de um lado, olhava para trás, para costumes antigos e uma legislação paternalista que nunca poderiam ressuscitar; de outro lado, tentava reviver antigos direitos a fim de abrir novos precedentes”.¹⁷⁵ A isto soma-se a função de amálgama desempenhada pelo metodismo no sentido de um espaço comum para o sentimento de pertencimento a determinado grupo, além da capacidade de organização institucional deste grupo. Evidenciava-se ainda mais a consciência de classe pela formação de um instrumental discursivo pertinente, destacando-se aqui a apropriação pelos trabalhadores das idéias owenistas. Dentro de tal movimento, variadas tendências eram assumidas e, para uma parte do grupo de trabalhadores, os “qualificados”, “o movimento que começara a tomar forma em 1830 finalmente parecia dar corpo a sua aspiração há tanto tempo alimentada – uma união nacional geral”.¹⁷⁶

Em 1832, portanto, segundo o espaço de experiência que a tornou possível, a classe operária inglesa chega finalmente ao seu “presente”, e sua presença é já sentida por toda parte. Neste caso específico, as pressões do passado orientam a ação; o passado presente define a possibilidade de uma história, da mesma maneira, como será sugerido no próximo capítulo, determinam também suas condições de representação, isto é, da sua forma narrativa. Antes, porém, vejamos as implicações do conceito de experiência formulado por Foucault.

A experiência da sexualidade grega estabelece uma dinâmica através da qual é o “horizonte de expectativa” do sujeito que a experiencia aquilo o que define o sentido temporal da ação empreendida. A problematização dos prazeres, da forma como Foucault a realiza, estabelece o recorte de diversos “eixos da experiência”, por meio dos quais, segundo condições específicas, o indivíduo se reconhece como sujeito, isto é, ele

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 300.

¹⁷⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. III, op. cit., p. 123.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 399.

pensa-se a si próprio através de um conjunto de valores definidos como uma estética da existência. “É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si enquanto ‘sujeito moral’”.¹⁷⁷ Daí que a agência humana é também tematizada por Foucault, na medida em que ele estabelece a distinção entre elementos do código moral e elementos da ascese pessoal. A relação entre ambos determina o grau de autonomia desenvolvida pelo sujeito da ação relativamente ao seu campo de atuação.

As regras de temperança que definem o “uso dos prazeres” têm por escopo fundamental a longevidade que se apresenta sob dois aspectos: de um lado, o prolongamento da vida singular do indivíduo, de outro, a perpetuação coletiva da espécie; no primeiro caso, a finitude de tempo, ou seja, a duração, encontra-se recortada pelos limites do corpo, no segundo caso, ela é estabelecida pelo período da vida. O uso adequado dos prazeres garante a energia do corpo e a reprodução da vida. A relação de si do sujeito é, em razão disto, uma relação tomada em dois níveis: uma relação consigo mesmo, e uma relação social com o grupo. Em Platão, por exemplo, desenvolve-se um modelo cívico de moderação, “nele a ética dos prazeres é da mesma ordem que a estrutura política”.¹⁷⁸ O “horizonte de expectativa” que se abre segundo os modelos desta estética da vida visa a um estado de liberdade em conformidade com a verdade da razão (*logos*), não entendida como livre-arbítrio, mas como oposto à servidão; trata-se de uma liberdade ativa do sujeito “indissociável de uma relação estrutural, instrumental e ontológica com a verdade”.¹⁷⁹ A ética dos *aphrodisia* sustenta o domínio de si mesmo, em contraposição à escravidão das próprias paixões, e sustenta também uma idéia de sociedade não regida pelo desmedido poder do tirano, mas pelo controlável exercício do chefe.

O que se sobressai disso tudo é um ideal de vida bastante singular. “Pelo *logos*, pela razão e pela relação com o verdadeiro que a governa, uma tal vida inscreve-se na manutenção ou reprodução de uma ordem ontológica; e, por outro lado, recebe o brilho de uma beleza manifesta aos olhos daqueles que podem contemplá-la ou guardá-la na memória”.¹⁸⁰ Mais adiante, Foucault acrescenta: “o indivíduo se realiza como sujeito moral na plástica de uma conduta medida com exatidão, bem visível de todos e digna de

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, op. cit., p. 28.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 67.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 84.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 82.

uma longa memória”.¹⁸¹ A constituição do sujeito na experiência histórica narrada por Foucault é uma ação dirigida ao futuro, ao devir, destinada a se perpetuar na memória; uma ação de espera e esperança de acordo com as possibilidades e probabilidades de algo vir a ser real (realizado). Nos eixos da experiência considerados, a perspectiva é semelhante.

O regime dos prazeres na *dietética* tem por objeto o cuidado com o corpo, não para empurrá-lo para além de suas capacidades naturais, mas para segui-lo na completude de seus limites, sem antecipá-los por motivo de dispêndio de energia. O bom uso do corpo pelo indivíduo tem também como uma de suas funções o cuidado com a progenitura e com o futuro de sua família, bem como, em outra escala de valor, o futuro da espécie: esta ligada ao “princípio da reprodução, na medida em que coloca como finalidade da procriação paliar o desaparecimento dos seres vivos e dar à espécie, tomada no seu conjunto, a eternidade que não pode ser concedida a cada indivíduo”.¹⁸² O caso da *econômica*, no movimento que segue da condição matrimonial doméstica chegando em uma idéia mais abrangente de vida civil, ou cidadania, é o caso de projeções relativas à boa gerência dos bens, conservando e ampliando estruturas materiais da família, mas também relativas ao destino do grupo social, ao bom governo das pessoas e à boa administração da cidade. A qualidade de chefe de família funciona como parâmetro para um bom governante e para um futuro desejado para a pólis. Na *erótica*, por sua vez, a escolha dos rapazes e a condição entre ativo e passivo na relação envolvem critérios e valores que concernem à manutenção da honra e do status do indivíduo. O perigo constante de se estabelecer um vínculo vergonhoso, marcado pelo excessivo poder exercido entre os parceiros tornava-se, então, problemático. Afinal, era uma relação entre indivíduos do mesmo sexo, embora de idades diferentes; a atividade ou passividade do rapaz relativas ao homem dizia respeito à futura posição de tal rapaz na cidade.

Enfim, nas palavras de Foucault, “a exigência de austeridade implicada pela constituição desse sujeito senhor de si mesmo não se apresenta sob a forma de uma lei universal, à qual cada um e todos deveriam se submeter; mas, antes de tudo, como um princípio de estilização da conduta para aqueles que querem dar a sua existência a forma mais bela e realizada possível”.¹⁸³ A expectativa é projetada em direção a uma vida

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 84.

¹⁸² *Ibid.*, p. 121.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 218.

“bela” marcando, de certa maneira, a permanência do indivíduo para além dos limites físicos de sua existência, através de uma experiência memorável.

*

Na análise das obras que se utilizam do conceito de experiência, procurei o entendimento das funções deste conceito no interior do texto em que está inserido, articulando temporalidades variadas e organizando-as no tempo de uma narrativa específica. Tanto em *A formação da classe operária inglesa* quanto em *O uso dos prazeres*, o que se tematiza é uma ação particular, a constituição de sujeitos históricos, porém, no primeiro caso, a experiência é orientada do passado para um presente enquanto que no segundo caso, ela se orienta do presente para um futuro. Todavia, não é por si só suficiente esta simples constatação, a de que Thompson e Foucault utilizam o conceito de experiência de modo semelhante (enquanto campo de ação para determinado sujeito), embora com uma diferença fundamental de sentido (a experiência em relação ao passado, para um, e ao futuro, para outro). Certamente a tradição intelectual a qual ambos se filiam desempenha aí preponderante influência, com conseqüências capitais para o entendimento que fazem da história, conseqüências estas esboçadas em artigo já mencionado.¹⁸⁴ Entretanto, elas explicam pouco sobre o sentido temporal dado à experiência pelos autores, tema restrito do presente estudo.

Seria possível de se argumentar que o apego de Thompson ao romantismo desviaria seu olhar para o passado, enquanto que para Foucault, pertinente mais a sua biografia, tratar-se-ia de uma constante recusa em permanecer imóvel, no anseio de sempre se deslocar e inventar novos “modos de vida”.¹⁸⁵ Contudo, esta aproximação demasiado direta entre vida e obra, apesar da fundamental contextualização dos textos, significa desconsiderar o papel relativamente autônomo atribuído ao discurso segundo a concepção hermenêutica introduzida na primeira parte. Não obstante, em decorrência mesmo desta perspectiva assumida, a pergunta que se coloca aqui é menos sobre o porquê de uma tal escolha e mais sobre as implicações dela na feitura do texto historiográfico. Opção que não desconsidera o âmbito contextual do texto, como tentei

¹⁸⁴ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. “Experiência: uma fissura no silêncio”, op. cit.

¹⁸⁵ Sobre esta noção, ver FOUCAULT, Michel. “De l’amitié comme mode de vie”. In: *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001, p. 982-986. Há um esboço de definição: “ele pode dar lugar a relações intensas que não se parecem a nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética”, p. 984.

tornar claro nas considerações colocadas sobre o estatuto do texto historiográfico, apenas restringe o olhar para a superfície do escrito, isto é, os elementos textuais da narrativa.

O fato de eles partirem de determinações teóricas diferentes, acarreta, por conseguinte, concepções díspares de sujeito e de processo de subjetivação. Coerente em sua postura, Thompson enfatiza a lógica do processo ou o que define como “status ontológico do passado”. Dessa maneira, uma história una se constitui a partir de diversas outras histórias, “de modo que todas essas ‘histórias’ distintas devem ser reunidas no mesmo tempo histórico real, o tempo em que o processo se realizada”.¹⁸⁶ No anseio de explicitar o papel determinante da agência humana neste processo constituído de inteligibilidade e intenções, segundo os pressupostos do materialismo renovado, o historiador inglês acaba por desenvolver uma concepção teleológica da subjetividade pois, seguindo seu raciocínio, se a classe estava presente em seu próprio fazer-se, as intenções de fazê-la também estavam presentes desde o início de sua formação. Neste processo linear das últimas décadas do século XVIII até precisamente o ano de 1832, a classe aparece, então, como um sujeito unificado em um presente segundo condições estabelecidas pelo seu “espaço de experiência”, isto é, pelo seu passado. Se a lógica da ação não implica em uma lei, nela está inserida desde logo uma “teleologia do sujeito”, de um sujeito como fundamento da história.

A expressão “teleologia do sujeito” é também utilizada por Foucault, embora com um sentido profundamente desigual. Neste caso, trata-se de colocar o sujeito em um tempo que não se realiza, jamais se tornando presente, ou seja, um futuro sempre empurrado para mais adiante. Foucault não assume uma identidade do processo histórico que possibilitaria uma concepção unificada de sujeito, mas atribui à história uma lógica dos acasos. A genealogia foucaultiana espreita os acontecimentos tidos como sem história no anseio de reencontrar o momento em que ainda não aconteceram. Isto não quer dizer, em absoluto, uma pesquisa de origem, este “desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias”.¹⁸⁷ A genealogia é a paciente procura dos começos históricos, lá onde não há uma identidade originária, apenas o disparate dos acasos, daquilo que é já começado; o genealogista, por sua vez, faz descobrir “que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não

¹⁸⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, op. cit., p. 111.

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*, op. cit., p. 16.

existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”.¹⁸⁸ Nessa linha de raciocínio, não há uma origem fundadora para a subjetividade e o sujeito plenamente constituído apenas aparece como disperso em um futuro inatingível, estando sempre por se realizar na e pela história.

Thompson consegue vislumbrar em um momento específico uma classe plenamente formada através de um processo de luta, consciente de seus interesses antagônicos em relação à outra classe. Se a experiência narrada era a da formação desta classe, a narrativa pode ser interrompida neste momento oportuno, o ano de 1832; já há, configurada no texto, uma ação una e completa: o sujeito histórico aparece inteiramente constituído, o que não implica no encerramento de uma história, mas sim no fechamento de uma narrativa – “mas os trabalhadores não devem ser vistos apenas com as miríades de eternidades perdidas. Também nutriam, por cinquenta anos e com incomparável energia, a Árvore da Liberdade. Podemos agradecer-lhes por esses anos de cultura heróica”.¹⁸⁹ Em Foucault a ação não atinge seu termo, não emerge em determinado momento do texto um sujeito plenamente constituído; a narrativa não se conclui em um ponto derradeiro, ela apenas indica a direção ao futuro, ao próximo volume da longa história da experiência ampla da sexualidade. O texto é encerrado e a intriga se fecha no limite do livro, com um espaço configurado de uma ação possível, mas a experiência da subjetividade permanece e se desloca: a ética cristã será diferente, e depois dela, nos próximos volumes, outros deslocamentos. Não interessa a ele a duração da ação, mas seu campo de possibilidade; a ação narrada é sempre uma ação possível, uma ação a ser realizada.

Na base de tais concepções esboça-se um lugar particular, com suas determinações específicas na construção de cada texto. Para Thompson, seu escopo é bastante claro: se a experiência é um processo com uma lógica própria e una, “em última análise, a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica; nenhuma analogia derivada de qualquer outra área pode ter mais que um valor limitado, ilustrativo e metafórico”.¹⁹⁰ Em decorrência, a consequência óbvia para ele é que “o materialismo histórico deve, neste sentido, ser a disciplina na qual todas as outras disciplinas humanas se encontram (...) a História deve ser reconduzida a seu trono como

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 21.

¹⁸⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação...* Vol. III, op. cit., p. 440.

¹⁹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, op. cit., p. 97.

rainha das humanidades...”.¹⁹¹ É bem verdade que, para evitar o imperialismo epistemológico, Thompson adverte que a disciplina história é também a mais imprecisa, devendo sempre estar atenta a seus pressupostos teórico-metodológicos. O que se salienta é que a lógica histórica é o próprio discurso de comprovação da história, aquilo que a legitima como conhecimento. Foucault é enfático de outra maneira, seu escopo é justamente o contrário da defesa de um território. No seu entendimento, trata-se de realizar a crítica da perspectiva metafísica da história que, segundo o modelo antropológico de um sujeito fundador e unificado, busca inserir, na continuidade de uma origem, um lugar para a identidade. Para ele, “saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser”.¹⁹²

Da parte de um, a história é construção de uma identidade histórica para determinado sujeito, mostrando de onde ele se originou e *o que ele é ou está para ser*; da parte do outro, ela é a prática da rarefação da identidade, do desvanecer do sujeito, mostrando o que ele deixou de ser e *o que não é mais nem é ainda*. O conceito de experiência da maneira como aparece nos textos de cada um destes autores é devedor de suas respectivas posturas teóricas e de suas diferentes concepções de história, mas no interior da intriga armada, tanto para um quanto para outro, tal conceito organiza o sentido da história e confere significado para a ação realizada e, vale dizer, narrada.

No capítulo que se segue, com base nas constatações até aqui mencionadas, será analisada, portanto, a maneira como, nas narrativas em questão, esta experiência aparece articulada temporalmente definindo as condições de sua representação.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 83.

¹⁹² FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*, op. cit., p. 27.

III. A experiência narrada

“O tempo do saber ou do discurso não é absolutamente organizado ou disposto como o tempo do vivido.”

Michel Foucault

A hipótese que perpassa todo este trabalho, amparada pelas concepções de tempo histórico de Reinhardt Koselleck e de narratividade de Paul Ricoeur, pode ser esboçada com a utilização da terminologia fornecida por ambos. Assim, após a análise realizada no capítulo precedente, é possível agora inferir com mais segurança que, na narrativa da experiência histórica, espaço de experiência e horizonte de expectativa não existem como articuladores temporais senão por intermédio de *atos configurantes* específicos, os quais têm por função inserir os tempos passado e futuro em um conjunto significativo cuja centralidade temporal se localiza no presente do sujeito da experiência. Este conjunto significativo pode ser considerado no âmbito da tessitura da intriga que orienta o sentido da história narrada. O ato configurante, dessa maneira, é compreendido como o modo discursivo de configuração temporal da experiência, isto é, a dinâmica da ação relativamente ao presente do sujeito que age. Em relação a este presente, a ação é devedora de elementos que persistem do passado ou, por outro lado, impulsiona elementos em direção a um futuro. Passado, presente e futuro, assim, passam a fazer sentido quando inseridos na trama narrativa. É, por conseguinte, a relação entre experiência e linguagem ou entre história e narrativa que se tematiza.

Émile Benveniste, a partir de uma perspectiva eminentemente lingüística, faz referência à temática aqui levantada. No artigo *A linguagem e a experiência humana*,¹⁹³ salienta que a assunção por um indivíduo, em um discurso particular, do sujeito gramatical *eu*, evocando e instaurando a diferença em relação ao *tu* e ao *ele*, instaura uma experiência humana nova, com seu respectivo instrumento lingüístico que a funda. Assim, o pronome pessoal quando assumido estabelece um campo de referência a partir do qual os objetos se relacionam com o centro do campo segundo a posição em relação ao *eu*. A referência pode tanto ser espacial como temporal. No que diz respeito a esta última, Benveniste afirma: “das formas lingüísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*”.¹⁹⁴ Para o autor,

¹⁹³ BENVENISTE, Émile. “Le langage et l’expérience humaine”. In: *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard, 1966, p. 3-13.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 4.

há um tempo próprio da língua que não se justapõe inteiramente ao tempo “objetivo”. Dessa maneira, ele estabelece três noções distintas de temporalidade.

Há o “tempo físico” que se caracteriza como linear, infinito e continuamente uniforme; trata-se da temporalidade da natureza. Com seu correlato psíquico (tempo interior), distingue-se o “tempo crônico”, tempo dos eventos humanos, constituindo a continuidade na qual são inseridos sucessivamente os acontecimentos. A possibilidade da história depende deste tempo crônico que, por sua vez, condiciona a vida social; tal temporalidade é instituída por meio da divisão cronológica que, no caso, estabelece um calendário fundado segundo um corte axial que institui seu ponto zero, segundo um sentido de direção que determina a anterioridade ou posterioridade de determinado evento, e segundo a possibilidade de mensuração em durações variadas. Para Benveniste, o tempo crônico é marcado pela permanência e pela fixidez, o que lhe dá uma certa qualidade atemporal. Afinal, se o calendário é baseado em uma recorrência perpétua, uma data qualquer tomada isoladamente não indica em si mesma uma temporalidade própria, a qual só é percebida por meio de uma referência axiológica (o evento é relativo a qual momento?), através de uma dinâmica diretiva (qual o sentido temporal do evento?), ou pela mensuração numérica (quanto tempo durou o evento?). Dessa maneira, conclui o autor, “o tempo crônico fixado em um calendário é alheio ao tempo vivido e não pode coincidir com ele”.¹⁹⁵

Todavia, apesar de permitir situar determinado fenômeno “no tempo”, a temporalidade crônica não indica, por si só, os traços de uma experiência histórica enquanto “experiência humana do tempo”. Na perspectiva de Benveniste, é apenas por meio do tempo lingüístico que uma experiência se manifesta, a qual possui um tempo próprio para se desenrolar: o presente na instância da fala ou da produção do discurso. Nesse sentido, o passado e o futuro da experiência, enquanto não-contemporâneos do discurso, são definidos em relação ao exercício de linguagem realizado no tempo daquele que o realiza – “o único tempo inerente à língua”. Contudo, em se tratando de um discurso escrito, onde é perdida a referência direta de tempo pertinente ao discurso falado, faz-se necessária uma série de remissões extradiscursivas, isto é, de coordenadas espaço-temporais (um local *x* e um momento *y*), que permitem situar o discurso realizado diante de um possível leitor; realiza-se, com isso, a junção entre tempo lingüístico e tempo crônico, por meio de operadores de temporalidade internos ao

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 8.

discurso (antes de, depois de, ao mesmo tempo de, e suas variantes). Assim, mesmo quando o uso das palavras deixa de ser contemporâneo daquele que o realiza, é possível a transmissão de uma experiência temporal por meio da utilização da linguagem. Como conclui Benveniste, “em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que reenvia a experiência humana inscrita em uma linguagem”.¹⁹⁶

Se o presente como *ligne de partage* entre passado e futuro é marcado pela coincidência entre acontecimento e discurso na expressão “ato de fala”, Benveniste não considera, neste texto específico, a relação entre experiência e linguagem do ponto de vista de um discurso historiográfico ou, no tema do presente trabalho, da narrativa de uma experiência histórica. Ele indica, entretanto, um caminho possível a ser percorrido: a conexão entre tempo crônico e tempo lingüístico pela utilização tanto do calendário, como forma de localização temporal do vivido, quanto de expressões lingüísticas operacionais, como inserção do vivido na temporalidade própria do discurso. Neste ponto, Paul Ricoeur permite dar um passo e avançar a discussão.

Segundo as concepções apresentadas em *Tempo e Narrativa*, precisamente no terceiro tomo intitulado “O tempo narrado”,¹⁹⁷ Ricoeur sugere entre o tempo cosmológico e o tempo da ação humana uma terceira temporalidade específica: o tempo histórico.¹⁹⁸ Segundo o autor, há alguns “instrumentos de pensamento” que desempenham este importante papel de conexão entre o tempo universal e o tempo vivido. Entre tais instrumentos, destaca-se o calendário, a idéia de seqüência de gerações e a noção de marcas do passado. No caso do calendário, Ricoeur segue de perto as colocações de Benveniste acima mencionadas, salientando a possibilidade de mensuração do tempo crônico e sua função mediadora: “ele cosmologiza o tempo vivido, humaniza o tempo cósmico”.¹⁹⁹ A seqüência de gerações opera no campo histórico segundo a antinomia entre tempo mortal, do indivíduo, e tempo público, no âmbito da sociedade. Nesse sentido, ela permite inserir na temporalidade coletiva a experiência de tempo singular de cada indivíduo, constituindo o que se denominou como “tempo anônimo”. Nas palavras de Ricoeur, “a experiência do mundo compartilhado baseia-se aqui numa comunidade tanto de tempo quanto de espaço”,

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 13.

¹⁹⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III, op. cit.

¹⁹⁸ Assim, distancia-se da posição de Benveniste pois, para este, o tempo da ação ou tempo crônico é, por si mesmo, um tempo histórico, uma continuidade onde se depositam os acontecimentos (“...*le temps chronique, figé dans l’histoire...*”, BENVENISTE, Émile. “Le langage et l’expérience humaine”, op. cit., p. 6).

¹⁹⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. op. cit., p. 186.

construindo o lugar da contemporaneidade entre o indivíduo e o grupo social a que pertence.²⁰⁰ É no anonimato deste tempo que podem se recobrir a memória e o passado histórico, na transmissão coletiva da herança do passado, estabelecendo a ponte de ligação dos contemporâneos com seus predecessores e seus sucessores. As “marcas do passado”, por sua vez, são estabelecidas a partir daquilo que se conservou dos tempos idos no presente; elas dizem respeito ao arquivo, como lugar institucional de conservação, e também ao documento, como evidência comprobatória do que se passou. Sua característica principal é, todavia, a idéia de um rastro (*trace*) deixado pelo passado. Se uma ação qualquer é transitória, na medida em que ela produziu vestígios de sua realização ela pode ser historizada, isto é, uma história pode ser elaborada a partir dela; a historiografia depende, pois, das marcas do passado e “dizer que ela é um conhecimento por rastros é apelar, em último recurso, para a *significância* de um passado fíndo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios”.²⁰¹ Seguir um rastro é, para Ricoeur fazendo eco a Carlo Ginzburg, recontar uma história;²⁰² as marcas do passado definem, por meio da relação com o calendário e com o arquivo produzido por uma geração, uma historicidade própria na qual se ampara o trabalho do historiador: o tempo histórico como mediação entre tempo natural e tempo humano.

As colocações de Ricoeur oferecem um acréscimo significativo para as relações estabelecidas por Benveniste entre experiência e linguagem. Se para este a experiência é colocada no entremeio do tempo crônico com o tempo lingüístico, para o primeiro, principalmente no que diz respeito à historiografia,²⁰³ a temporalidade da experiência histórica se desenrola entre o tempo cósmico ou físico e o tempo vivido ou humano (crônico). A diferença reside justamente na invenção, por Ricoeur, deste terceiro tempo,²⁰⁴ o tempo histórico, no qual se baseia toda a concepção de atividade narrativa

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 192. É possível traçar aqui uma analogia com a obra de Thompson, considerando o tempo anônimo como ponto de convergência entre o tempo da consciência social e o tempo do ser social. Neste caso, a experiência histórica seria uma experiência anônima, realizada por um sujeito social coletivo: a classe operária.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 201.

²⁰² “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. trad. de Federico Carotti. In: *Mitos, emblemas e sinais. morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 152.

²⁰³ No caso das análises de Ricoeur sobre obras ficcionais, a distância em relação a Benveniste é consideravelmente reduzida, pois se trata justamente do tempo da ficção, com suas determinantes eminentemente lingüísticas, centradas nas variações temporais do verbo. Trata-se, para ele, de perceber a convergência ou não do sistema de tempo verbal com a experiência fenomenológica do tempo. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo II, op. cit., p. 109 e ss.

²⁰⁴ Se inserido na perspectiva de Benveniste, seria, pois, um quarto tempo. Vale mencionar que, para José Carlos Reis, este terceiro tempo criado por Ricoeur não anula a dualidade temporal (tempo da natureza e

elaborada pelo filósofo. É neste ponto da análise, portanto, que se fará mais presente o diálogo até aqui ensaiado entre as perspectivas de Ricoeur e Koselleck; trata-se de pensar as relações entre linguagem e história a partir da narrativa historiográfica. O que se pretende não é apontar as possíveis insuficiências nas posições de cada autor, como se a união deles suprisse todas as lacunas epistemológicas supostamente descobertas, mas traçar os pontos de convergência entre duas maneiras distintas de se pensar a escrita da história, uma seguindo a atividade prática de um historiador propriamente dito, a outra segundo a reflexão teórica de um filósofo de acordo com sua postura hermenêutica de pensamento. Embora seja explícita a filiação de Koselleck à hermenêutica alemã, notadamente ligado a Hans-Georg Gadamer, dela se distancia sensivelmente quando pensada como pressuposto de uma teoria da história. Para o historiador, como foi visto na primeira parte, considerando-a ligada exclusivamente à linguagem, a hermenêutica não dá conta de pensar toda a complexidade das condições de possibilidade da história, as quais ultrapassam todos os determinantes lingüísticos.²⁰⁵

Ricoeur, por sua vez, amplia consideravelmente o campo de incidência de uma filosofia hermenêutica que pretende pensar teoricamente a historiografia, situando-a em um plano que transcende os limites da linguagem. É significativo, por exemplo, que ao prefaciá-lo um livro com o sugestivo título *Do texto à ação* ele afirme decididamente, “aqui eu faço hermenêutica”.²⁰⁶ Vejamos, pois, em que as perspectivas de ambos autores contribuem para o esforço até aqui empreendido.

Para Koselleck, como se argumentou anteriormente, se linguagem e história se condicionam mutuamente, elas possuem diferentes modos de ser e as determinações da história assumem uma anterioridade em relação à linguagem. Não obstante, toda a potencialidade da história é somente garantida por meio de instrumentos lingüísticos.

tempo da consciência). Reis considera o calendário como articulador principal do tempo histórico na perspectiva de Ricoeur, sendo a sucessão de gerações e os rastros determinados por ele. Penso que a proposta do filósofo francês não é justamente anular tal aporia, mas sim expandi-la em um pensamento propriamente histórico, propondo uma solução poética pela narrativa: o tempo histórico, não reduzido ao calendário, é apenas encarado por Ricoeur em relação à temporalidade própria da narrativa. REIS, José Carlos. “O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível”. In: *História e teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 179-206; e, do mesmo autor, *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994, p. 65-92.

²⁰⁵ KOSELLECK, Reinhardt. “Théorie de l’histoire et herméneutique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 181-200. Para a filiação teórica de Koselleck e sua relação com Gadamer, ver PALTÍ, Elías José. “Introducción”. In: KOSELLECK, Reinhardt. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, op. cit., p. 9-34; e ONCINA, Fausto et VILLACANA, José Luis. “Introducción”. In: GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhardt. *Historia y hermenéutica*, op. cit., p. 9-53.

²⁰⁶ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação. Ensaio de hermenêutica II*, op. cit. p. 18. Ivanhoé Albuquerque Leal demonstra com propriedade a dimensão ampla do pensamento sobre a história em Ricoeur. LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

Como salienta o historiador, “a linguagem não apenas armazena experiências que sobrevivem às situações específicas: nós percebemos que linguagens particulares delimitam estas mesmas experiências. Como consequência de sua própria concretude, estas linguagens permitem que sejam formuladas as experiências apenas de certas maneiras e não de outras”.²⁰⁷ No que se refere à elaboração lingüística de um conhecimento racional sobre uma realidade passada, Koselleck afirma que ela é possível apenas na medida em que se constitui como história registrada, copiada ou revisada.²⁰⁸ Para tornar mais clara esta concepção, detenhamo-nos em um chamado “esboço histórico-antropológico” no qual o historiador alemão traça as relações entre as modificações ocorridas na experiência e as alterações no âmbito das formas de se representar a experiência.²⁰⁹ Segundo o autor, “desde o momento em que nasce uma obra histórica, experiência e método reenviam certamente um ao outro, pressupõem-se de maneira recíproca”;²¹⁰ toda a alteração na experiência sugere uma aquisição de conhecimento. É, então, a partir deste “raciocínio circular” que serão estabelecidas as relações entre a história que acontece e a história que se conhece, ou seja, entre uma experiência histórica e a história desta experiência: trata-se de “elucidar a natureza da relação existente entre as modalidades históricas da experiência e as aquisições do conhecimento historiográfico”.²¹¹

Koselleck aponta três formas especiais de “ganhos de experiência”, as quais implicam, por sua vez, três temporalidades diferentes. Em primeiro lugar, tem-se o evento original, marcado pela surpresa e pela sua irreversibilidade, considerado segundo uma diferença de tempo reduzida, ou seja, um tempo curto. Em segundo lugar, a mudança de experiência pode ser resultado de repetições por meio de um processo de acumulação que permeia um espaço maior de tempo, no contexto ampliado de uma geração em um tempo mediano. Por fim, em terceiro lugar se localiza um nível de duração longo, estrutural, envolvendo a totalidade de um sistema social, “é então que todo o capital de experiência adquirido em curto ou médio prazo é inteiramente transformado”.²¹² Se as duas primeiras formas de ganho de experiência são colocadas como sincronia, já que permanecem ligadas ao tempo de uma geração viva e podem, por

²⁰⁷ KOSELLECK, Reinhardt. “Linguistic change and the history of events”, op. cit., p. 657.

²⁰⁸ “History ex post exists for us only to the extent that it is written down (*Aufschreiben*), copied (*Abschreiben*), and revised (*Umschreiben*)”. *Ibid.*, p. 666.

²⁰⁹ KOSELLECK, Reinhardt. “Mutation d’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 201-247.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 201.

²¹¹ *Ibid.*, p. 206.

²¹² *Ibid.*, p. 211.

isso, estabelecer cortes temporais, a terceira é estritamente diacrônica, pois ultrapassa a experiência direta dos vivos; esta última é, portanto, perceptível apenas por meio de recursos metodológicos apropriados, uma vez que as determinações estruturais jamais são vivenciadas enquanto tais. Evidentemente, as divisões propostas têm uma função singularmente analítica e não se desconsidera a tensão mútua entre os três tempos, quando um evento-surpresa pode figurar como estimulador de uma alteração estrutural mais profunda.

Na análise destas três temporalidades da experiência, muito semelhante à duração tripartite de Fernand Braudel,²¹³ Koselleck acresce a discussão sobre as modalidades de conhecimento a elas ligadas. “A experiência – argumenta – sob pressão da qual vivem e agem os homens permanece estruturada no tempo segundo uma profundidade variável. Em retorno, podemos supor, isto possui efeitos sobre os métodos históricos que devem corresponder às três modalidades da experiência que adiantamos”. A esta colocação acrescenta outra de igual importância: “com efeito, os métodos utilizados pelo historiador para transpor as experiências históricas em narrativa e em ciência são sempre o fruto de uma experiência presente na qual estes métodos devem manifestar seu valor, mesmo se o objeto de estudo remonte a uma época anterior”.²¹⁴ Assim, retornamos às três formas de elaboração lingüística da história como conhecimento e, vale dizer, como consciência de historicidade: a história que registra, a que desenvolve, e a que reescreve.²¹⁵

Basicamente, tais variações são definidas da seguinte maneira: “a história que registra é um ato inteiramente único, a história que desenvolve acumula as durações, logo a história que reescreve corrige todas as duas com o intuito de liberar retrospectivamente uma nova história”.²¹⁶ Os modos de escrita da história, em maior ou menor grau, dizem respeito a estas três variações, garantindo um caráter unitário para a história. O registro é assinalado como evento primeiro e único. A singularidade do

²¹³ BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. trad. de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 41-76.

²¹⁴ KOSELLECK, Reinhardt. “Mutation d’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 214.

²¹⁵ Apenas a título de esclarecimento de vocabulário: o primeiro termo em alemão, *Aufschreiben*, permanece idêntico nas traduções para o inglês (nota 205 acima) e para o francês: *written down* e *enregistre*, com o sentido de registrar algo. Já para o segundo termo, a tradução inglesa mostra *Abschreiben* enquanto a francesa mostra *Fortzuschreiben*, traduzidos respectivamente como copiar (*copied*) e desenvolver (*développe*). O terceiro termo, embora conste o mesmo em alemão (*Umschreiben*), segue traduzido como revisar no sentido de atualizar para o inglês (*revised*) e, para o francês, como reescrever (*réécrit*). Optei por manter a terminologia francesa, pois diz respeito diretamente à escrita da história.

²¹⁶ KOSELLECK, Reinhardt. “Mutation d’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit., p. 214.

ocorrido, entretanto, é colocada sobre causas duráveis, em um jogo argumentativo de temporalidades variáveis, explícita, sobretudo, no trato metodológico a elas relacionadas: “a pluralidade dos estratos temporais da experiência, que faz com que as experiências possam ser vivenciadas como singulares e, no entanto, acumular-se uma sobre as outras, transparece sempre no método do qual se serve para reconstruir um evento histórico e para investigar aquilo que lhe permitiu ser possível”.²¹⁷ Esta articulação entre um fato irrepitível e a estrutura causal a qual faz parte é condição formal de todo método historiográfico; ela torna possível também um acréscimo de experiência, quando as histórias registradas são, por sua vez, copiadas e ampliadas. Quanto a isso, Koselleck sustenta que “desta cópia e desta amplificação mais ou menos simples, podemos em todo caso concluir que, considerando-se a recorrência sempre possível dos casos particulares, o saber tirado da experiência não foi modificado”.²¹⁸ Trata-se, antes, de um acréscimo do que de uma modificação; uma sucessão diacrônica e sua experiência acumulada. Para o historiador alemão, é fato constituinte da história que um acontecimento particular possa ser objeto de leituras múltiplas, tal é a história que desenvolve. Mas além disso, a história pode ser reescrita por meio de uma mutação da experiência e, mais importante, de acordo com um dado antropológico anterior “segundo o qual a linguagem e a história, o discurso e a ação não se superpõem jamais perfeitamente. Cada texto exprime ao mesmo tempo mais e menos, em todo caso outra coisa do que realmente se passou. Nesta diferença reside a diversidade das explicações possíveis”.²¹⁹

Em certa medida, é lícito refletir sobre as relações construídas entre a experiência vivida e sua organização em linguagem a partir da noção geral de “regime de historicidade” da maneira como formulada por François Hartog, mas aqui segundo um uso diferente do realizado no capítulo inicial da primeira parte. Para este, tal noção, enquanto “instrumento heurístico”, além de poder fornecer “um instrumento para comparar os tipos de histórias diferentes” permite “iluminar os modos de relação com o tempo: as formas de experiência do tempo, aqui e em outro lugar, hoje e ontem”.²²⁰ O que está em jogo, sobretudo, são os modos de articulação de categorias como passado, presente e futuro; como afirma ainda Hartog, a noção de regime de historicidade

²¹⁷ *Ibid.*, p. 218.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 220.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 231.

²²⁰ HARTOG, François. “Ordres du temps”. In: *Régimes d'historicité, Présentisme et expérience du temps*, op. cit., p. 19-20.

participa, segundo a perspectiva de Benveniste, tanto do tempo lingüístico quanto do tempo crônico. Complementando sua idéia, considera que tal noção toca uma das condições fundamentais do saber histórico: “segundo as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, alguns tipos de história são possíveis e outros não”.²²¹ Tal noção pretende, portanto, compreender a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. O mesmo é válido para o uso do conceito de experiência, já que vem sendo aqui compreendido enquanto “instrumento de pensamento” (Ricoeur) que articula, em uma narrativa, a diferença temporal que caracteriza o conhecimento histórico – o tempo do saber e o tempo do vivido.

Como já foi visto, Koselleck sustenta que o que marca a historicidade do tempo, isto é, aquilo que torna o tempo um tempo humano e, pois, histórico, são as referências mútuas entre passado, presente e futuro. Por tais referências, o historiador alemão caracteriza-as como “contemporaneidade do anacrônico”, o que significa reconhecer o peso do passado ou do futuro no presente. Paul Ricoeur insere nesta discussão a narrativa como ponto de convergência entre experiência e discurso mas também, no interior da trama narrativa, permite pensá-la como organizadora de tais temporalidades, ou seja, lugar onde o anacrônico se torna contemporâneo. Como afirma Ivanhoé Albuquerque Leal a respeito da contribuição de Ricoeur, “o múltiplo da nossa experiência temporal é posto em correspondência com a capacidade do discurso narrativo de unificar a temporalidade em que o vivido e o cronológico se misturam de maneira às vezes contraditória”.²²²

Na primeira parte desta dissertação se introduziu, de maneira geral, a noção de narrativa como síntese do heterogêneo, reunindo nela a “unidade temporal de uma ação total e completa”.²²³ Ora, uma ação, do ponto de vista da historiografia, só pode ser considerada una e completa se nela estão contidos elementos de antecedência ou de sucessão que lhe confiram certa duração: o tempo histórico é sempre um tempo durável, o sincrônico existe apenas na medida da diacronia. O discurso sobre tal ação, por conseguinte, deve dar conta desta temporalidade da experiência vivida; ele é, portanto, um discurso objetivando a linguagem efetivamente capaz de mediatizar o fenômeno do tempo. Para tanto, a noção de intriga desempenha uma função sintética importante: ela integra a ação e mediatiza o tempo segundo a aproximação teórica entre a aporia

²²¹ *Ibid.*, p. 28.

²²² LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur*, op. cit. p. 11.

²²³ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. op. cit., p. 15.

agostiniana do tempo e a lógica poética de Aristóteles. Em outras palavras, se para Santo Agostinho o tempo sugere uma sucessão de *um após o outro*, para Aristóteles a intriga implica em uma lógica de *um por causa do outro*. A narrativa historiográfica, como representação de uma ação, opera segundo uma lógica sucessiva (ou uma sucessão lógica) em que a ordem dos fatores é apresentada através de uma explicação causal, ou quase-causal²²⁴: entre o antes e o depois se constrói uma dinâmica que orienta a ação narrada e confere sentido para a história reconstituída que, de simples encadeamento de fatos, é compreendida enquanto configuração da ação. A explicação histórica deriva, portanto, de uma inteligibilidade narrativa anterior; repetindo uma expressão de Ricoeur apontada anteriormente, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico”.²²⁵

Porém, Ricoeur salienta que a narrativa apenas opera entre o tempo do vivido e o tempo do saber uma mediação imperfeita, já que é próprio do tempo ser plural; a unidade imposta pela narrativa é, nesse sentido, uma *unidade conceitual*. Se a temporalidade do fenômeno condiciona a sucessão dos eventos, a ordem lógica que vai do anterior ao posterior não é dada *a priori*, mas construída pela tessitura da intriga: a explicação na história não deixa de ser, em grande medida, uma construção poética. É neste ponto, então, que o conceito de experiência histórica tal como vem sendo aqui trabalhado encontra sua plena significação: por um lado, ele estabelece a articulação conceitual do tempo histórico (na experiência estão contidos um antes e um depois), por outro, ele institui a organização do sentido da narrativa (a ação marcada pelo anterior ou direcionada ao posterior).

Na leitura que Ricoeur realiza do livro de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II*, a multiplicidade da experiência é compreendida segundo a unidade temporal da narrativa, conjugando durações variadas. Para ele, “Braudel, por seu método analítico e disjuntivo, inventou um *novo tipo de intriga*: se é verdade que a intriga é sempre, em algum grau, uma síntese do heterogêneo, a intriga virtual do livro de Braudel, conjugando temporalidades heterogêneas, cronologias

²²⁴ Ricoeur define tal procedimento, a partir de Max Weber e de Raymond Aron, como lógica da *imputação causal singular*, marcando a transição entre causalidade narrativa (um depois do outro) e causalidade explicativa (um por causa do outro). Com isso, distancia a explicação narrativa da explicação nomológica bem como garante a especificidade da narrativa historiográfica em relação à narrativa de ficção. *Ibid.*, p. 261. Cabe lembrar que Michel de Certeau qualificou o discurso historiográfico como discurso misto, entre uma *narrativização* por meio da sucessão cronológica e uma *semantização* segundo um encadeamento lógico. CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., p. 110-111.

²²⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. op. cit., p. 70.

contraditórias, ensina-nos a conjugar estruturas, ciclos e acontecimentos”²²⁶. A leitura aqui realizada dos livros de Foucault e de Thompson, creio que amplia as possibilidades da compreensão narrativa tal como formulada por Ricoeur. Não é apenas a síntese de durações múltiplas que se objetiva, mas também o sentido da dinâmica temporal da ação empreendida. Por conseguinte, o ato de configuração da experiência, ou seja, a composição narrativa de uma intriga aparece como condição de inteligibilidade para uma histórica narrada.

Se o vivido é definido, não apenas por uma série de durações justapostas em muitos casos não coincidentes entre si, mas também por dinâmicas temporais variadas, as quais tem por função tornar contemporâneo o não-contemporâneo, a produção de um conhecimento histórico sobre ele (o vivido) depende, além de outros tantos fatores, de uma compreensão poética da experiência que vise a polissemia e a pluralidade desta. Portanto, o conceito de experiência histórica surge como articulador da ação humana em um tempo histórico e como organizador deste na trama narrativa. Ele opera, no âmbito da escrita da história, como mediador do tempo do vivido com o tempo do saber; permanece na fronteira ambígua entre história e linguagem, entre vivência e conceito, possuindo, pois, um estatuto singular para o conhecimento historiográfico. A história é e permanece, como afirma Koselleck, uma história da experiência.

²²⁶ *Ibid.*, p. 309.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A ciência histórica vê crescer, com seu progresso, as regiões silenciosas daquilo que ela não alcança fazer.”

Michel de Certeau

Experiência histórica, experiência historiográfica

Max Weber definiu com precisão a atividade intelectual das ciências humanas: “tentativa de organizar teoricamente os fatos por uma construção de conceitos – decompondo os quadros de pensamento assim obtidos graças a um alargamento e a um deslocamento do horizonte da ciência – e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada”.¹ Em tal atividade, portanto, o uso de conceitos aparece como imprescindível para sua viabilidade, assim como é na tarefa de conceituação que também se pode medir seus avanços cognitivos. Em decorrência deste postulado, o esforço reflexivo de se pensar teoricamente as ciências humanas deve levar em consideração o emprego desta abstração significativa que é o conceito.

No caso da escrita da história, prática que traz em si a marca indelével da ausência de seu objeto, ainda que sobre ele se trabalhe a partir de seus vestígios, o conceito parece tentar suprir esta carência que se impõe; ele estabelece a junção entre dois atos, um já realizado, outro em realização: a história vivida e a história por escrever – a experiência é tanto uma experiência histórica como uma experiência historiográfica. Se o passado deixou marcas inscritas nas fontes, a escrita o re-inscreve em outra matéria que, por sua vez, é tornada fonte pela observação teórica: o texto historiográfico. Dessa maneira, escrever uma história é contornar a aporia fundadora do conhecimento histórico: tornar significativamente estável, na dinâmica própria da narrativa, algo apenas acessível enquanto passagem, enquanto “passadidade”. O conceito, então, torna possível e pensável uma história a ser narrada, conjugando o trabalho sobre as fontes com a prática efetiva da escrita. Ele funciona como instrumento heurístico para apreensão do passado e também viabiliza a inovação semântica na construção de novos significados sobre o passado.²

É possível considerar, assim, dado um passo adiante, que o conceito desempenha um papel metafórico para a escrita da história, no sentido atribuído por Paul Ricoeur de uma “metáfora viva”.³ O filósofo francês rejeita a idéia segundo a qual o metafórico seria meramente um ornamento discursivo, sem significado próprio, ou apenas uma substituição terminológica sem nenhum acréscimo informacional. Para ele, trata-se de

¹ WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*, op. cit., p. 203.

² Obviamente, a conceituação na historiografia assume formas variadas e diversos são os tipos de conceitos empregados; tais colocações se referem mais precisamente ao conceito de experiência histórica segundo os recortes estipulados nas duas partes que compõem esta dissertação.

³ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

um fenômeno discursivo no qual está implicado um “erro calculado”, isto é, o fato de tanto o autor quanto o leitor terem plena noção de que o que se diz não é de fato aquilo sobre o que se diz. Como procurei argumentar, o emprego de conceitos não esgota os potenciais representativos do objeto ao qual fazem referência: o conceito de experiência, por sua vez, não se confunde com a experiência propriamente dita. Não obstante, para Ricoeur há implícito na metáfora um valor eminentemente informacional, consistindo em uma “predicação impertinente”, uma vez que ocasiona o desvio da ordem lógica dos enunciados, e provocando uma “inovação semântica”, pois permite que se crie a partir dela novos significados. Segundo o princípio hermenêutico aqui sustentado, entre o *o quê* e o *acerca de quê* da enunciação há uma distância intrínseca à relação entre coisa e palavra: a opacidade própria da linguagem. Isto equivaleria, talvez, em considerar a representação na história como representação metafórica, nesta concepção de “metáfora viva” rica em significação, isto é, um desvio de linguagem visando à compreensão, constituindo um novo espaço semântico onde significados sobre o passado são produzidos. Nesse sentido, novamente é preciso recusar a idéia de um discurso transparente, mero condutor de um sentido dado ou transcrição completa do espírito do historiador, e considerá-lo, em sua opacidade, como discurso produtor de sentido.

No caso da historiografia, este discurso pode assumir as características de uma narrativa, mas com feições particulares. Por narrativa historiográfica, seguindo ainda Ricoeur, compreende-se um texto que articula poeticamente o tempo cósmico da natureza com o tempo da ação humana. Ela realiza a síntese desta dicotomia em um tempo propriamente narrativo. É neste ponto que o conceito de experiência histórica adquire pleno sentido, pois, se o tempo histórico é por natureza um tempo plural, tal conceito organiza esta pluralidade na unidade de um tempo narrado. A experiência enquanto conceito é encarada, não apenas como valor referencial, mas também como articulador discursivo; ela não induz a invariantes (como se o tempo histórico fosse um plasma de todo homogêneo), mas agrega temporalidades (marcando o caráter múltiplo de toda ação histórica). Em certa medida, jogando com a terminologia, o conceito de experiência histórica funciona como “metáfora viva” do tempo vivido.⁴

É inegável e evidente, por sua vez, o papel redutor do conceito de experiência, já que nenhuma ação histórica se esgota em uma narrativa. Contudo, e esta é de fato a

⁴ Michel de Certeau, por exemplo, considera que o fato do discurso da história se localizar entre o âmbito narrativo e o âmbito lógico, como um discurso misto, ocasiona um “deslizamento *metafórico*” em que sucessividade e causalidade intercambiam constantemente seus papéis. CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., p. 110-111.

função do conceito e do conhecimento historiográfico em geral, o que se perde em realidade ganha-se em significado. Mais que a reprodução fiel do passado, é escopo da escrita da história, em seu “pacto de fidelidade” com seu leitor, a intensificação do entendimento sobre ele, possibilitando uma compreensão rica em sentido e diferente daquela possível aos seus contemporâneos. Desde Chladenius podemos definir a interpretação ou leitura de textos como um trabalho de apreensão sobre conceitos, mas ultrapassando-o ao considerar a leitura não como esforço passivo de reconhecimento, mas como prática ativa de inovação.

A imagem concebida por Weber de uma escrita taquigráfica pode ser atribuída à prática dos historiadores de maneira mais que adequada: na historiografia são reduzidos e modificados os significantes com o intuito de produzir novos significados, visando uma compreensão mais abrangente; o conceito opera nesta transformação. De sua feita, o leitor está sempre ciente desta condição. Portanto, articulando o tempo e organizando a narrativa, o conceito de experiência torna narrável e compreensível a multiplicidade da experiência vivida, ainda que esta não seja completamente redutível àquele. A intransmissibilidade da experiência, como sugere Ricoeur e lamenta Walter Benjamin, não implica necessariamente no indizível, como se a história fosse naturalmente da ordem do nefando, mas define o modo da sua compreensão.

A formulação da poética narrativa de Paul Ricoeur encontrou aqui amplo apoio na concepção de temporalidade de Reinhart Koselleck, para quem o tempo histórico “está ligado a conjuntos de ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, ativos e passivos, às instituições e organizações que deles dependem. Todos adotam modos de execução precisos, inerentes somente a eles com, a cada vez, um ritmo temporal próprio”.⁵ Assim, na interpretação dos textos de Michel Foucault e Edward Palmer Thompson, pode-se considerar que as particularidades dos ritmos e dinâmicas temporais das diferentes formas de ação, de acordo com o objetivo de cada autor, demanda um modo particular de narrativa, isto é, de articulação discursiva do tempo histórico. Este foi o esforço preponderante do presente trabalho: marcar as relações entre experiência e discurso, entre história e linguagem, incidindo decisivamente sobre as condições de possibilidade de inscrição do conhecimento histórico. Fábrica da história, na escrita está implícita sua condição...

⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Introducción”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, op. cit, p. 10.

Por sua vez, como pré-condição para tal objetivo, devo dizer que esta dissertação, na sua preocupação com a conceituação na historiografia, procurou também estabelecer um espaço propício para uma análise teórica sobre a escrita da história, enfocando particularmente a inscrição do conhecimento em um texto específico. Por esta razão, boa parte dela foi destinada à discussão em torno da problemática do texto historiográfico, retomando algumas posições cruciais para esta temática, elaboradas por autores de diferentes formações epistemológicas. Em cada qual encontrei elementos para endossar e tornar mais clara a posição por mim assumida, valendo-me sobremaneira dos trabalhos de Ricoeur.

Se por vezes pareceu despropositado determinar com tamanha precisão a forma de interpretação aqui realizada como uma hermenêutica do discurso historiográfico, tal feito me permitiu estabelecer um conjunto de categorias e pressupostos sem os quais seria difícil construir certos argumentos e enunciar algumas ilações. Além disso, o modelo analítico construído propicia à reflexão teórica sobre o conhecimento histórico um estatuto mais apurado para um campo de saber, contornando as “tentações da epistemologia” e as facilidades da simples classificação de autores e obras. Inserida em uma linha de pesquisa instituída justamente no âmbito da reflexão teórica sobre a historiografia, a delimitação mínima dos contornos desta reflexão faz-se necessário, sob o risco de se esvaziar as discussões levantadas pela falta de um cuidado propriamente epistemológico com o trabalho. Esta foi outra intenção fundamental deste trabalho, apontar o papel fundamental da teoria, em um sentido ainda mais abrangente que o aqui tomado, para a “operação historiográfica” produzida pelos historiadores.

*

À desconcertante pergunta colocada por Michel de Certeau, “o que fabrica o historiador quando faz história?”, esta dissertação teve sempre como horizonte tentar formular uma possível resposta. Tarefa vã, era sabido desde o início, mas que impulsionou a investigação cada vez mais adiante, no constante desdobrar de sentido que se constitui um trabalho *sobre* textos. Por esta razão, pela incompletude da tarefa, ele foi sempre construído como um ensaio, na forma de um exercício de crítica onde a análise rivaliza com a escrita (Barthes), sem o peso por vezes insustentável de um fechamento conclusivo. O que se tentou realizar e o que se espera ter alcançado, pelo menos, foi tornar audível o murmúrio das regiões silenciosas (e certamente silenciadas)

que crescem com o progresso da ciência histórica, como mostra a lição de Certeau; regiões estas que guardam tudo aquilo que escapa ao virtuoso anseio de se adjetivar uma prática definindo-a como científica, a expensas de suas determinantes poéticas. Se em algum momento esta pesquisa chegou perto de tal anseio, dou-me por satisfeito.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. “Experiência: uma fissura no silêncio”. Texto gentilmente cedido pelo autor

ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia. Un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1985.

ANKERSMIT, Frank. *The reality effect in the writing of history; the dynamics of historiographical topology*. Amsterdam: Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen, 1989.

ANKERSMIT, Frank. *La experiencia historica* (discurso inaugural para a cátedra em teoria da história na Universidade Estatal de Groningen, 23 de março de 1993). trad. para o espanhol de Nathalie Schwan Sommers.
http://www.hemerodigital.unam.mx/ANUIES/ibero/historia/historia10/sec_9.html.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba, Editora da UFPR, 2000.

ARENDDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. trad. de Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARISTÓTELES. *Arte retórica, arte poética*. Introdução e notas de Jean Voilquin e Jean Capelle. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difel, 1964.

BARTHES, Roland. “O discurso da história”. In: *O rumor da língua*. trad. de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

BARTHES, Roland. “O efeito de real”. In: *O rumor da língua*. trad. de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENNETT, Tony. “Texts in history: the determination of readings and their texts”. In: ATTRIDGE, Derek; BENNINGTON, Geoff; YOUNG, Robert (eds.). *Post-structuralism and the question of history*. Cambridge University Press, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “Sur les rapports entre la sociologie et l’histoire en Allemagne et en France”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 106-107, mars, 1995.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Editora FGV, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. trad. de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CERTEAU, Michel de. “Une épistemologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales ESC*, nº 6, nov./dec., 1972.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975. (ed. bras. *A escrita da história*. trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982).

CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. trad. de Theo Santiago. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHLADENIUS, Johann Martin. “On the concept of interpretation”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*. New York: Continuum, 1988.

CHLADENIUS, Johann Martin. “On the interpretation of historical books and accounts”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*. New York: Continuum, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. trad. de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE DECCA, Edgar Salvadori. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de história da PUC/SP, nº 12, outubro de 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* trad. de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DESAN Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. trad. de Jefferson Luís Camargo. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Ediupf, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2001.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama. Reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos Annales à nova história*. trad. de Dulce Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. editado por Michael Schröter e traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Michel Foucault: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FERRERA, Norberto O. "Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson". *Diálogos*. Vol. 3, nº 3, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos I. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. "De l'amitié comme mode de vie". In: *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhardt. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Organizado por Pierre Fruchon. trad. de Paulo Cesar Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Morte da memória, memória da morte: da escrita em Platão." In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Walter Benjamin ou a história aberta". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GAY, Peter. *O estilo na história*. trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. morfologia e história*. trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42-84.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 64-79.

GODINHO, Jacinto. “Foucault e a experiência: a fenomenologia do impensado”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, dezembro de 1993.

GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. trad. de Benno Dischinger. São Leopoldo: Eitora da Unisinos, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

HARTOG, François. “L’oeil de Thucydide et l’histoire ‘véritable’”. In: *Poétique*, nº 49, février, 1982.

HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. “Regimes d’historicité”. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. *L’état des lieux en sciences sociales*. Paris: L’Harmattan, 1993.

HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”. trad. de Eliane Cezar. In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997.

HARTOG, François. “Reinhardt Koselleck, lumineux théoricien de l’histoire”. In: *Le Monde*, le 28 Novembre, 1997.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HARTOG, François. “La tentation de l’épistemologie”. In: *Le Débat*, nº 112, novembre-décembre, 2000.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Prefácios de historiadores e textos sobre história reunidos e comentados por François Hartog, traduzidos para o português por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. trad. de Patrícia Chittoni Ramos In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

HARTOG, François. “Ordres du temps, régimes d’historicité”. *Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBSBAWN, Eric. “E. P. Thompson”. trad. de Antonio Luigi Nero. In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização e tradução de Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

HUMBOLDT, Wilhelm von. “The nature and conformation of language”. In: MUELLER-VOLLMER, Kurt (Ed.). *The hermeneutics reader*. New York: Continuum, 1988.

JOHNSON, Richard et alli. *Hacia una historia socialista*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1983.

KANT, Immanuel. “De la faculté de se représenter le passé et l’avenir par l’imagination”. In: *Anthropologie. Divers fragments relatifs aux rapports du physique et du moral et au commerce des esprits d’un monde à l’autre*. Paris: Ladrangé, 1863.

KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. “Linguistic change and the history of events”. In: *Journal of Modern History*, nº 61, December 1989.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. trad. de Manoel Luis Salgado Guimarães. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e memória*. trad. de Bernardo Leitão (et. al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narrativa de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão”. In: *Varia História*, nº 27, julho de 2002.

MARCOS, Maria Lucília. “Experiência e problematização(ões)”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, dezembro de 1993.

MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*. trad. de Ruy Belo. Lisboa: Ed. Pedagógica Universitária, s/d.

MARTINS, Estevão de Rezende. “Historiografia contemporânea. Um ensaio de tipologia comparativa”. In: *Varia História*, nº 27, julho de 2002.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Livre Troisième. Présenté, établi et annoté par Pierre Michel. Paris: Gallimard, 1965. (ed. bras. *Ensaio*. Livro III. trad. de Sérgio Milliet. Porto Alegre: Globo, 1961).

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NICOLAZZI, Fernando. “As histórias de Michel Foucault”. *Klepsidra - Revista bimestral de história*, n.12, 2002 (www.klepsidra.net).

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: *Les lieux de mémoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1984.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

PALMER, Bryan. *Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições*. trad. de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

POMIAN, Krzysztof. “L’histoire de la science et l’histoire de l’histoire”. In: *Annales ESC*, nº 5, septembre – octobre, 1975.

POMIAN, Krzysztof. “De l’histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d’histoire”. In: *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

PROST, Antoine. “Les concepts”. In: *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história. Um ensaio de poética do saber*. trad. de Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.

REIS, José Carlos. “O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível”. In: *História e teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENK, Arlene. “A experiência em Thompson”. In: *História: Questões e Debates*, Curitiba, julho-dezembro, 1996.

RICOEUR, Paul. *De l'interprétation: essai sur Freud*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, II e III. trad. de Constança Marcondes Cesar, Marina Appenzeller e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1994, 1995, 1997.

RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. “L'écriture de l'histoire et la représentation du passé”. In: *Annales HSS*, nº 4, juillet-août, 2000.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Éditions du Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. trad. de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, s/d.

RICOEUR, Paul. *Do texto à acção. Ensaio de hermenêutica II*. trad. de Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. Lisboa: Rés Editora, s/d.

RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalho, 1984.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SMITH, Jay M. “Between discourse and experience: agency and ideas in the French pre-revolution”. In: *History and Theory*, Theme Issue 40, December, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. “Hermenêutica e ciências humanas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

SOUZA, Sandra Coelho de. *A ética de Michel Foucault: a verdade, o sujeito, a experiência*. Belém: Cejup, 2000.

TERNES, José. “A morte do sujeito”. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de classe. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. trad de Denise Bottman, Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. trad. de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. trad. de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização e tradução de Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso. Livro I*. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly com tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VECCHI, Roberto. “Barbárie e representação: o silêncio da testemunha”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

VEYNE, Paul. “A história conceitual”. trad. de Theo Santiago. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB, 1998.

VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”. In: *Esprit*, nº 7-8, juillet-août, 1988.

WEBER, Max. *Economy and society*. Vol. I. Edited by Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965.

WHITE, Hayden. "The historical text as literary artifact". In: *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*. London and Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. trad. de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

YILMAZ, Levent. "How history should be written; or, should it be written at all?". In: *Storia della Storiografia*, nº 38, 2000.